

ESPiRAL

Revista do Instituto de Estudos da Complexidade



Volume 7
2025

Sumário

4 Eliana Yunes e Tereza Estarque

Apresentação

8 Entrevista

Edgard Morin: Convite ao indispensável viver poético

14 Resenha por Eliana Yunes

Livro de Edgar Morin – De Guerra em Guerra: de 1940 à Ucrânia

17 Edgard Carvalho

Infernos da Diferença

31 Gil-Manuel Hernández i Martí

Hipernormalização: Barulho inaudível da ruína

39 Betty B. Fuks

Dia dos Cristais

43 Luiz Alberto Machado Fortunato

A tradição de Traição

47 Carla Penna

Grandes grupos: reflexão, diálogo e elaboração traumática em comunidades

66 Alessandra da Costa Kasprczak, Laura Rodrigues Flaksman, Luciano Dias e Natasha Helsinger

Gingas entre o institucional, o singular e o coletivo: uma experiência de psicanálise, grupo e território

77 Felipe Viana Pinheiro

Da clínica do homem aranha ao trabalho como supervisor: o percurso no IEC

90 GT da Jornada Clínica do IEC 2024

A (Trans) Formação do analista e o lugar do IEC nessa travessia

96 Dejany Ferreira e Guilherme Pimentel

RAAVE: o encontro do multidisciplinar com o indisciplinável a serviço de um projeto de país.

101 Eliana Yunes

Da remição à remissão

Poema

114 Ricardo Kubrusly

Pauta: o duelo

Duelo entre o Terceiro Excluído e a Não contradição

Linha Editorial: Revista pluralista, transdisciplinar, democrática, Espiral acolhe contribuições de pensadores de origens múltiplas, empenhados em religar saberes e ultrapassar fronteiras disciplinares. Não há tema central que aglutine as contribuições enviadas.

Editores

Tereza Estarque

Eliana Yunes

Comissão Editorial

Edgard de Carvalho – IEC/ GRECOM

Luciano Dias – IEC / EBEP-Rio

Natasha Mello Helsinger – IEC / EBEP-Rio

Maria de Fátima Amin - IEC / SBPRJ

Ricardo Kubrusly - IEC / HCTE-UFRJ (in memoriam)

Revisão

Os textos que constam desta edição foram previamente revisados pelos autores convidados.

Formatação dos originais e edição eletrônica

Sérgio Campante

Capa

Mauro Corrêa Filho

Foto da capa

Tereza Estarque

O sétimo número da Revista Espiral chega aos leitores em tempos sombrios.

Em entrevista publicada nessa Espiral, é com essas palavras que Morin define suas preocupações com o futuro da humanidade. Guerras sem fim, governos insanos, devastações ambientais crescentes, excessos de toda ordem, escassez de todos os tipos, imensos desafios. Os impasses ficam ainda maiores diante da ascensão assintótica das tecnologias digitais que resultam em proporcional alheamento dos sujeitos sociais, tendo como pano de fundo uma boa parcela de governantes excepcionalmente dotados por mentes doentias.

O que depreendemos deste cenário é que nada de muito novo ilumina o espírito humano, reduzido ao cumprimento de metas - imposições e sujeições - com poucas possibilidades de emergências e metamorfoses. Promessas de inserção e visibilidade terminam por resultar em sujeitos exauridos e desvitalizados por novos modelos de negócio que capturam, esvaziam e engolem, com avidez, tudo aquilo que foi caprichosamente criado para favorecer a degustação e a contemplação.

Os modos de produção e regulação do pensamento nos reduzem a escravos onde Chronos reina soberano como executor de prazos a cumprir em temporalidades cada vez mais curtas, tendo como aliado neste projeto a eficiência da Inteligência artificial. O resgate de Kairós, tempo do inesperado e Aion tempo da eternidade, vai na contramão deste propósito e persiste em nós como determinação política. É neste espírito que se passa, predominantemente, a construção desta revista.

O sétimo número da Revista Espiral é publicado neste cenário como um dos muitos atos de resistência que insistem em acreditar e trabalhar por emergências de potenciais vetores de mudança. Desde nosso primeiro número os editores decidiram por uma revista indexada, que busca a qualidade da pesquisa viva em torno de temas inadiáveis da atualidade, mas sem o rolo compressor do Qualis que, 27 anos depois de sua criação, terá finalmente seus critérios substituídos para privilegiar a qualidade ao invés da quantidade.

Talvez mais do que nenhum outro número, esta edição traga uma coerência interna maior, organizada pela confluências das inquietantes reflexões de seus colaboradores em torno da difícil gestão coletiva para um futuro não utópico, mas humanamente possível.

Na entrevista de abertura, Morin nos convida ao indispensável pensar poético num mundo sem coração, parafraseando aqui o título de Christopher Lasch. Contando sempre com a possibilidade do inesperado, Morin não antevê um futuro brilhante para a humanidade, mas se deixa possuir pelas forças da vida, da participação, da curiosidade e da ação, para

afastar o espectro da morte. Em seguida, Eliana Yunes nos traz a resenha do livro *De Guerra em Guerra: de 1940 à Ucrânia* escrito também por Morin, e publicado no ano em que o pensador completou 103 anos. Na sequência, republicamos um primoroso e atualíssimo artigo por Edgard Carvalho que, 25 anos depois, nos relembra o quanto deixamos de avançar no processo civilizatório em direção ao sonho de uma Terra Pátria. Para a impossibilidade de harmonizar diferenças conciliáveis, um dos motores da barbárie no mundo, Edgard propõe uma reflexão em saída, pautada em quatro pilares de reeducação que, por si só, já valem a leitura.

Em *Hipernormalização: Barulho inaudível da ruína*, Gil-Manuel Hernández i Martí, um estudioso da complexidade, nos traz um texto imprescindível com um alerta de extrema lucidez e realismo: vivemos sob um estado de alienação e recusa em visualizar, por trás da fachada de hipernormalidade, uma sociedade onde o absurdo vira rotina. Nesse universo de um mundo-mentira, tudo será para sempre até deixar de existir. A sabedoria da resistência, neste caso, não está em tentar salvar a civilização tal como a conhecemos. Em suas palavras,

Talvez isso não seja apenas impossível, mas também indesejável.
Talvez nossa responsabilidade seja outra: acompanhar seu fim
com sabedoria, justiça e compaixão. Não como quem
espera uma catástrofe mundial, mas como quem
se prepara para um parto difícil; não como salvadores,
mas como cuidadores da transição, guardiões da dignidade
no limiar de um mundo que se esgota e outro que mal começa a nascer.

Betty Fuxs e Luiz Alberto Fortunato tomam para análise, nos dois textos seguintes, a fragilidade da democracia brasileira. Em *Dia dos Cristais*, a autora amplia o olhar e historiciza os recorrentes riscos de ataque à democracia. Em *Tradição da Traição*, Fortunato foca na tendência histórica golpista que permeia todo o período republicano do Brasil, enfatizando o protagonismo dos militares nesta instável travessia.

De diferentes modos, a questão do trauma psíquico e social permeia todos os artigos e se impõe como objeto de atenção. As marcantes inquietudes que percorrem os textos dessa *Espiral* não se esquivam da hipercomplexidade do real, e entrelaçam denúncias de alienação, injustiça, exclusão social e violações de direitos. Os autores aqui reunidos não se conhecem, mas se aproximam por afinidades ideológicas e humanitárias. Todos, a seu modo e em seus projetos de pesquisa em ação, denunciam as marcas da dor dos traumas sofridos em relações políticas institucionais truculentas e brutais.

Carla Penna nos traz um texto sobre atividades terapêuticas com grandes grupos em situações traumáticas decorrentes de guerras, conflitos étnicos, terrorismo, racismo, desemprego, migração forçada e preocupações ecológicas. Apesar das dificuldades inerentes ao processo, aposta nesse trabalho com grandes grupos como oportunidade de favorecimento

para a elaboração de traumas coletivos e reparação de conflitos intergrupais no contexto sócio político, elaboração do que foi socialmente transmitido, negado, encapsulado. Uma pequena centelha, como Carla coloca, diante dos abismos empáticos.

Na sequência, os três trabalhos surgem de dentro da clínica social do IEC. Dos nove supervisores atuando no momento, movimentando ao todo sete equipes de atendimento e supervisão, sete são ex-iequianos que retornaram para assumir a função de supervisores, consolidando a sucessão na continuidade do funcionamento institucional.

Em “Gingas entre o institucional, o singular e o coletivo: uma experiência de psicanálise, grupo e território” Laura Flacksman, Luciano Dias, Natasha Helsingier sobem o morro da Babilônia, atendendo o pedido do Mestre de Capoeira, Ferradura e nos trazem um texto sobre trabalho psicanalítico com pequenos grupos. Foram para ouvir os meninos e favorecer os atos de fala. São psicanalistas, terapeutas, facilitadores da livre expressão entre os adolescentes no trabalho com pequenos grupos. Voltaram para nos contar, a partir do que ouviram, o que puderam problematizar clínica e politicamente nessa experiência. Logo após, em “Da clínica do homem aranha ao trabalho como supervisor: um percurso no IEC”, Felipe Viana Pinheiro faz um recuo de 10 anos no tempo, para rever seu fazer clínico na condução de um processo de análise com criança enfatizando, a partir da subjetividade do pequeno analisando, a importância da formação de redes para o enfrentamento do desamparo. Ao mesmo tempo, lança seu novo olhar – agora na posição de supervisor - na direção dos anseios e impasses de nossa clínica social. Para fechar a contribuição do IEC, um texto escrito à muitas mãos, fruto de um dos Gts de nossa Jornada Clínica de 2024, “A (Trans)Formação do analista e o lugar do IEC Nessa travessia” compõe um mosaico que traz os primeiros passos de uma pesquisa preliminar em curso, sobre a formação de analistas no IEC, enfatizando o aspecto transformador inerente ao contexto das clínicas sociais abertas.

Em “RAAVE: o encontro do multidisciplinar com o indisciplinável a serviço de um projeto de país” Dejaney Ferreira e Guilherme Pimentel escrevem sobre a difícil empreitada de Construção da RAAVE, uma rede sócio institucional criada a partir da necessidade urgente de suporte jurídico e psicossocial, direcionado aos movimentos de mães e familiares de vítimas letais da violência de Estado nas mais diversas favelas e periferias da Região Metropolitana fluminense.

No texto seguinte, Da Remição à Remissão, Eliana Yunes revisita, na primeira pessoa, a experiência de seu trabalho com população carcerária realizado nos anos 90. Ali, na luta contra a desumanização e em favor do direito à educação e à saúde, a arma proposta é a leitura. A população sobre a qual se debruçam os autores, na sequência desses dois textos é a mesma: de 1990 à 2025, são os jovens pretos e pobres que estão atrás das grades ou sendo assassinados por uma política de Estado ineficaz, que encontra na prática de uma necropo-

lítica do corpo ou da alma sua única saída, dando mostras de que nosso passado colonial e escravocrata nunca esteve tão presente.

Por fim, o convite de Morin ao viver poético é respondido pelas editoras, com o resgate de um poema deixado por nosso querido e eterno Ricardo Kubrusly, fragmento de uma série que ele denominou Pautas e com as quais se achava envolvido nos últimos meses de sua vida. Com a lufada de poesia de “Duelo, entre o terceiro excluído e a não contradição” fechamos esta publicação, agradecendo aos nossos colaboradores, aos leitores que nos acompanham e desejando aos novos companheiros uma boa leitura.

Morin:

Convite ao indispensável viver poético¹

Sumário

Entrevista

RESUMO:

A entrevista aborda temas cruciais sobre civilização e barbárie, sob a ótica do pensador que fez circular as idéias do Pensamento Complexo, difundindo uma metodologia de reflexão multidisciplinar que envolve a religação dos saberes, fora dos ditames da fragmentação. Acontece no mesmo ano em que eclode a guerra entre Ucrânia e Rússia, quando o filósofo revisita as muitas guerras pelas quais passou, e por ocasião do lançamento de seu livro : De guerra Em guerra, de 1940 à Ucrânia, Edições SESC.

Palavras Chaves: guerra, pensamento maniqueísta, polarizações, futuro da humanidade, prosa, poesia, egocentrismo, fraternidade, resistência, hegemonia do lucro, degradação ecológica.

Apresentação

Edgar Morin é um homem com uma missão. Uma missão inacabada, inadiável, inevitável: transmitir suas ideias, compartilhar seus conhecimentos, oferecer o legado mais rico possível. A produção intelectual o mantém lúcido e alerta, às vésperas aos 101 anos de idade.² É o que o alimenta – e o preserva: ele se vê “possuído” diante do computador toda vez que enfrenta um livro ou artigo. Em seu livro *Lições de um século de vida* (Bertrand Brasil), confessa que foi um péssimo filho e um péssimo pai. Não é um mau marido, diz ele. Não é um mau pensador...

Ele é o sobrevivente de uma espécie em extinção: a dos grandes intelectuais do século XX. Já escreveu mais de 20 livros (além de outros pequenos, entrevistas, etc.) e na França acaba de publicar *De guerre en guerre: de 1940 à l'Ukraine* (*De guerra em guerra: de 1940 à Ucrânia*, ainda sem tradução no Brasil), um ensaio inconformista, “dissidente”, como ele mesmo diz, alheio à corrente de pensamento que domina na mídia ocidental clássica, no qual faz um apelo claro pela paz na guerra que abala o mundo desde fevereiro de 2022. Em junho, planeja publicar outra obra, *Encore un peu* [*Um pouco mais*]. E em setembro, para não baixar a guarda, mais um, co-escrito com a mulher que lhe dá sustentação e vida, Sabah Abuessalam, socióloga marroquina com quem vive desde que se conheceram, numa conferência em 2009.

¹ Fonte: “Outras Palavras” 02/06/2023, Entrevista a Joseba Elola para *El País* | Tradução: Maurício Ayer

² Neste momento, Edgar Morin está com 103 anos e perto de completar 104 em 09/07/25

Intelectual de referência para a esquerda francesa, inspirador (juntamente com Stéphane Hessel) daqueles jovens que saíram às ruas do mundo no ano do 15-M [15 de maio de 2019], este descendente de judeus sefarditas espanhóis (nascido como Edgar Nahoum) é um humanista que sempre gostou de intervir na discussão pública. No entanto, no campo do pensamento, é reconhecido pela publicação entre 1977 e 2004 dos seis volumes de *O método*, onde desenvolve as chaves do pensamento complexo, uma metodologia de reflexão multidisciplinar e panorâmica, fora de gavetas estanques.

Recebeu-nos num dos seus recantos preferidos de Marrakech (mora sempre em trânsito entre Paris, Montpellier – sul de França – e a cidade marroquina), no palácio Es Saadi, um pomar de pássaros e palmeiras transformado em hotel: na sua casa o ar condicionado quebrou e ele não consegue ficar lá, o calor lhe tira as forças. O peso nos ombros de 101 anos vividos desaparece repentinamente assim que o gravador é ligado. Ele começa a falar e brilha. O ímpeto irrompe na voz, um tanto alquebrada, e as mãos começam a acompanhar as inflexões de suas palavras.

A Entrevista

Joseba Elola – Você começa seu novo livro evocando os primeiros bombardeios da Luftwaffe que aniquilaram Roterdã em maio de 1940. Você foi designado para o Estado-Maior do Primeiro Exército, comandado por Lattre de Tassigny. Será o fato de ter vivido o horror da guerra que o levou a escrever mais um livro, com mais de 100 anos?

Edgar Morin – As imagens da guerra na Ucrânia, os prédios destruídos, os cadáveres de civis... Tudo isso me lembrou as guerras que vivi e em particular a Segunda Guerra Mundial. Nesses tempos, vi cidades como Hamburgo, como Mannheim, completamente destruídas.

Qualquer guerra em nome do bem na verdade envolve o mal, você diz. Isso acontece na Ucrânia?

Sim, mas em um nível muito menos massivo. Sim, a Rússia de Putin é culpada de ter atacado a Ucrânia. Até tentou anexar a Ucrânia. Mas há crimes de guerra cometidos por ambos os lados, há propaganda de guerra de ambos os lados. A guerra favorece a mentira, a informação falsa, esconder o que é negativo para o seu lado... Queria que os nossos contemporâneos soubessem disso. Tanto mais que na França, por exemplo, houve uma espécie de beatificação da Ucrânia, ao mesmo tempo em que intenções diabólicas foram atribuídas a Putin.

As intenções de Putin não são diabólicas?

O que há de diabólico em Putin, acima de tudo, é sua repressão interna a seus oponentes e a ditadura que mantém na Rússia. Você está no meio de uma guerra, que evidentemente tem

aspectos criminosos. Mas somos informados das ações dos russos pelos ucranianos. Há névoa de informação.

Em seu livro, você faz um apelo claro pela paz. Mas a paz significa fazer concessões a um invasor, a Putin.

Quando as forças dos dois adversários são iguais, podem ser alcançados acordos de compromisso. A Crimeia, em 2014, contava segundo o censo com 1,4 milhão de russos, 500 mil ucranianos e 400 mil tártaros. Considerando a história e a demografia, um acordo poderia ser buscado nessa região. Não está claro por que a Ucrânia está pedindo o monopólio da Crimeia, um compromisso poderia ser buscado. Donbas é uma região extremamente rica em minerais que começou a ser industrializada pela Rússia czarista no final do século XIX. E foi a URSS de Stálin que a hiperindustrializou, grande parte dos engenheiros e operários são de origem russa. Pode-se levantar a questão de que a riqueza de Donbass foi explorada em comum.

Esse tipo de concessão deve ser feito?

Poderia ser uma solução de compromisso para obter a soberania da Ucrânia, a sua adesão à União Europeia e sua neutralidade militar. Não podemos esquecer que os americanos tiveram um papel fundamental em toda a cronologia que conduziu à guerra, com o alargamento da OTAN. Há um novo imperialismo russo de caráter pan-eslavo. Mas há também um imperialismo estadunidense que está presente de forma política, econômica e militar. A Ucrânia, em sua busca por independência e soberania, é palco de um conflito entre dois imperialismos. Com este livro, eu sabia que não estava no *mainstream*, eu sei muito bem que ele é dissidente nas atuais circunstâncias. E, no entanto, eu corri o risco, o risco de ser atacado. Você sabe, na França, qualquer um que discorde é imediatamente tachado de putiniano...

Isso o preocupa?

Não gosto. Mas meu dever é dizer o que penso ser útil. Estamos em uma época em que o pensamento maniqueísta e as alternativas simplistas se disfarçam de conhecimento ou pensamento. E, nas condições atuais, é cada vez mais difícil defender uma visão complexa das coisas.

Talvez voltemos à guerra, mas, mudando de assunto, você se diz herdeiro de Montaigne e Spinoza.

Sim, porque Montaigne aconselhava a prática da dúvida e do autoconhecimento. Ele tinha um espírito muito humano. Ele disse: “Todo homem é meu compatriota”. Ele é o primeiro anticolonialista. E Spinoza fez a grande revolução do pensamento acabando com a ideia de um Deus superior e externo ao mundo, que é seu criador e dono. Ele deu soberania criativa à natureza.

Permita-me uma pergunta, Sr. Morin: o que o senhor faz para manter tão bem suas faculdades intelectuais aos 101 anos de idade?

Eu persevero em meu ser, como diria Spinoza. A idade me afeta, ando pior do que antes, tenho vários problemas físicos, mas felizmente mentalmente continuo o mesmo. Guardo toda a minha curiosidade, meu interesse pelo futuro da humanidade.

E como você vê esse futuro?

Não acho que estamos caminhando para um amanhã brilhante. O futuro é sombrio. Sei que muitas vezes o inesperado acontece na história, estou atento e vigilante. Mas estou muito preocupado com o futuro da humanidade.

Em seu livro *Lições de um século de vida*, você diz que é fundamental ter uma vida poética.

Não se pode viver poeticamente o tempo todo. A vida é uma luta entre a prosa e a poesia. A prosa é a coisa chata, a coisa que você tem que aguentar. A poesia é esse estado de encantamento, de comunhão, de gozo, aquele que dá amor ao outro, amizade coletiva, obra de arte... Cada um de nós deve procurar cultivar a parte poética da vida porque isso é viver. A outra é apenas sobrevivência.

O que mais o surpreende no modo de vida contemporâneo?

Nas grandes cidades, acima de tudo, o anonimato. Vivi na minha juventude uma época em que os vizinhos não só conversavam, mas se ajudavam, você conversava com o balconista... Hoje assistimos à destruição da convivência. Algo permanece, com os amigos, com a família. Além do anonimato, há a robotização da vida, as obrigações cronometradas cada vez mais estritas no trabalho... Tudo isso leva a uma degradação da civilização, da civilidade e das relações humanas.

Você costuma dizer que em nossas sociedades está ocorrendo uma metástase do ego.

O individualismo moderno desenvolveu aspectos positivos, como a conquista da autonomia. Mas também negativos, como a predominância de si mesmo sobre os outros. O ser humano é, por um lado, egocêntrico: deve defender-se, alimentar-se e pensar em si; mas também é aberto aos outros, é comunitário, há amor... O egocentrismo deve ser reduzido ao mínimo vital de conservação. A fraternidade é algo capital.

Você disse em entrevista a Nuccio Ordine: “O desenvolvimento econômico capitalista desencadeou os grandes problemas de nosso planeta.” É assim?

A hegemonia do lucro está se manifestando em todo o mundo e está levando à degradação ecológica do planeta. Temos que resistir, tentando viver num oásis de fraternidade e convi-

vência, porque no momento não há força política capaz de criar uma nova política de civilização, um caminho.

Neste ponto da sua vida, como você se define politicamente?

Eu me defino como um homem de esquerda. Mas desde minha ruptura com o comunismo em 1951, sou independente de qualquer partido e quero continuar assim. Estar à esquerda significa beber elementos de três fontes principais, e de uma quarta: do anarquismo, o indivíduo livre; do socialismo, uma sociedade melhor; do comunismo, uma irmandade humana. Essas três noções foram separadas e opostas, e para mim essas três noções devem estar associadas. A quarta é a relação com a natureza que a ecologia nos ensina.

E como a esquerda deve se posicionar diante desse desenvolvimento econômico capitalista?

Devemos reverter a hegemonia do lucro em todas as áreas onde for possível. Na agricultura, deixar progressivamente o industrializado para ir em direção ao ecológico. Devemos recuperar o sentido da solidariedade. O neoliberalismo econômico tende a destruir os serviços públicos, há que infundir-lhes vitalidade. As reformas são necessárias para transformar gradualmente a sociedade porque, na minha opinião, a revolução não é possível; pelo menos, tal como existiu, foi mais destrutiva do que construtiva, estou pensando na União Soviética ou na China. Esta é uma missão coletiva progressista e, no momento, não há força política capaz de promovê-la.

Você não consegue encontrar uma força de esquerda em qualquer país que seja interessante para você?

Houve tentativas, mas não duraram muito e fracassaram, como no Equador do presidente [Rafael] Correa; no Chile houve um impulso, mas não se concluiu; no Brasil, teve elementos positivos, mas não deu certo. O planeta vive um processo de regressão política generalizada: crise da democracia, regimes de fachada democrática e neo-autoritários que se multiplicam... Não é só o caso da Rússia, Turquia ou Hungria. Na Europa existem outros países ameaçados, como a França.

Você vê a França ameaçada?

Regressão econômica, desigualdades crescentes, poder dos super-ricos, uma elite muito pequena enquanto o resto do mundo empobrece... Estamos em uma vertente perigosa.

E como você acha que influenciou tudo isso a oposição a Macron nas ruas e o aumento da idade de aposentadoria na França?

Acho que o movimento que vai se beneficiar com tudo isso será o Reagrupamento Nacional de Marine Le Pen, que se manteve à espera. Com a desintegração da direita clássica, a crise do

macronismo, que era uma espécie de centrismo, e a crise da esquerda, corre-se o risco de que nas próximas eleições o Reagrupamento Nacional chegue legalmente ao poder e estabeleça um poder neo-autoritário.

Em entrevista que deu durante a pandemia, você disse: “Na minha idade, a morte está sempre à espreita. Portanto, é melhor pensar na vida e no que está acontecendo. A morte é um tabu em nossa sociedade, mas também é um tabu aos 101?”

Acho que esse tabu enfraqueceu um pouco. Quando escrevi *O homem e a morte*, em 1951, era um assunto que parecia obscuro. Mas é verdade que quando se passa dos 100 anos, chega-se a uma terra pouco conhecida e habitada, não há muitos centenários. É evidente que a proximidade da morte é permanente. É algo que pode me acontecer a qualquer noite, não se sabe. Enquanto sou possuído pelas forças da vida, da participação, da curiosidade e da ação, o espectro da morte se afasta. Mas devo dizer que há momentos de vazio em que, abruptamente, ele me vem. E eu digo a mim mesmo: é isso? É o destino, não só de todos os seres vivos, mas de tudo que há no mundo: até as estrelas morrem. Às vezes, é claro, a ideia de meu eu desaparecendo me dá uma sensação de vazio; eu sinto a presença do nada. Mas não sou obcecado, são momentos. Estou muito mais focado nas forças da vida que continuam me animando.

De Guerra em Guerra: de 1940 à Ucrânia, Edgar Morin³

Sumário

Eliana Yunes⁴

“Toda guerra é uma derrota”, tem repetido, insistentemente, o estadista vaticano, Francisco. O mundo “civilizado”, contudo, - li na coluna dominical da jornalista Dorrit Harazim, em O Globo, - nos últimos dois milênios, só passou 28 anos sem batalhas. Embora sua panorâmica do tema se estenda apenas pelos sec XX e XXI, Edgard Morin, uma inteligência privilegiada como testemunha ocular da História recente e arguto analista das questões sociais, usa uma centena de páginas para apontar a complexa teia que urde o absurdo sistêmico da opção pela guerra.

Aos 103 anos, segue com lucidez os descaminhos da sede de poder e dominação com vistas ao controle planetário dos bens e das ideias, submetendo bilhões à exploração pela servidão econômica em que se veem 90% dos humanos. Nem que para isto seja preciso mentir, espionar, trair, caluniar e matar populações inteiras inocentes, os governantes seguem sem vacilar seus projetos imperiais. Porque disto se trata, do imperialismo, atesta.

Morin começa por considerar que “a guerra do Bem comporta em si também o Mal” ao relembrar que as retaliações dos “justos” são perversas e violentas, como aquelas que pretendem denunciar e rechaçar. Traz como exemplo, sua própria experiência em diferentes ocasiões, quando pode constatar a violência e atrocidades injustificáveis contra alvos civis. A criminalização dos diferentes, em qualquer ordem política ou cultural, desata um ódio que se dissemina como ameaça e, logo, como histeria coletiva ao fazer “a conversão de um sintoma mental ou imaginário em um sintoma de realidade”. E povos inteiros se tornam coniventes às monstruosidades perpetradas pelos senhores do mundo, de tal modo que obras artísticas geniais, de valor universal, entram no *index prohibitorum* da cultura revertida a inimiga.

No jogo pérfido que se estabelece diante da guerra declarada, as ações de um adversário alimentam a ira do outro, a ponto de, em o sabendo derrotado, se intensifica a chacina, como aponta Morin, no uso das bombas nucleares pelos EUA na II guerra, no Pacífico. E como em jogo de dominó uma guerra leva a outras, - De Guerra em Guerra - tanto no caso europeu que incendiou os Balcãs, como no caso da Argélia, de que se envergonhavam Camus e ele mesmo, que denuncia nominalmente os organismos internacionais por omissão. Sua

³ Edições SESC, São Paulo, 2024. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco

⁴ Eliane Yunes Profª Drª Associada da PUC-Rio 1975-2018; Diretora da Cátedra Unesco de Leitura PUC-Rio 2005/2013 e para o Instituto Interdisciplinar de Leitura – iiLER 2014/2017; PROLER – Casa da Leitura Biblioteca Nacional 1992/1997. Membro fundadora do IEC desde 2000.

leitura abrange os primórdios da revolução bolchevique e a I Guerra mundial, com os desdobramentos que mostram a miopia das relações políticas

O trabalho de esquadramento no tabuleiro de xadrez que jogam oriente e ocidente, hoje Rússia e EUA, apesar das tentativas de pôr fim à Guerra Fria, exhibe um olhar atento sobre as artimanhas para envolver outras áreas geográficas, como no caso da OTAN e a interferência nos países produtores de petróleo, com intromissão das duas potências.

Um capítulo particular deste seu ensaio crítico das guerras civis e internacionais é o que se dedica a analisar o sobressalto constante como *irrupções inesperadas*, desencadeadas por causas remotas ou próximas, que Morin segue desde o desencadear da I Guerra até as advertências severas de cientistas quanto às mudanças climáticas nos anos 70. O atropelo de ocorrências tomadas por ele como súbitas, como o ataque a Pearl Harbor, a crise dos mísseis em Cuba, o colapso da União soviética, o surgimento da Al-Qaeda, mereciam, no entanto um melhor apuro, pois o sociólogo termina por admitir que “ toda ação entra em um circuito de interações e retroações que podem modificar o sentido da ação”.

Em outros casos, é verdade, há um erro de cálculo, como a quebra do pacto de não-agressão da Alemanha com a URSS, com a decisão de Hitler de invadir as fronteiras de Stalin e assim iniciar sua derrocada. Ao fazer o que chama de contextualização do momento crítico que se vive no oriente próximo com a embolada de divergências e guerras particulares, passa a construir uma retrospectiva ampla de causas ‘na história recente de dois ou três séculos, onde o único nome a escapar de sua condenação é o de M Gorbatchov, capaz de acreditar na palavra do americano Bush 1º, quanto ao compromisso de não ampliar a OTAN, motivo, afinal, da atual destruição da Ucrânia.

Com invejável capacidade de análise e ampla visão das vertentes diversas que levam a este confronto, Morin não se limita ao front atual e vê com perspicácia as tramas que levam a Ucrânia a repetir equívocos de outras guerras e cair presa na rede do confronto entre os imperialismos norte-americano e russo. Sua antevisão (escreve em novembro de 2022) o levam a antecipar as jogadas do momento atual da guerra, ainda que pouco se saiba do que se passa no interior da Rússia.

O argumento de fundo do filósofo está em, apesar de termos “chegado à sociedade do conhecimento, estamos mergulhados numa cegueira que, quanto mais acredita possuir os meios adequados do saber, mais aumenta” perigosamente, entre ilusões e degradação do planeta e da vida. E declara: “entramos na crise da humanidade sem sequer ter conseguido alcançar a Humanidade”.

O mais notável, no entanto, é sua capacidade para pensar saídas, ao menos para este confronto liminar. Com bom-senso lida com a complexidade e variantes dos diferentes plei-

tos para pôr fim a uma guerra que se espalha por simbiótica proximidade por todo o médio oriente. Dispondo de informação ampla e privilegiada posição de perspectiva do conflito, propõe sozinho o que a ONU não é capaz de gerar. Ali está a singeleza do complexo: o diálogo, a capacidade de ceder e trocar por um bem maior, aproveitando que há um equilíbrio entre as forças em choque.

Não havia ocorrido o episódio palestino, também inesperado(?) mas plausível, dadas as circunstâncias que ele mesmo dissecou no capítulo sobre os desacertos do pós-guerra, em que compensar os judeus (Morin é sefardita), significou descompensar os palestinos. Valeria o mesmo o mesmo saber que tece ciências e histórias, artes e fazeres, para elucidar aí também, o caminho da paz. “Pela paz”, é como fecha sua reflexão, quase súplice.

Edgard de Assis Carvalho

RESUMO POR ELIANA YUNES

Este artigo denuncia com veemência, como o processo civilizatório ora estancado, desconectou o avanço tecnológico da ciência, afetando gravemente a condição humana e o próprio planeta. Em análise densa e fundamentada em filósofos e cientistas de prestígio internacional, aponta para a obsessão do progresso ilimitado unidirecional que mimetiza o caos a partir do ocidente. Sua recusa em compreender e aceitar a complementaridade dos opostos, rejeitando diferenças conciliáveis, materializa o cenário de horrores que sufoca povos e países ao mercado e ao poder bélico.

A disputa político-econômica brutal e desmedida, sustentada sobre ideologias de controle massivo, não encontra saídas que as artes, o cinema e a literatura, ao menos, assinalam como urgentes, indiciando uma mobilização de resistência, afastada pelas mídias alienantes que fragmentam a possibilidade de religação dos saberes. Assumindo um compromisso com a reflexão em saída, propõe a reeducação sobre quatro pilares: a tolerância, a revolta, a responsabilidade e a ética, à cuja escuta os donos do poder se recusam. De forma discreta, enuncia através destes valores, a esperança de que as rupturas possam ser elas mesmas estancadas em processo regenerador da humanização.

Palavras-chaves: crise planetária, tolerância, revolta, responsabilidade, ética, religação dos saberes.

Onde quer que tenha chegado um homem de ciência, lá já esteve um poeta.
Sigmund Freud

O Um é todo e o todo é um; se isso for compreendido, não precisas mais te lamentares que não é perfeito.
Preceito zen-budista

As ciências humanas podem tomar os caminhos da instabilidade e do caos. É preciso, no entanto, permanecer prudente porque o mecanismo de decisão... é evidentemente muito diferente no caso das moléculas e no caso do homem.
Ilya Prigogine

⁵ Originalmente publicado na Revista *MARGEM*, vol 11, março 2000. São Paulo: FAPESP/EDUC.

Os diferencialismos contemporâneos têm-se constituído como um dos maiores desafios da modernidade. Dotados de uma força centrípeta sem precedentes, vêm conseguindo disseminar ódios generalizados que se ampliam por uma violência mimética quase que incontrolável. Essa ‘geopolítica do caos’, que descombina com a pretensão do ano 2000 ser denominado o ‘ano internacional da cultura da paz’, mais se assemelha a uma guerra civil generalizada do que a um espaço em que predominem a conciliação e a colaboração interculturais, já preconizadas por Claude Lévi-Strauss, desde os anos sessenta, em dois textos seminais intitulados respectivamente *Raça e História* e *Raça e Cultura*⁶. Neles, Lévi-Strauss deixa claro que as diferenças não deveriam ser entendidas como algo excludente e exclusivo, mas como experiências sociológicas diversas da nossa, mesmo que o dever histórico tenha se incumbido de realizar a osmose cultural, e isso porque nós e eles pertencemos agora à uma mesma história, regida pelo caráter unidimensional da técnica e do progresso. Verdade é que a globalização vem recebendo interpretações que divinizam a homogeneidade de um lado e, de outro, diabolizam a ampliação das exclusões e da banalização do mal. As duas posições expressam sintomas de algo muito regressivo que se encontra a caminho, o que requer de intelectuais, políticos e poetas atenção redobrada e sintonia redobradas. Apenas assim será possível conter o pretenso hibridismo da ‘alta cultura globalizada’ levada a cabo por elites extraterritoriais que definem o comando do planeta e sepultam o questionamento do imaginário e do real, como se eles constituíssem algo intransitivo, cíclico e imobilista.

Zygmunt Bauman, com todo acerto, ponderou na introdução de seu livro sobre as consequências da globalização que “o preço do silêncio é pago na dura moeda corrente do sofrimento humano. Fazer as perguntas certas constitui, afinal, toda a diferença entre sina e destino, entre andar à deriva e viajar”⁷. Se silenciar implica sempre em aderir, denunciar requer abdicar da segurança do isolamento territorial, para estender o olhar e a escuta para longe de si e dos outros, usar a desordem instalada pelos supervisores do poder e transformá-la em algo reorganizador e dissipante. Resta saber como realizar essa insana tarefa. Talvez fosse possível deslocar a ansiedade e extrair algumas consequências de toda essa excitação proveniente da sociedade do espetáculo, que se reproduz numa contradição aparentemente não antagônica entre uma lei global e ordens locais, circundantes do mal-estar desse suposto ‘estágio pós-moderno da modernidade’ em que nos encontramos.

Em primeiro lugar, cabe uma crítica à cultura ocidental, antropocêntrica, imperial, arrogante, que jogou de lado a complementaridade de sabedorias orientais responsáveis pelo desencadeamento de muitas revoluções tecnológicas que iriam, pelo menos nos últimos tre-

⁶ Claude Lévi-Strauss. *Raça e História*. Em *Antropologia Estrutural II*. Trad. Maria do Carmo Paldolfo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976, cap. XVIII, pp. 322/366; *Race et Culture*. Em *Le regard éloigné*. Paris, Plon, 1983, cap. I, pp. 21/48.

⁷ Zygmunt Bauman. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Zahar, 1999, p.11.

zentos anos, constituir o perfil de uma longa história repleta de descobrimentos escusos, dominações culturais e exclusões sistemáticas.

Historicamente, o Ocidente incorporou conquistas tecnológicas, as chinesas principalmente, e relegou a ciência que as fundamentavam ao esquecimento e à incúria, como produtos descartáveis, quase míticos, representativos de um tempo em que a cultura científica e a cultura das humanidades não se encontrava separada. É bem verdade que os paralelos entre ciência oriental e ocidental vem tomando corpo em muitas cosmovisões das ciências da natureza e da cultura, o que, de certa forma, configura o que Felipe Fernandez-Armesto⁸ denominou, com uma certa ironia, ‘a vingança do leste’. Basta ler e meditar sobre alguns textos de pensadores Niels Bohr, Fritjof Capra, Francisco Varela, Trin Xhuan Thuan, Edgar Morin, Ilya Prigogine para saber disto.

Ao que tudo indica, o antigo fascínio pelo Oriente que sempre foi muito obsessivo e lascivo, adquire agora um estatuto epistemológico mais consistente e respeitoso, fundado na complementaridade da harmonia e do caos, na compatibilidade de opostos aparentemente irreconciliáveis, como se, constantemente, a heráldica de Bohr, objetivada em 1947 ao receber o prêmio Nobel, na expressão ‘Contraria sunt Complementa’, constituísse um operador imaginário radical no qual a linguagem da ciência ocidental fosse identificada como um campo minado, disjuntor da razão e da desrazão, da repetição e da criatividade, da prosa e da poesia.”Ao rastrear as esquivas “partículas” da mecânica quântica, ao imaginar os “mundos irrealizados”, ao especular sobre o que existe no outro lado de um buraco negro, a linguagem tradicional da ciência ocidental ... é enlouquecedoramente inadequada”⁹.

Mas essa recuperação da linguagem está longe de garantir o exercício de uma futurologia, no qual a violência estaria ausente e a ‘cultura da paz’ instalada. Ao visualizarmos apenas o século XX, nos deparamos com uma história internacional dos horrores que contém um exibicionismo tecnoeconômico sem precedentes, ao lado de um teatro de crueldades que exhibe duas guerras mundiais, nazismo, facismo, ditaduras, genocídios, discriminações, socialismos abortados, democracias corrompidas, ressurgimentos étnicos e fanatismos identitários.

A luta pela existência que comanda a evolução das sociedades humanas, pelo menos desde que Charles Darwin publicou a ‘Origem das Espécies’, em 1859, transferiu-se para a dominação de nações sobre nações, de homens sobre homens. A luta brutal, por si só, garantiria a sobrevivência e a liderança daqueles considerados mais aptos para conduzir os destinos da humanidade. Aos outros, caberia se contentar em serem rotulados como impotentes, dege-

⁸ Felipe Fernandez-Armesto. Milênio. Uma história de nossos últimos mil anos. Trad. Antonio Machado, Rio de Janeiro, Record, 1999.

⁹ Felipe Fernandez-Armesto, op. cit., p. 821.

nerados ou decadentes, matéria perdida da adaptação, como se os processos civilizatórios instalassem sempre o sucesso de uns poucos em detrimento da falência e da exclusão de muitos.

Progresso e barbárie constituíram-se desde 1900 como componentes indissolúveis de uma nova idade das trevas que despontava no cenário mundial regido por nações cada vez mais eficientes, aptas a reprimir qualquer sentimento contestatório. Ao analisar os sentimentos originais do século passado, Clive Ponting afirmou que “para as elites dos estados centrais, o crescimento da classe trabalhadora e dos movimentos socialistas era entendido como uma grande traição. O imperialismo e as guerras, assim como a objetivação da eficiência nacional interna representavam tentativas de canalizar as energias das massas para áreas menos perigosas”¹⁰. Cegos como Édipo, continuamos, nesses inícios do século XXI, a reproduzir essa ‘história universal da infâmia’, depositários que somos de uma vergonha universal que não tem mais limites físicos, psíquicos, geográficos, nacionais.

Jorge Luís Borges captou, de modo superlativo, essa universalidade da infâmia em 1935, quando, em *Etcétera*, exibiu-a em um conjunto de atrocidades, imposturas, iniquidades, incivildades e vinganças que os humanos cometem contra eles próprios, convertidos numa câmara de estátuas que cheira a dor e desolação, um castelo inexpugnável lacrado por vinte e quatro fechaduras inexpugnáveis. Esse castelo metafórico, que poderia representar a sociedade humana, nunca poderia ser violado, porque nele estariam depositados os segredos de uma sabedoria que tornaria possível uma existência mais digna. Por isso, os reis sempre adicionavam mais uma fechadura em seus reinados. Mas a tomada do poder por um forasteiro maldoso fez com que as fechaduras fossem abertas e o vaticínio se cumprisse: “Se alguma mão abrir a porta desde castelo, os guerreiros de carne que se parecem aos guerreiros de metal da entrada tomarão o reino.”¹¹

É como um castelo lacrado que percebo esse ‘planeta das desordens’, denominação cunhada por Ignacio Ramonet, para definir alguns dos efeitos dos paradigmas da comunicação e do mercado que se converteram nos sustentáculos do edifício sociopolítico contemporâneo.

Como a frieza das estátuas das infâmias borgeanas, esse novo paradigma consagrou o modelo do arquipélago: para cinco bilhões de humanos “apenas 500 milhões vivem confortavelmente, enquanto 4 bilhões e meio permanecem na necessidade. Um planeta onde a fortuna das 358 pessoas mais ricas... é superior à renda anual dos 45% dos habitantes mais pobres, ou seja, 2.6 bilhões de pessoas”¹². Se todos esses perdedores não conseguem se articu-

¹⁰ Clive Ponting. *The Pimlico History of the twentieth century*. London, Pimlico, 1999, p. 32.

¹¹ Jorge Luís Borges. *História universal da infâmia*. Vários tradutores. Em *Obras completas*, v. I, 1923-49, São Paulo, Globo, 1988, p. 371.

¹² Ignacio Ramonet. La panete des desordres. *Maniere de voir* 33, *Le monde diplomatique*, fev./1997, p. 7.

lar para tomar de assalto o castelo, resta ao pensamento complexo estabelecer uma noologia capaz de redesenhar cenários bioculturais para um novo mapa do mundo.

A tarefa é hercúlea e demanda raiva e paciência, além de grande energia cognitiva e política. Eric Hobsbawn reconheceu que, embora o século XX tenha sido reconhecido como o século americano, é duvidoso que os EUA venham a perpetuar sua hegemonia fundada no controle da economia global como pretendem. Hobsbawn considera um equívoco a ambição americana de exercer o papel de polícia do mundo e de controlar uma nova ordem mundial. Mas há, contudo, uma suposta *beleza americana* que não deve — e nem pode — ser menosprezada, reforçada pelo domínio do inglês e das corporações da informática e da biotecnologia, isso sem falar que, na circulação da Internet, o inglês representa 75% dos textos circulantes, e o francês, espanhol e português, juntos, apenas 6.1%. Se é forçoso reconhecer que a despolitização e a desideologização da política têm redundado no avanço do conservadorismo de direita em todo o planeta e na reativação de pulsões imperiais como no caso dos EUA, ainda é prematuro admitir-se o fim da política, ou o fim da história, como pretendem algumas cassandras que proliferam nas ciências humanas.

“Mas creio — reitera Hobsbawn — que a despolitização de grandes massas de cidadãos é um grande perigo, porque pode produzir a mobilização de formas totalmente alheias ao *modus operandi* de qualquer tipo de política democrática”¹³.

No meu entender, a possibilidade de se enfrentar esses infernos da diferença implica em reproblematicar os significados mais amplos contidos na tolerância, na responsabilidade, na revolta e na ética, para redesenhar algumas *regras da vida*, nas quais valores públicos desencadeadores de direitos e liberdades humanas passem a ser circundados por princípios ecológicos, orgânicos e superorgânicos de caráter holístico, transcultural e transpolítico.

Tolerância

Não se pode afirmar que haja uma data oficial para o nascimento da tolerância, mas o ano de 1998 voltou a rediscutir a questão, impulsionado pela comemoração dos 400 anos da promulgação do Editto de Nantes, que pôs fim a sangrentas guerras religiosas e pelo fato de que, em 1989, o bicentenário da Declaração dos direitos do homem já havia sinalizado que uma retomada civilizatória fundada na salvação terrestre não era algo impensável, pelo menos no plano das idéias. A ambigüidade do conceito já foi bastante enfatizada, mas talvez caiba voltar a própria etimologia da palavra. Tolerar pode significar sofrer, suportar, não interditar, assim como denotar a ação de erguer, de ter liberdade para enfrentar dificuldades e superar obstáculos.

¹³ Eric Hobsbawn. El siglo XX visto por un maestro del pasado. El País, 11/3/2000, nº 433, p. 5.

Reconhecida como propiciadora da paz civil e da justiça, a tolerância foi tematizada por Diderot, Rousseau e principalmente por Voltaire. Em seu Tratado sobre a tolerância, escrito em 1763, deparemos com a irreduzível tensão entre tolerância e fanatismo, entre culturas que se pretendem equivalentes e identidades que se objetivam na tirania e na violência mimética. Por isso, uma topologia da tolerância esbarra na perversidade relativista, essa “paródia total e desastrosa do mundo em que vivemos”, como bem reiterou Ernst Gellner¹⁴. Em nome do tudo pode, o relativismo esteriliza a diferença, não permitindo qualquer tipo de abertura para novas conexões, estilos societários e reorganizações culturais. Mas essa topologia poderá conter o que denomino tolerância prática, fundada na interdependência, realimentação, cooperação e parceria aberta das culturas planetárias, que constituem a teia geral da vida, essa feliz expressão de Capra que acena para o jogo múltiplo das interdependências, retroações e recursividades.

Mas, como Paul Ricoeur deixou mais do que expresso, “dois perigos ameaçam o discurso da tolerância: o da banalidade e o da confusão”¹⁵. Se a tolerância sempre contém seu oposto, a intolerância, resta definir o intolerável. Para gritar “Isso é intolerável”, torna-se necessário distinguir o plano institucional, do Estado e da Igreja, o cultural, formador de atitudes, e o religioso/teológico, em que o sentido da verdade pode ser buscado. Longe de gozarem de homogeneidade estrutural esses três vetores exibem contradições que fazem com que o que considerado intolerável por um deles não o seja pelos demais. No plano histórico-social, a inexistência de balizas capazes de distinguir o intolerável do tolerável desapossam o indivíduo e a própria sociedade de qualquer critério valorativo, que lhe permita decidir contra quem exercer sua intolerância, já que a definição do justo e do injusto vem perdendo nitidez, prejudicando a justa “arbitragem das pretensões rivais”¹⁶. A separação entre poder, saber e lei e a recusa a verdades oficiais consideradas inquestionáveis constituem a base para se estabelecer o ‘consenso conflitual’ de que fala Ricoeur e, desse modo, preparar o corpo e o espírito para enfrentar a intolerância selvagem, fundamentalista, castradora de direitos individuais e coletivos, o que exige vigilância crítica, abertura psíquica e pluralismo aberto.

Esse drama universal, que visível na época babilônica (539 a.C.), na noite de São Bartolomeu (1572), na paixão do Cristo e na modernidade da relação entre a Mãe e a lei, foi tematizado como nenhum livro conseguiu fazê-lo, em 1915, em *Intolerância*, filme de David Wark Griffith, que pretendia unificar a consciência do espectador em torno de uma constante cultural universal, partindo de episódios aparentemente díspares mas, ao mesmo tempo articulados, quase metafísicos. No filme de Griffith, exatamente isso fazia com que cada ele-

¹⁴ Ernst Gellner. Posmodernismo, razón, religión. Barcelona, Paidós, 1994, p. 89.

¹⁵ Paul Ricoeur. Tolérance, intolérance, intolérable. Em Lecture 1. Autour du politique. Paris, Seuil, 1991, p. 294.

¹⁶ Paul Ricoeur, op. cit., p. 300.

mento da narrativa contivesse o outro, como os pontos de um holograma em que cada parte contem a totalidade da informação do todo.

Intolerância esbarrava na megalomania do diretor, na duração excessiva, nas condições históricas que redundaram na entrada do EUA na guerra e, de certa forma, cercaram o insucesso nas exibições iniciais. Mas a pluralidade de imagens presentes na narrativa demonstra, cabalmente, que a relação entre ficção e realidade foi explicitada de tal forma, que o filme transcendeu seu tempo e ainda hoje pode — e deve — ser entendido como uma apologia da tolerância, exatamente oposto ao *Nascimento de uma nação*, de 1914, do mesmo diretor, considerado como uma apologia do fanatismo e do racismo presentes na

Ku-Klux-Klan. O caso Griffith, emblemático, porque combina e descombina explicitamente tolerância e fanatismo, não se restringe apenas à personalidade do diretor, mas antes exhibe o dilema de cada um de nós que, treinados numa cultura androcêntrica na qual *meninos não choram*, não conseguimos ultrapassar a hipocrisia que se encontra presente nas pequenas caridades e nas falsas abjeções.

A alucinação visual de *Intolerância*, vista pelo “olho mecânico” de Griffith, desloca o olhar para além da visibilidade anatômica do sistema narrativo, permitindo que uma responsabilidade para com os outros, certamente invisível para quem “olha” o filme de modo cartesiano, retorne ao centro de nossa psique e alguma utopia realizável ou algum pensamento mágico, selvagem, volte a nos contaminar. Embora a relação cinema/violência possa ser combinada de modo mais explícito, como a ditadura hitlerista o fez em *O Triunfo da Vontade*, dirigido por Leni Riefenstahl, as locações são sempre descartáveis e provisórias. Uma vez destruídas, permanece a preservação de uma reserva imaginal definitiva e irreversível, cosmicizada, como define Edgar Morin, que rearticula o social-histórico com o mítico-mágico. Por isso, Orson Welles, citado por Paul Virílio, chegou a afirmar: “para mim, tudo o que é chamado de ‘mise en scene’ é um grande blefe. A montagem é o único momento em que se pode exercer um controle absoluto sobre o filme”¹⁷. Seria demasiado atribuir à sétima arte a prefiguração de uma memória estatística semelhante a dos computadores, como pretende Virílio, que instituísse uma responsabilidade planetária em escala ampliada.

Responsabilidade

Tornar-se responsável, como estimou Hans Jonas, implica em exercitar a futurologia sempre que possível, ou seja, uma ecologia cognitiva que estabeleça um horizonte prospectivo para os sistemas vivos, apoiado numa forma de conhecimento do Bem, no qual saberes fatuais e saberes axiomáticos sejam articulados. Mais que isso, exige educação constante para

¹⁷ Paul Virílio. *Guerra e Cinema*. Trad. Paulo R. Pires. São Paulo, Página Aberta, 1993, p. 15.

que as novas gerações sejam alertadas, antes do adestramento da fragmentação levado a cabo pelo aparato escolar que, longe de rejunta saberes, dispersa-os em compartimentos estanques e incomunicáveis, enchendo as cabeças de conhecimentos especializados nunca contextualizados.

A formulação do ‘princípio responsabilidade’¹⁸ representou um marco discursivo sobre as disposições de uma ética para o futuro. A crítica à tecnologização unidimensional, que excedeu todos os prognósticos feitos pelos próprios tecnocratas há cerca de 20 anos atrás, foi realizada de modo irretocável, propiciando uma planilha de paradoxos e incertezas, que reiteram que o mundo vivente é mesmo um ‘turbilhão desprovido de centro organizador’. Nele conseguimos identificar, por vezes com uma velocidade extrema, que o inferno são os outros, mas dificilmente aceitar o inferno introjetado em nós mesmos. Por isso, criamos um significante flutuante que ora nos impele para uma direção, ora para outra. *Queremos ser John Malkovich*, e pagamos por exercer esse direito, mesmo por quinze minutos. Depois, desapossados da mente da estrela de cinema, somos projetados na dureza de uma estrada qualquer, para voltar à nossa vida encurvada, arrogante e narcísica. Seria procedente argüir se essa descida às entranhas do múltiplo, poderia tornar-nos mais responsáveis para conosco e para com os outros.

Se concordarmos com Jonas, para quem a capacidade de responsabilidade incide na faculdade ontológica da escolha de alternativas de ação, é possível supor que o entendimento ampliado do múltiplo reverta-se em investimentos de liberdade e autonomia para todos. Sendo Malkovich, ou quaisquer outros, permitiria que o quadro de significantes se ampliasse e, com isso, os seres-sujeitos exercitassem a responsabilidade de modo mais livre e menos coercitivo, vitalizando o *bonum humanum*, ou seja, “o sentido da vida e da morte, da dignidade da pessoa, e da integridade da imagem humana”¹⁹.

Esse sentido não implica, porém, em abdicação ou denegação da própria subjetividade, e isso porque todos sabemos o preço pago por Ripley, o herói sem nenhum caráter dos policiais de Patrícia Highsmith, por assumir reiteradamente que “sempre seria melhor ser um alguém de mentira do que um ninguém de verdade”. Com um mito, as três versões do romance rodadas, respectivamente, por René Clément, *O sol por testemunha*, em 1959, Wim Wenders, *O amigo americano*, em 1977, e essa última, de 1999, *O talentoso mr. Ripley*, de Anthony Minghella, por mais que tenham enfatizado a ambigüidade homossexual do personagem de modo diferenciado, brincando de tempo reversível e deslocando o cenário do crime, deixam entrever que a multiplicidade sempre é mais enriquecedora do que a unidade,

¹⁸ Hans Jonas. Le princepe responsabilité. Une éthique pour la civilisation technologique. Trad. Jean Greisch. Paris, Flammarion, 1979.

¹⁹ Hans Jonas. Pour une éthique du futur. Trad. Sabine Corneille/Philippe Ivernel. Paris, Payot/Rivages, 1998, p. 110.

mesmo que o preço a pagar seja por vezes alto demais. Se Ripley foi considerado inocente pelo sistema, mas culpado por si mesmo, esse fato não o torna mais ou menos responsável pelo crime. Sua condenação simbólica foi a preço pago por querer ser o inteiramente outro. Foi feliz em alguns momentos, apaixonado em outros, obsessivo em muitos e, por isso mesmo, considerado dialogicamente normal e anormal, obsessivo e magnânimo, egoísta e altruísta, angelical e satânico.

Essa dialogia contida em qualquer ser humano, ronda como um espectro o mal-estar da cultura. Enfrentá-la de peito aberto exige dissidência e revolta. Dissidência implica em resolução deliberada de construir espaços de liberdade que permitam exercitar a fecundidade da vida espiritual, no sentido empregado por Jan Patocha, filósofo tcheco, que incarnou como ninguém a resistência, preferindo a solidão dos sem-poder à resignação conivente e ocultadora. Ricoeur, em dois curtos e emocionantes ensaios²⁰, afirma que Patocha sempre acreditou na possibilidade da ‘solidariedade dos estarrecidos’ enfrentar as energias mortíferas da guerra e as demonizações da política. Esse estarrecimento se edifica sempre “na perseguição da incerteza e é justamente aí que reside sua frente silenciosa, sem propaganda e sem barulho, mesmo onde a Força dominante tenta dominá-la pelos meios de que dispõe. Esse tipo de solidariedade não teme a impopularidade, mas, ao contrário, lança-lhe um desafio sem palavras”²¹.

Revolta

Muitos são os dissidentes deste planeta que ousaram refletir sobre a condição humana tora dos sistemas repressivos que os exilaram e possibilitaram ao exercício da revolta repor a dignidade e a integridade da consciência. Ismail Kadaré, em sua elegia fúnebre sobre o Kosovo, captou superlativamente a dimensão trágica desse aprendizado do medo. Desde o século 14, quando sérvios, albaneses, bósnios e romenos foram massacrados pelos otomanos, a ferida nunca cicatrizou e o trabalho do luto não se completou. Constatando essa temporalidade sem esperança, Kadaré afirma: “O tempo passou, Cinco séculos se escoaram desde aquele dia que me viu cair Eu ainda estou aqui, sozinho em meu *turbé*, sob a pequena chama desse lúgubre pavio. Assim como o estrondo do mar, o alarido que produzem é contínuo”²². O Brasil, que passou por 15 anos de ditadura militar entre 1964 e 1979, exatamente hoje, nessas águas de 31 de março, há 36 anos atrás, cindiu a nação em *dois córregos* de regressão e dor, puniu seus dissidentes com a tortura e a morte, realizando uma limpeza ideológica sem precedentes na história da América Latina, adicionando a ela uma limpeza étnica realizada há 500 anos, contra milhões de contingentes indígenas.

²⁰ Paul Ricoeur. Jan Patocha, o filósofo resistente; Jan Patocha e o niilismo. Em Leituras 1. *Em torno do político*. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1995, pp. 23/28.

²¹ Jan Patocha. *Essais hérétiques sur la philosophie de l'histoire*. Lagane: Verdier, 1981, p. 145.

²² Ismail Kadaré. *Três cantos fúnebres para o Kosovo*. Trad. Vera L. dos Reis. São Paulo, Objetiva, 1999, p. 113.

Talvez o destino dos dissidentes seja o não-retorno, e isso porque as ‘urnas de chumbo’ estão sempre prontas a engolir e absorver aqueles que esquecem, ou fingem esquecer, a máxima heraclitiana do *Polemos* como o “pai de todas as coisas”, preferindo refugiar-se no obscurantismo da adesão e na convivência do silêncio obtuso. Como gestores da culpa, transformam-se em *informantes* do sistema, mesmo não recebendo nada em troca. Nesse caso, a des-revolta mimetiza o passado como uma mera *ação entre amigos*, que um dia divergiram sobre a historicidade e que, agora, não se mobilizam mais para, de fato, coibir o inominável.

Pensar a revolta exige desentranhar retornos, realizar anamneses e deslocamentos, como pondera Julia Kristeva²³. Por isso, o sentido original da palavra envolve sempre “interrogação, renovação, renascimento”. Longe de representar uma retórica vazia, realizar esses três exercícios requer urgência urgentíssima e isso porque “uma sociedade que se encaminha para a globalização e para um liberalismo de gestores tecnocratas que censuram esta revolta, prepara sua própria morte”²⁴, “*Eu me revolto, logo nós somos*” expressão máxima criada por Albert Camus, saturada de complexidade, talvez pudesse vir a substituir o penso, logo existo, cartesiano, como forma de questionar a liberdade e passar a percebê-la como ‘revolução permanente’, que reconheça toda a multiplicidade, ou a estrangeiridade, se quisermos, que habita em cada um de nós e a incompreensão planetária dominante nesses tempos sombrios.

Em 1951, ao distinguir os crimes da paixão dos crimes da lógica, Camus exibiu o sentimento do absurdo do espetáculo da desrazão da primeira metade do século XX. Para enfrentá-lo o revoltado deverá aprender a dizer não, sem rancores nem ressentimentos, mas com determinação. Embora discorde da afirmação que o problema da revolta, só faz sentido no interior de nossa sociedade ocidental²⁵, é forçoso reconhecer que a dessacralização e o desencantamento da cultura atçaram o individualismo perdulário, mas também tornaram possível a alguns revoltados o exercício da solidariedade num território comum em que a cumplicidade mimetizada pudesse ser exercitada.

Se Dostoiévski e Nietzsche cumpriram o papel de serem os revoltados por excelência, o próprio Camus soube em seu ‘conto filosófico’ o *Estrangeiro*, expor a relação, por vezes necessária, entre revolta e morte. Mas quem é esse estrangeiro? É Marsault, homem comum, francês, que vive em Argel. Sua existência burocrática o contamina de tal forma que nada o comove, nem mesmo a morte de sua mãe. Voltar para a Europa é assunto fora de questão, porque Paris “é uma cidade suja. Há pombos e pátios escuros. As pessoas têm a pele branca”²⁶. É nesse cenário aparentemente desvitalizado que ocorre o crime, o julgamento e a conde-

²³ Julia Kristeva. Savoir incarner la révolte dans l'individuel. *Magazine Littéraire*, nº 366, maio/1998, p. 68.

²⁴ Julia Kristeva, op. cit., p. 68.

²⁵ Albert Camus. O *homem revoltado*. Trad. Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro, Record, 1996, p. 33.

²⁶ Albert Camus. O *estrangeiro*. Trad. Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro, Record, 1986, p. 47.

nação. O “caso Mersault”, revirado por pensadores do porte de René Girard que o identificou como depositário da culpa de toda a sociedade, Julia Kristeva que o rotulou como o signo máximo da ‘dissociação do desenraizado’ e até por mim mesmo²⁷,exibe o sentido último da revolta que nenhuma decisão jurídica é capaz de exorcizar.

Por isso, nem a morte importa mais. Ao contrário, ela seria até capaz de repor, no plano imaginário, as *vozes de um coração* esvaziado de esperança, que, mesmo inocente, havia sido convertido em vítima expiatória de toda a sociedade. Essa reposição, no entanto, exige consumação imediata e é exatamente isso que Camus/Mersault fazem no último ato. “Para que tudo se consumasse, para que me sentisse menos só, faltava-me desejar que houvesse muitos espectadores no dia da minha execução e que me recebessem com gritos de ódio”²⁸. Essa trajetória, que faz renascer a glória do herói e fornece consistência mórfica à trajetória do *sapiens-demens*, demonstra que a negação de uma vida, de um ideal, ou até mesmo a renúncia a um amor, podem redundar em algo mais transcendente, um pano de fundo para recompor a natureza comum da sociabilidade inaugurada há 120 mil anos e, infelizmente, desregrada em fragmentos que não conseguem restabelecer a justa medida almejada por Camus. “Essa lei da medida estende-se igualmente a todas as antinomias do pensamento revoltado. Nem o real é inteiramente racional, nem o racional é totalmente real. O desejo de unidade não exige somente que tudo seja racional. Ele quer ainda que o irracional não seja sacrificado”²⁹.

Longe de ser entendida como panacéia para todos os males, a revolta traz consigo uma pedagogia da existência, que liberta o pensamento para reintegrar racional e irracional sem niilismos desesperados, mas com lucidez refletida e maturada. Mas essa reconquista da liberdade começa em cada um de nós, em nossas experiências mais íntimas, por um ato de descentramento de tempo e local. Mais que um mero desenraizamento cultural, negador de quaisquer absolutismos humanos ou divinos, essa experiência representa um *dépaysement*, um sentimento de deriva que, no lugar de cair nas tentações da ‘exaltação das diferenças’, busca uma universalidade transcultural e transpolítica que as reconhece de modo menos excludente e irreduzível.

Esse foi objetivo de Tzvetan Todorov ao construir um amplo painel dos desafios do mundo democrático atual. Sua posição, abertamente contrária à histeria relativista, espanta-se com a quantidade de pensadores das ciências humanas — da Filosofia à Antropologia — para os quais “qualquer pretensão à universalidade só pode ser uma ilusão ingênua ou uma camuflagem pífida”³⁰. Além da constatação, até redundante, dos desmandos totalitários e

²⁷ Edgard de Assis Carvalho. *Estrangeiras imagens*. Em *Ensaio de complexidade*. Gustavo de Castro, Edgard de A. Carvalho, Maria da Conceição Xavier de Almeida (orgs.), Porto Alegre, 1997, pp. 139/152.

²⁸ Albert Camus, *O estrangeiro*, op. cit., p. 122.

²⁹ Albert Camus, *O homem revoltado*, op. cit., p. 339.

³⁰ Tzvetan Todorov. *L'Hommedepaysé*. Paris, Calmann-Lévy, 1998, p. 18.

das xenofobias, as democracias contemporâneas defrontam-se com racismos, sexismos, perda redobrada da autonomia individual e coletiva, reforçados pelo multiculturalismo pós-moderno, uma segregação que tem sua expressão máxima na política das cotas, essa camuflagem da dominação falsamente garantida pelo reforço identitário. Por mais paradoxal que possa parecer, a ampliação da ‘retórica da diferença’, ao invés de cimentar a multiplicidade, revigora a unidade interna de microgrupos sexuais, raciais, convertendo-os em mônadas identitárias, mixofóbicas, que se valem da vitimização para sacralizar a vítima e, com isso, vitimizar o outro.

Se a idéia clássica de Jean Jacques Rousseau, de que a pesquisa da diferença só adquire sentido se ela tiver a capacidade de acessar a universalidade, permanece válida, resta saber contra quem se revoltar, diante do reconhecimento tácito das incertezas da fase histórica atual que esculpiu a imagística do mal na quase totalidade dos sistemas naturais e culturais. Às escrituras revoltadas de poetas, romancistas e de uns poucos homens de ciência deveriam ser acrescentadas partituras-revolta, uma espécie de *sexto sentido* da sociedade como um todo, prescritores de um ‘re-torno’ “às pequenas coisas: re-volta infinitesimal para preservar a vida do espírito e da espécie”³¹.

Ética

O século passado, com todas as suas revoltas e contestações não produziu rupturas radicais, com exceção, talvez, para o campo da arte e da literatura, e isso porque a luta dos homens não redundou em autonomia do sujeito, mas em ceticismo ampliado quanto ao ethos da vitalidade democrática. Convertida em fetiche da modernidade, principalmente depois que a brecha aberta em 1968 não conseguiu produzir reorganizações sócio-culturais de grande magnitude, a revolta só redundará em efeitos positivos, se desembocar numa ética civil planetarizada que articule pequenas e grandes diferenças e instaure a cidadania terrestre, a *Terra-Pátria*, tantas vezes requisitada por Edgar Morin.

Ética ou caos, eis o desafio que nos envolve. Para não ficarmos à mercê da espera de um milagre, o resgate da autenticidade e das potencialidades da vida implica em não sucumbir à ‘floresta de símbolos’ criada pelos agentes da razão instrumental, mas em formatar uma política de resistência, complexa, que reverta o furacão da fragmentação delirante. Para isso, a reforma radical do pensamento é mais do que necessária. Esse ultimato exige a substituição do paradigma do progresso pelo da preservação, ou seja, desconsiderar a destruição como a única via para a evolução e introjetar a conservação como a saída ética para a solidariedade.

³¹ Julia Kristeva. *L'avenir d'une révolte*. Paris, Calmann-Lévy, 1998, p. 18.

A ética, contudo, envolve níveis de objetivação que abrangem indivíduos, instituições, sistemas transnacionais. Por isso, é possível falar em uma ética planetária, ecosófica, voltada para coibir os efeitos da ‘idade de ferro’ neoliberal, uma ética precautória, ecológica, dirigida à ações pontuais contrárias à voracidade da tecnoesfera e , finalmente, uma ética individual, psíquica, vitalizadora da autoconsciência da partilha e da dádiva. Esses níveis constituem um sistema aberto envolto em ações e retroações. Por vezes, podem obscurecer o sentido imediato das ações a serem empreendidas, por outras, estimular que a sociedade se visualize a si própria como um amplo sistema universalizado, cooperativo e eqüitativo.

Mas essa universalidade é algo a ser construído de modo delicado e não arrogante, o que implica em examinar primeiramente como propõe Henri Atlan, “a natureza das exigências da ética e do julgamento moral em seus diferentes níveis”³² constituídos pelo sentido universal da espécie em distinguir o prazer da dor, compartilhado aliás com os demais seres vivos. Num segundo nível, esses sentimentos seriam convertidos em experiências de caráter normativo que acionariam reservas de memória deslocalizadas do tempo real, capazes de direcionar o futuro para objetivos menos autodestrutivos. Finalmente, um terceiro nível, reporia a questão sobre quais critérios de universalidade optar e isso porque a historicidade está aí para demonstrar que, toda vez que algo foi imposto pela dominação sócio-político-cultural-imperial, os efeitos negativos e transfiguradores foram sempre amplos demais.

Esse terceiro nível denominado por Atlan de meta-ético, ou planetário como prefiro denominá-lo, requer disposição redobrada para o exercício da argumentação, dado que o desacordo dos pensadores é grande e seria improvável algum protocolo metacultural que “fosse aceito de bom grado em todas as sociedades, em especial, naquelas consideradas inferiores com base nesse critério”³³.

Não creio que a mera argumentação sobre os porquês dessa ou daquela prática exercida em comitês de ética, ou mesmo em foruns mais amplos, seja o único caminho de garantir um universalismo pragmático e isso porque a regra e a exceção sempre caminham juntos. Seria necessário que todos nos sentíssemos involuntariamente intoxicados pelos mal-estares da sociedade e da cultura, e pelo vazio moral que eles trazem consigo. Essa consciência transcendente talvez nos impelisse a postular neo-utopias realistas, sem fronteiras, uma primeira internacional dos cidadãos do planeta capaz de repor a cena primordial contida na hipótese Gaia. A força psíquica e mítica de Gaia considera a Terra com todos os seus seres vivos — homens, animais, plantas — um único organismo, um ‘jardim comum da humanidade’ que é preciso defender das tendências bestializadoras a qualquer custo.

³² Henri Atlan. Os níveis de ética. Em *Uma ética para quantos*. Jean-Pierre Changeux (org.), trad. Maria Dolores P. Viana/Waldo Mermelstein, Bauru, Edusc, 1999, p. 72.

³³ Henri Atlan, op. cit., p. 77.

Acredito que esses devem ser os pressupostos ativadores de uma educação do futuro. Assumi-los implica em entender a ética não como um conjunto de proposições abstratas, ou como regras de uma moral falida e desgastada, mas como atitude cognitivo-política de todos que ainda acreditam em sociedades democráticas abertas, pacíficas e pluralistas. Mais cedo ou mais tarde, a sociedade civil terá que desobedecer ao *grande paradigma do ocidente* e reaprender a religar a parte e o todo, o texto e o contexto, o local e o planetário, a arte e a ciência. Conduzida pelo *princípio da incerteza racional*, a religação de conhecimentos e saberes não é algo intransponível e utópico. Trata-se de um projeto regenerador e sustentável para o humano e para a humanização, uma nova aliança que o *homo globatus* estabelecerá com os mundos físico, biológico e cultural.

Hipernormalização: Barulho inaudível da ruína³⁴

Sumário

Gil-Manuel Hernández i Martí

RESUMO

Colapso do sistema está em curso: corpos exaustos, crise climática e democracia agonizante. Resignação não serve: e se o papel do revolucionário for escancarar a realidade para que se possa parir outro mundo, no limiar deste que se esgota?

Palavras Chave: hipernormalização, complexidade, colapso, ficção, necroliberalismo, ecocídio, genocídio, alienação pelas tecnologias, verdade, luto, comunidade, sabedoria, justiça, compaixão, cuidadores da transição.

Viver dentro de uma ficção

Em seu estudo sobre os últimos dias da União Soviética, *Tudo era para sempre até deixar de existir*, publicado originalmente em 2005, o antropólogo russo Alexei Yurchak (2024) cunhou um conceito fundamental para entender as formas de vida presas em sistemas agonizantes: a hipernormalização. Naquele contexto, o aparato estatal, os cidadãos e as estruturas sociais sabiam — em diferentes graus — que o sistema soviético não funcionava mais. A retórica oficial havia esvaziado de sentido. Tornara-se uma ficção absurda. Mesmo assim, todos continuavam agindo como se a ordem vigente ainda estivesse de pé. Não porque acreditassem nela, mas porque não conseguiam imaginar outra coisa senão aquele regime que afundava por todos os lados, ainda que todos fingissem e simulassem que não era assim. A falsidade era hipernormal. O absurdo virou rotina. O colapso do sistema, embora visível em múltiplos sinais, era vivido como algo impensável, inconcebível, inimaginável.

Como destacou Iván de la Nuez (2024), o estudo de Yurchak rastreia aqueles ecos da vida cotidiana que acompanharam a hecatombe do socialismo tardio, marcados por um fenômeno curioso: no grande e no pequeno, as pessoas se aproximaram do abismo convencidas de que seu mundo era imortal. Que aquele mundo estava escorado “para sempre”, como as grandes estátuas do realismo, os discursos grandiloquentes, os desfiles infinitos, os planos monumentais, as conquistas na estratosfera, a imersão na corrida nuclear, os êxitos esportivos.

³⁴ **Gil-Manuel Hernández i Martí.** Possui doutorado pela UNEX (2007) Espanha e pós doutorado pela University College Dublin 2010. Atualmente é pesquisador visitante da Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência na área de Medicina Veterinária, com ênfase em Reprodução Animal Pós-Doutorado. Texto extraído de OutrasPalavras, em 06/06/2025 na Revista 15/15/15 | Tradução: **Rôney Rodrigues.**

Pura aparência. De modo que, quando o sistema soviético começou a agonizar, apesar dos sintomas cada vez mais eloqüentes, seu desaparecimento não cabia na cabeça da sociedade nem de suas elites: “Pelo contrário, esse desmoronamento aconteceu sob a sombra de um pacto implícito entre a Nomenklatura e as pessoas comuns para desviar o olhar e seguir na inércia”. Para De la Nuez, tamanha indolência, compartilhada diante do desastre, é descrita com um termo inequívoco: hipernormalização. O lema daquela hipernormalidade, daquela aparente imutabilidade sob a qual tudo estava se transformando, parecia ser este: “que nada mude para que tudo mude”. No entanto, e eis aí outro paradoxo destacado por Yurchak (2024:20), “embora a queda do sistema fosse inimaginável antes de começar, não surpreendeu ninguém quando aconteceu”.

Como prossegue De la Nuez, no mundo capitalista, a crise financeira de 2008 acionou todos os alarmes e colocou em dúvida a superstição difundida de que o capitalismo também seria “para sempre”. Foi então que o cineasta e escritor britânico Adam Curtis adaptou, em 2016, o conceito de hipernormalização em um documentário sobre a crise do capitalismo tardio, intitulado *HiperNormalisation*. No documentário, Curtis explica e argumenta como, desde os anos 1970, governos financeiros e tecnoutópicos construíram um autêntico “mundo-mentira”, dirigido por corporações e mantido estável pelos políticos. Mas, ao contrário de Yurchak, que busca no subsolo do visível, Curtis se move pelo evidente e epidérmico, pelas imagens que a mídia bombardeia sobre nós. Como aconteceu na União Soviética, o sistema não sabe ou não quer saber de seu desmoronamento, que é bem real e se manifesta em múltiplas evidências. Daí tanto negacionismo promovido pelo poder. O sistema em crise terminal não quer se reconhecer, pois se baseou na fé em sua eternidade, em ser feito para sempre: “Por isso, a hipernormalização — um conceito extremamente fértil — nos serve para entender as crises respectivas do comunismo, do capitalismo e do que hoje se convencionou chamar de mundo pós-democrático” (De la Nuez, 2024). O futuro do capitalismo era radiante e também nos anunciaram que era para sempre, mas a cada dia que passa seu naufrágio, sua finitude, ou seja, seu colapso, se torna mais visível.

Como sintetiza Miguel Cane (2025), o conceito de hipernormalização possui uma relevância na sociedade contemporânea tão marcante que parece ter sido inventado ontem. Para este autor, “o conceito descreve um fenômeno em que a realidade se torna tão complexa, caótica e absurda que as pessoas, incapazes de compreendê-la ou mudá-la, optam por aceitar uma versão fictícia e simplificada dela. É uma espécie de pacto coletivo: todos sabemos que o sistema está podre, mas fingimos que não está para poder seguir em frente. Yurchak o chamou de ‘hipernormalização’ porque, em vez de normalizar, levamos a ficção a um nível hiperbólico, onde a mentira se torna a norma (...) A hipernormalização não é apenas um conceito acadêmico; é uma realidade cotidiana, um mecanismo de sobrevivência em um mundo que parece decidido a implodir.”

Por isso, sustentamos que esse mesmo mecanismo psicossocial de hipernormalização se redefiniu em escala global no presente. Hoje, em meio a um colapso civilizatório multi-dimensional — climático, energético, econômico, institucional, cultural —, o mundo contemporâneo vive uma hipernormalização em escala planetária. Diariamente, multiplicam-se os sinais do fim de uma era, mas continua-se operando sob as coordenadas do crescimento infinito, do progresso, da inovação salvadora e da restauração impossível de uma normalidade que já operava por uma lógica de crises recorrentes antes do desmoronamento final. Vivemos em um mundo onde tudo parece continuar, mesmo que tudo esteja desmoronando.

A hipernormalização é um paradoxo: ao impor a ficção de que o sistema é estável, os poderes dominantes que vivem dele não o salvam, mas agravam seu colapso. Ignorar os sinais de crise —econômicos, ecológicos, psíquicos, sociais — não detém a deterioração: acelera-a de forma corrosiva e descontrolada. Assim, ao tentar preservar a normalidade, o que realmente se consegue é intensificar o colapso civilizatório. Quanto maior a hipernormalização, mais se reproduzem as rupturas nas estruturas do sistema. Dito de outro modo, a hipernormalização intensifica o colapso e aumenta as probabilidades de que ele seja caótico e catastrófico. Este é o paradoxo que urge explorar se quisermos recuperar alguma forma de lucidez coletiva.

Um colapso evidente, mas inaceitável

A esta altura, acumulam-se dados demolidores. O sistema climático ultrapassou pontos de não retorno. Os recursos fósseis de alta qualidade se esgotam ou tornam-se inacessíveis. A biodiversidade entra em colapso em um ritmo sem precedentes. A economia mundial, sustentada pela dívida e pela ilusão monetária, oscila sob o peso de suas próprias contradições. A desigualdade social e a dissolução do tecido comunitário avançam em paralelo. As guerras ressurgem como forma sistêmica de reorganização do mundo. O clima entra em uma fase caótica e de retroalimentações não lineares. E as instituições democráticas perdem legitimidade devido à sua incapacidade de responder à emergência estrutural. A isso soma-se uma multidão de sinais —particularmente evidentes no Sul Global e nas periferias do Norte Global — que desmentem a narrativa dominante de que tudo vai bem, e que revelam a farsa da normalidade junto a múltiplas anomalias e rupturas que parecem desafiar a ordem vigente.

No entanto, diante de tudo isso, a reação dominante não é o reconhecimento, nem a transformação, nem mesmo a proposta de um debate radical. A resposta consiste em uma negação organizada, no simulacro de gestão, na pantomima de continuidade, em uma fuga para frente. Exatamente isso é o que o projeto político do neoliberalismo — hoje transfigurado em necroliberalismo — procurou garantir de forma expedita desde que, em 1973, apareceram os dois primeiros sinais inquietantes do colapso civilizatório: a crise energética e as conclusões do estudo *Os Limites do Crescimento*. Muitos anos depois, apesar das evidências do fracasso e

da destruição causados pela gestão neoliberal de um capitalismo encurralado por suas contradições, os governos apresentam planos de recuperação e transição, as corporações redobram suas promessas verdes, os meios de comunicação transformam catástrofes em eventos rotineiros ou oportunidades de investimento, e as populações, exaustas e precarizadas, agarram-se à ficção de que tudo continua mais ou menos normal.

Nessa lógica, o colapso não se apresenta como uma ruptura, mas como um fluxo interminável de crises sucessivas. A seca é uma anomalia climática. O aumento de preços, uma distorção conjuntural. O fascismo, um surto isolado. A crise energética, um problema técnico. Tudo se fragmenta para que nada seja entendido em sua totalidade. Mas não é assim: a anormalidade se expande.

Hipernormalização: a arte de fingir que tudo continua igual

A hipernormalização é uma forma de consenso forçado, uma espécie de teatro cotidiano onde ninguém acredita verdadeiramente no que diz, mas todos se comportam como se acreditassem. Não porque haja uma conspiração, mas porque as estruturas sociais, mentais e afetivas estão desenhadas para não permitir outra coisa, por pura inércia. Trata-se de um autoengano sistêmico que surge quando a ruptura da ordem é tão profunda que nenhuma instituição pode nomeá-la sem se desintegrar. Impõe-se o tabu.

Nessa dinâmica hipernormalizada, os diferentes atores sociais desempenham papéis perfeitamente sincronizados dentro da ficção coletiva. As elites estão plenamente conscientes do que vem e já optam abertamente pela secessão ecocida e genocida. Os políticos, presos em uma lógica de curto prazo de legitimação baseada na aparência de controle, continuam fazendo promessas vazias, não porque ignorem a gravidade da situação, mas porque sua sobrevivência institucional depende de manter a ilusão de que tudo pode ser consertado sem mudar o fundamental. Os tecnocratas, por sua vez, elaboram planos impossíveis, carregados de jargão técnico e objetivos estratégicos que, no fundo, ninguém acredita serem realizáveis. No entanto, esses planos funcionam como tranquilizantes sociais e como mecanismos para evitar que se questionem os modelos estruturais que os sustentam, permitindo assim que as grandes corporações continuem aumentando seus lucros. Os meios de comunicação cumprem seu papel como guardiões do simulacro, selecionando cuidadosamente o real por meio de recursos narrativos que evitam o pânico, a politização radical ou o despertar coletivo; o urgente substitui o importante, e o espetáculo toma o lugar da análise. Enquanto isso, as pessoas comuns reprimem sua intuição profunda de que algo não vai bem, porque lhes faltam espaços seguros e compartilhados para pensar em voz alta sobre o desmoronamento, para nomear sem medo aquilo que já se intui, mas cuja enunciação abriria um abismo emocional e prático para o qual ninguém preparou ferramentas de contenção.

Assim, a hipernormalização não é apenas um fenômeno das elites. É também uma forma de sobrevivência emocional para milhões de pessoas. Reconhecer o colapso, encará-lo de frente, não é simplesmente um ato intelectual: é um salto existencial. Implica reconhecer que não há volta, que o mundo que conhecíamos não existe mais, e que tudo está por ser reconfigurado em condições incertas.

Uma mancha estranha no céu, um filtro cinza no mundo

Segundo Albert Lloreta (2025): “Tudo é absurdo, sim, mas nossa vida ainda é aparentemente normal, então nos refugiamos nela. Vamos levando nesse ambiente estranho. É mais como se, não sabemos exatamente desde quando, houvesse uma mancha estranha no céu, que não deveria estar ali, e a olhássemos de soslaio enquanto vamos para o trabalho (...) A hipernormalidade de hoje se parece com a dos últimos dias soviéticos. Parece que o sistema de valores e certezas no qual crescemos está se rachando, mas seguimos em frente por inércia. Agarramo-nos à ficção de normalidade de nossa vida e fazemos como se não víssemos como cresce, dia após dia, a estranha mancha no céu.”

Como complemento à metáfora dessa mancha estranha no céu, que Lloreta identifica com o imenso poder alienador das tecnologias do Vale do Silício, talvez a hipernormalização que vivemos possa ser entendida também como a negação de uma espécie de filtro cinza, que se interpõe entre nós e a realidade do mundo, e que vai além do enorme poder das corporações tecnológicas contemporâneas. Trata-se de uma metáfora que alude a uma camada difusa, quase invisível, uma espécie de névoa, véu ou película atmosférica que evidencia o implacável deterioramento sistêmico do mundo conhecido. Esse filtro não é constante nem uniforme: às vezes se torna mais espesso, mais opaco, mais físico, especialmente quando ocorrem episódios cada vez mais catastróficos que fazem emergir com brutalidade os sinais do colapso; em outras ocasiões, parece dissipar-se levemente, permitindo que a ficção da normalidade se imponha novamente como regra aparente. Mas a imaginação, a sensibilidade e o onírico o captam como um silêncio assombroso, também como uma reverberação de fundo, às vezes até acessível aos sentidos. E as emoções, os sonhos e a arte o expressam, ainda que de modo inconsciente.

Esse filtro cinza se insinua com mais força quanto mais buscamos manter a ilusão de continuidade, fazer parecer que tudo continua igual, que nada está acontecendo, que tal filtro não existe. Trata-se de algo mais sutil que um meteorito, o que favorece a insensibilidade ou a indiferença geral. Afinal, como sustenta Lloreta (2025), “a hipernormalidade está cheia de gente acostumada”. Mas é precisamente esse esforço para negar a evidência que contribui para reforçar sua presença. Porque quanto mais se insiste em disfarçar, mais se acumulam os sinais de decomposição, mais se revelam as fissuras do sistema, mais se denuncia o cinza crepuscular,

cada vez mais palpável, a insustentabilidade da situação. Pode ser o cinza de cinzas após um incêndio florestal de nova geração, o céu plúmbeo depois de uma tempestade destrutiva, a fumaça terrível que permanece quando cessa um bombardeio genocida, o ar viciado pela poluição, uma nuvem tóxica por um vazamento químico ou o cinza brilhante da calima durante um dia incomumente tórrido de primavera. Como mostram magistralmente as imagens arrepiantes do documentário *Homo Sapiens* (2016) do austríaco Nikolaus Geyrhalter, quando o colapso chega — desmoronamento do socialismo real, Fukushima, crise de 2008 — resta uma paisagem arrasada de ruínas contemporâneas onde um cinza decadente prevalece, visualmente até, enquanto Gaia recupera com um verde transbordante o território que lhe foi arrancado.

O mais perverso da hipernormalização contemporânea é que ela capturou até mesmo nossa capacidade de imaginar alternativas. Ou, neste caso, o fim do simulacro de normalidade. A hipernormalização se reforça a si mesma. Essa captura opera através de múltiplos dispositivos: a cultura do entretenimento permanente, o consumo como refúgio afetivo, a tecnofilia como promessa de salvação, o discurso do empreendedorismo como via de superação individual, as ofertas banais do supermercado espiritual, a rebelião convertida em marca comercial. Tudo conspira para bloquear a pergunta radical: como viver de outro modo, fora deste sistema?

Até mesmo os discursos aparentemente críticos podem ser pervertidos e absorvidos pelo buraco negro do simulacro capitalista: a sustentabilidade se transforma em um novo nicho de mercado, a resiliência na capacidade de suportar o insuportável, e a transição em um processo asséptico sem ruptura. Oferece-se a nós um horizonte de mudanças cosméticas para impedir qualquer transformação profunda. O colapso se torna a expressão mais acabada do capitalismo catabólico: uma nova oportunidade de negócio. E a esperança genérica, em um antídoto descafeinado — mas rentável — contra o medo.

Sair do encantamento: verdade, luto e comunidade

Diante do encantamento dessa hipernormalização global, não basta denunciar. É necessário interromper a lógica do simulacro, abrir novos espaços alternativos. Isso significa não se instalar no desespero, mas recuperar o sentido do limite e a possibilidade de reconfigurar a vida a partir de baixo, em comunidade, no pequeno, no concreto.

Sair da hipernormalização não é simplesmente um ato de crítica intelectual, mas um processo vital que exige atravessar várias camadas de verdade, dor e reconstrução. Em primeiro lugar, implica nomear o colapso, não como um cataclismo distante ou uma possibilidade remota, mas como um processo já em curso, tangível em nossas vidas cotidianas, nos corpos exaustos, nos territórios depredados, nas instituições que mal se sustentam. Mas nomeá-lo

não basta: é necessário também reconhecer o luto, aceitar sem cinismo nem dramatismo que estamos vivendo o fim de uma era, e que isso implica perdas reais — de certezas, de paisagens, de seguranças, de modos de vida — que devem ser choradas antes de poderem ser transformadas. Só então pode-se cultivar uma lucidez profunda, um olhar claro que evite tanto o catastrofismo paralisante quanto o otimismo ingênuo, e que saiba habitar a complexidade sem necessidade de consolos pré-fabricados. Nesse contexto, torna-se urgente reconstruir vínculos comunitários, não como romantismo do passado nem como slogan ideológico, mas como necessidade concreta: porque apenas no tecido relacional, na cooperação cotidiana, na reconstrução de formas de apoio mútuo, podem germinar formas de vida viáveis e desejáveis em um mundo que já começou a tomar forma, mesmo que ainda não saibamos nomeá-lo por completo.

O colapso não é um apocalipse hollywoodiano. É uma longa transformação que já está em curso, embora aumentem os sinais de que pode se acelerar com acontecimentos catastróficos e eventos disruptivos. Mas enquanto continuarmos fingindo normalidade, enquanto continuarmos presos na hipernormalização, não estaremos nem mesmo em condições de começar a vivê-lo com dignidade.

Viver na fenda

A história não para, embora muitos finjam que sim. Pode desacelerar, torcer-se, encobrir-se sob camadas de burocracia, espetáculo ou medo, mas seu impulso não cessa. As estruturas que pareciam eternas acabam por desmoronar, às vezes com estrondo, outras com um silêncio quase imperceptível. As ficções coletivas que sustentavam o mundo — o progresso indefinido, a supremacia da razão técnica, o domínio sobre a natureza — mostram suas costuras, seus limites, suas fraturas irreparáveis. Os mais diversos regimes entram em colapso, não apenas quando seus exércitos caem, mas quando já não conseguem que seu relato seja acreditado nem mesmo por aqueles que o repetem. No entanto, e isso é essencial, em cada fenda ou interstício dessa ordem em ruínas, em cada fissura do simulacro, germinam também outras formas de estar no mundo: práticas modestas, comunidades rebeldes, linguagens novas, sensibilidades que se desvinculam do ruído dominante.

É possível que já não nos caiba a tarefa heroica — e profundamente arrogante — de salvar a civilização como a conhecemos. Talvez isso não seja apenas impossível, mas também indesejável. Talvez nossa responsabilidade seja outra: acompanhar seu fim com sabedoria, justiça e compaixão. Não como quem espera uma catástrofe mundial, mas como quem se prepara para um parto difícil; não como salvadores, mas como cuidadores da transição, guardiões da dignidade no limiar de um mundo que se esgota e outro que mal começa a nascer.

Como escreveu Yurchak a propósito do desmoronamento soviético: “tudo era para sempre, até deixar de existir”. Hoje, essa frase ressoa com mais força do que nunca. Nos lembra que mesmo os sistemas mais sólidos podem desaparecer de repente, quando já não resta ninguém para sustentá-los em sua ficção delirante. A questão, então, não é quando chegará esse momento, nem como será. A pergunta é muito mais íntima e urgente: quanto tempo mais continuaremos fingindo que isso ainda é normal? Quanto mais investiremos em preservar a máscara da continuidade? Talvez o verdadeiramente revolucionário, para romper com a hipernormalização que sustenta o insustentável, seja aprender a perceber — em toda sua crueza — esse filtro cinza que já impregna tudo e que nos empenhamos em não reconhecer.

BIBLIOGRAFIA:

- Cane, Miguel (2025): «Hipernormalización: El arte de mirar hacia otro lado mientras el mundo arde», *Purgante. Revista de Cultura y Artes*.
- De la Nuez, Iván (2024): «Hipernormalización», *Palabra Pública*,
- Lloreta, Albert (2025): «Una taca extranya al cel»
- Yurchak, Alexei (2024): *Todo era para siempre hasta que dejó de existir*, Madrid, Siglo XXI.

Betty Fuks³⁵

RESUMO

O texto estabelece uma homologia entre o quebra-quebra do patrimônio cultural do Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal e o mar de caco de vidros que se espalhou nos jardins da praça dos Três Poderes (8 janeiro de 2022) e a “Noite de Cristais” - o quebra-quebra das vitrines de lojas comerciais, moradias, Sinagogas e Bibliotecas dos judeus que viviam na Alemanha e na Austria (9-10 de novembro de 1938)

Palavras-chaves: Linguagem do ódio; invasão à Praça dos Três Poderes; “noite dos vidros quebrados”; “dia dos cristais”.

Muito já se associou a grave invasão à Esplanada dos Três Poderes da República, à invasão do Capitólio em Washington quando da eleição de Joe Biden. Aparentemente, o ato de violência dos trumpistas foi mimetizado por bolsonaristas em represália ao resultado das eleições do Presidente Lula. Até mesmo porque, como noticiado pelos mais importantes jornais brasileiros e americanos, aliados de Trump estimularam as incursões que assistimos estarecidos ao Congresso Nacional, ao STF e ao Palácio do Planalto. Steve Bannon, por exemplo, ideólogo da nova direita radical populista, promoveu a hashtag #BrazilianSpring (“primavera brasileira”, uma referência à primavera árabe, onda de protestos contra ditaduras históricas em países no Oriente Médio e Norte da África) — para convocar os bolsonaristas à revolta pelo resultado das eleições. Mas quem sabe, chegou a hora de nos deixar guiar pelo velho ditado popular “as aparências enganam” e procurar outras pistas, não tão visíveis, que permitam mudar nosso ponto de observação. Sim, porquê se ficarmos apenas com a versão da cópia do ocorrido nos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, certamente perderemos de vista a verdade que ela própria deforma.

Uma pista possível é a que nos leva à “Noite de Cristais” (9-10 de novembro de 1938). Na história da humanidade talvez essa seja a tragédia mais próxima à farsa que vivemos no Brasil, durante todo o dia 8 de janeiro de 2023. “Noite dos Cristais” é o nome dado ao quebra-quebra de vitrines e janelas das lojas, casas e sinagogas da comunidade judaica, deixando

³⁵ BETTY B. FUKS é psicanalista, doutora em comunicação e cultura pela UFRJ e Editora da revista online Trivium : estudos interdisciplinares. É professora do Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida (RJ) e autora de *Vocação do exílio: Freud, Psicanálise e Judeidade* (Zahar, 2025) e *O homem Moisés e o monoteísmo – três ensaios: o desvelar de um assassinato* (Civilização Brasileira, 2014).

de saldo um tapete de cacos de vidro nas calçadas da Alemanha e Áustria, então anexada ao III Reich. Nessa noite, o furor dos vândalos nazistas encontrou respaldo na ocorrência de outros atos destrutivos, como o da queima sistemática de livros e obras de artes consideradas “degeneradas”, criando um caminho à consolidação do projeto de extermínio do povo judeu, conhecido pela expressão “Solução Final”. A máxima do poeta Henrich Heine (1797-1895) - “Lá, onde se queimam livros, no fim se queimam pessoas” – traduz a realidade devastadora que significou esse processo de destruição.

Seria lícito extrapolar da “noite dos vidros quebrados”, outra das designações dadas à noite emblemática da violência antissemita, uma imagem que corresponda ao mar de cacos de vidros que se espalhou pelos jardins que circundam as sedes dos Três Poderes? Para nós, a validade dessa operação consiste em que a cena do vandalismo nazi pode ser reatada ao início de um governo que não escondeu, em nenhum momento, sua escolha de empregar a linguagem de ódio ao outro – aos índios, aos quilombolas, aos artistas, pensadores e a população de esquerda, aos nordestinos pela lealdade ao PT, ao grupo LGBTQ+, etc... etc. E que tampouco tentou disfarçar sua opção de utilizar a estética da destruição em suas decisões políticas: por exemplo, nos sucessivos incêndios criminosos de nossas florestas, assim como em seu desprezo pela vida humana durante o auge da epidemia COVID-19.

De fato, a execução do projeto político de Bolsonaro contou com a manipulação sistemática da linguagem de modo a aliciar o povo brasileiro aos valores da ideologia, a visão de mundo, que se propôs a defender. O uso da linguagem na política, conforme lemos em *Psicologia das massas, análise do Eu* possui seus efeitos mágicos dado a sua importância “à aptidão que ela tem de assegurar o entendimento recíproco do rebanho; nela estaria em grande parte fundamentada a identificação dos indivíduos uns com os outros” (Freud, 1921/2020), desde que, obviamente, todos se mantenham identificados à promessa o líder de protegê-los do outro estrangeiro. Gustave Le Bon cuja obra, *Psicologia da multidão* (1895/2018) serviu à escrita freudiana de 1921, considerava a sugestão hipnótica como uma ferramenta potente à tarefa do Estado em seu empenho de manter o povo submisso. E não sem surpresa lemos no livro de Hitler, *Mein Kampf*, suas recomendações ao Partido Nacional Socialista de adotar a palavra como estratégia de convencimento das massa, desde que “fosse possível contar com um exército de demagogos em alto estilo para influenciar, através da oratória, a luta contra o inimigo” (Hitler, 1925/1962/ p.296).

“A linguagem é mais do que sangue”. Com essa frase, cunhada pelo filósofo Franz Rosenzweig, Viktor Klemperer inicia seu livro *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. “A linguagem é mais do que sangue” ilumina com cores fortes o modo como a linguagem está na origem do totalitarismos do século XX. Uma afirmativa que sintetiza a ideia de que a língua na qual o sujeito se expressa, sonha e pensa, é o fundamento de uma identidade, um sangue imaterial

mais poderoso que o próprio sangue. E de novo, Hitler tinha consciência desse poder da linguagem: “a palavra falada, por motivos psicológicos, é a única capaz de provocar grandes revoluções” (Hitler, 1925/1962, p.293). Isso porque, a multidão hipnotizada, se transforma de tal forma que a subjetividade é destruída, dado que o homem, sendo um animal da horda, se une aos outros pela linguagem. Nos termos de Freud: “a massa está submetida ao poder realmente mágico das palavras, que podem provocar na alma as mais terríveis tormentas e também podem apaziguá-las” (Freud, 1921/2020, p. 149).

Somos, assim, conduzidos a refletir sobre o fenômeno do “Dia dos cristais” em Brasília, no terreno pantanoso da palavra de um líder que, embora ausente fisicamente, age sobre a própria ação da massa. Ou seja, a narrativa de que a eleição teria sido fraudada e o questionamento da lisura do pleito, motes de Bolsonaro antes e depois da eleição, geraram um acontecimento real e traumático – a invasão ao espaço do poder público. Dessa forma, o dialeto ideológico do populismo e nacionalismo de ultra direita, avessos aos diferentes registros sociais do multiculturalismo, deu origem às ações destrutivas encenadas pelos indivíduos da massa enlouquecida.

À luz do que precede, fica evidente que o discurso nazista, paroxismo do ódio ao outro, encontra na atualidade um solo fértil à repetição da tragédia. A história se repete, “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”, escreveu Karl Marx, logo no início de seu famoso livro 18 de Brumário de Luiz Bonaparte. O que nos permite dizer que a horda invasora das Casas do povo brasileiro repetiu de modo caricato a trágica “Noite dos Cristais”. Uma farsa que não pode ser considerada menos trágica do que a tragédia. Bons fascistas odeiam a cultura, conforme bradava Joseph Goebbels, o Ministro de Propaganda da Alemanha de Hitler citado por Roberto Alvim – um dos secretários da Cultura do governo de Bolsonaro –, como modelo de referência a ser seguido em seu mandato.

O que se pode depreender do ataque à sede dos Três poderes é que, mais além de uma simples imitação do episódio encenado pela turba trumpista, os bolsonaristas radicais num estado de “servidão voluntária” ao líder, conjugaram a linguagem do ódio ao outro à estética da destruição. Nessas circunstâncias, cometeram um ato de barbarismo sem precedentes no país. Para nós, não é difícil entender que, ao devastar bens culturais inestimáveis do povo brasileiro e os signos de sua democracia, a turba bolsonarista ultrapassou os campos do político e do jurídico, dando lugar a que cada indivíduo viesse a usufruir, sem qualquer constrangimento, do gozo de destruir.

Por fim, examinando mais de perto alguns outros pontos comuns entre a “Noite dos cristais” e o “Dia dos cristais”, adverte-se que o ex-presidente Bolsonaro, como era de se esperar, ao sustentar a narrativa de que “jamais teve qualquer relação ou participação nesses movimentos sociais espontâneos realizados pela população”, repete em cópia a declaração do

Reich alemão sobre a destruição do patrimônio dos judeus. Segundo o verbete “Noites dos Cristais” da Enciclopédia sobre o Holocausto, o Führer havia decidido que as manifestações das massas contra os judeus não deveriam ser reprimidas, pois pareciam ter sido espontâneas. A semelhança da desresponsabilização dos dois líderes populistas pelo vandalismo de suas turbas, não chega a espantar: ambos tentam apagar as pistas que levam à resolução de um crime.

BIBLIOGRAFIA.

Le Bon, Gustave, *Psicologia das multidões*. São Paulo: Martins Fontes. 2018. (Originalmente publicado em 1895).

Hitler, Adolf. *Mein Kampf – Minha luta*. São Paulo: Mestre Jou, 1962, p. 296. (Originalmente publicado em 1925)

Freud, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. In. *Obras Incompletas*.

O Mal-estar na cultura e outros escritos: Belo Horizonte: Autêntica: 2020.(Originalmente publicado em 1921).

Kemplerer, Victor. *LTI: a linguagem no Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/kristallnacht>

A tradição de traição

Sumário

Luiz Alberto Machado Fortunato³⁶

RESUMO

Um olhar crítico sobre a fragilidade com que as forças armadas brasileiras se comportaram até hoje diante do respeito aos princípios republicanos, com evidente tendência aos golpes militares, tanto nas décadas iniciais do século XX, quanto no XXI, como estamos presenciando atualmente nos processos em curso no STF.

Palavras chaves: Princípios Republicanos, Golpes Militares, Barbárie contra a Democracia, Tramas Golpistas, Degeneração e renervação da Democracia Brasileira, Pensamento Complexo, E. Morin.

Estamos já em meio a 2025 naturalmente lembrando que em 8/1/2023 vivemos uma barbárie contra a sociedade, a democrática e cultural brasileiras, com a invasão e depredação por uma multidão organizada da praça dos três poderes em Brasília.

Passados todos esses meses, já podemos ver em curso várias medidas do executivo e do judiciário, que envolvem a denúncia policial e prisão de muitos civis e militares envolvidos na organização e perpetuação dos atos e até tentativas inconclusas de golpe de estado e assassinatos de políticos e autoridades. Inclusive com a inusitada prisão preventiva de um general quatro estrelas do Exército Brasileiro.

A margem da eventual tristeza e decepção que possamos vir a sentir diante de um quadro tão avassalador de evidências dos descaminhos desses civis e militares e das possíveis ancoragens dessas atitudes nas tropas em geral das forças armadas, seria possível de esperar algo diferente, depois de quatro anos de estímulos e suporte político, institucional e até material, pela liderança alojada na Presidência da República no último mandato? Basta que recuperemos as diversas falas gravadas do então deputado federal Jair Bolsonaro (egresso das fileiras militares) sobre seu apreço para com as instituições democráticas durante seus seguidos mandatos parlamentares.

Por que, de novo, vemos o alto oficialato das forças armadas, em particular do exército, envolvidos nessas tramas golpistas? Porque está nas gênesis da formação da nossa Repúbli-

³⁶ Luiz Alberto Machado Fortunato é engenheiro, Doutor em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). Professor aposentado do Departamento de Engenharia Elétrica do CEFET-RJ. Atualmente dedica-se à pesquisa e aplicação de complexidade na gestão e governança de empresas.

ca o envolvimento das nossas forças armadas e seu imbricamento com a política nacional. O poder da força militar à mão, permanentemente, seduziu muito aos militares do alto comando (e, em muitas ocasiões, também de escalões inferiores), ao ponto de historicamente terem influenciado decididamente a favor ou contra determinado grupo de poder. Mas também, evocado para si o poder de mando, como durante os governos militares instaurados em 1964.

Ao abrir o site do Clube Militar³⁷ o visitante toma conhecimento sobre uma instituição criada em junho de 1887, em meio às insatisfações dos militares progressistas (abolicionistas e republicanos) diante dos estertores do segundo império, com um lema: “Democracia – Soberania – Unidade Nacional – Patriotismo”. Quase dois anos depois, em novembro de 1889, essas mesmas lideranças militares derrubam D. Pedro II e proclamam a República no Brasil. Um golpe republicano!!!

Nas paredes da sede da Lagoa no Rio de Janeiro desse mesmo Clube Militar está escrita em destaque a frase, “Casa da República”. A mesma República conquistada pelos fundadores do Clube Militar através de um golpe. Alternativa política inaugurada nesse final de século XIX e depois incorporada ao acervo cultural da instituição, como modo operacional para encaminhar soluções políticas para a infante república brasileira nas primeiras décadas de sua vida durante o século XX.

A forte caracterização política do DNA na criação do Clube Militar pode ser claramente confirmada na constatação da identidade entre seus primeiros presidentes e os da recém-criada república brasileira, os marechais Deodoro e Hermes da Fonseca.

Os estudiosos e escritores que nos ajudaram a entender a jornada dessa jovem república brasileira ao longo do século XX, mergulhando nas inúmeras crises políticas, revoltas, revoluções populares, tentativas de golpes militares etc³⁸, nos mostram fartamente que os salões e gabinetes do Clube Militar se mantiveram muito ativos durante esse século, discutindo abertamente a situação política nacional e acalentando, com frequência, a adoção de soluções antidemocráticas, o golpismo atávico ao DNA do Clube Militar.

Pessoalmente, como filho de um militar forjado em meio a essas décadas de intensa efervescência política no mundo e no país, recebi seguidamente o relato de participação do meu pai em reuniões conspiratórias no Clube Militar. Essas situações foram depois revisitadas num depoimento espontâneo dele, junto a outros colhidos também espontaneamente, numa publicação que criou enorme embaraço para os militares, porque mostrou que as atividades terroristas não eram exclusividades da dita esquerda, como proclamavam os governos mili-

³⁷ <https://clubemilitar.org>

³⁸ Apenas como referências, diante de farta produção literária, jornalista e acadêmica, cito as obras de Domingos Meirelles “1930 – Os Órfãos da Revolução” e “As noites das grandes fogueiras – Uma história da coluna Prestes”, os três volumes da biografia de Getúlio de Lira Neto, e os cinco volumes da obra consagrada de Élio Gaspari sobre a ditadura mantida pelo regime militar iniciado com o golpe de 1964.

tares, A direita também se valia dessas formas de luta, e com o consentimento dos governos, forças armadas e aparatos de repressão³⁹.

Depoimentos também nesse sentido foram colhidos de outros oficiais do exército e então apresentados, reafirmando a tradição de fomento golpista no Clube Militar, onde sequestros, atentados e golpes eram planejados, articulados e colocados em prática. Uma tradição de traição dos seus princípios democráticos de constituição⁴⁰

Essa tradição está no foco do livro, ainda por ser publicado em maio próximo, “A utopia Autoritária Brasileira” do professor da UFRJ Carlos Fico, que deve nos trazer mais elementos sobre a história da convivência tortuosa do poder militar no Brasil frente ao regime democrático, como nos indica recente matéria divulgada pelo jornalista Ancelmo Gois⁴¹

Diante desta realidade, não nos cabe mais tentar reduzir a importância da necessidade de evolução no trato republicano a ser dado pelas forças armadas às questões da política nacional. Cabe a todos os poderes envolvidos da República, às suas lideranças, à população em geral, o adequado enfrentamento da agenda de medidas para sedimentar a consolidação democrática no País. Medidas como sugeriu recentemente, em matéria publicada no Correio Braziliense⁴², o ex-ministro Raul Jungmann, sobre a agenda legislativa abandonada no Congresso Nacional sobre a regulamentação do papel das Forças Armadas diante do já estabelecido na nossa Constituição.

Ou seja, quer no âmbito do Poder Judiciário, quer no Executivo ou no Legislativo, já existem iniciativas que podem sim contribuir para aperfeiçoar nossa democracia, evitando que se assistam circularmente episódios como os de 8/1/23.

Aos que se somam às fileiras de empenhados no saneamento dos entraves para nossa consolidação democrática, parece que a necessária recursividade e dialógica sugerida por Morin deve ser um referencial analítico importante para nos ajudar nessa jornada essencial de nossa democracia.

Poderíamos ficar por aqui, nos somando aos que ainda lutam pela justiça no tratamento a ser dado às vítimas do período conturbado de nossa recente história, sob julgo militar. “Muitos ainda estão aqui”!

³⁹ ARGOLLO, José A., RIVEIRO, Kátia e FORTUNATO, Luiz A. M. A direita explosiva no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1996. 332p.

⁴⁰ ARGOLLO, José A. e FORTUNATO, Luiz A. M. Dos quartéis à espionagem – Caminhos e desvios do poder militar. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 248p.

⁴¹ GOIS, Ancelmo. Historiador detalha padrão recorrente do pensamento dos militares: a convicção de superioridade sobre civis. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2025/03/historiador-detalha-padrao-recorrente-do-pensamento-dos-militares-a-conviccao-de-superioridade-sobre-os-civis.ghtml>> Acessado em 29 mar. 2025.

⁴² JULGMAN Raul. Nós, o Congresso e os militares. Correio Braziliense. Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2024/12/7015382-nos-o-congresso-e-os-militares.html>> Acesso em: 20. dez.2024.

Mas é importante endereçar nossas atenções e esperanças, para o que está subjacente ao sentido de ser dessa publicação da revista *Espiral*: como o pensamento complexo, principalmente na voz ainda viva de Edgard Morin, poderia nos ajudar a refletir, criar ou rever elementos para nos levar à regeneração da democracia brasileira, visto que sua não regeneração cria, inexoravelmente, as condições para sua degeneração.

Pessoalmente, vejo no sentido reflexivo do pensamento complexo, e muito nas publicações de E.Morin, a reafirmação da necessidade absoluta de se saber sujeito permanente da incerteza, da dúvida, no doloroso caminho da oposição-composição ordem – desordem.

A todos nós, que tenhamos efetivamente a disposição de contribuir para a regeneração da nossa democracia, será essencial que reconheçamos quão difícil, mas determinante, a consciência sobre o grau da complexidade dessa empreitada. Não será meramente com segregação, punição ou esquecimento, que posturas tão enraizadas nas nossas forças armadas e alguns extratos políticos serão abandonadas e esquecidas.

Que sejam tomadas na devida importância as recentes sinalizações de degeneração da democracia brasileira para a desafiadora, mas essencial empreitada de sua regeneração.

Grandes grupos: reflexão, diálogo e elaboração traumática em comunidades

Sumário

Carla Penna⁴³

RESUMO

O século XXI têm apresentado situações sócio-políticas e guerras inesperadas provocando incerteza, desamparo e medo nas populações revelando ainda fraturas coletivas presentes na vida inconsciente de indivíduos, grupos e sociedades. A conjuntura atual apresenta ainda desafios adicionais aos profissionais de saúde que demandam a ampliação do diálogo transdisciplinar. Este artigo introduz a trajetória do trabalho com grandes grupos, desde seu surgimento nas décadas de 1960 e 1970, quando floresceu na Inglaterra em hospitais, conferências, workshops e em trabalhos comunitários. Serão apresentadas perspectivas teórico-técnicas sobre o trabalho em grande grupo, destacando o seu papel na criação de espaços seguros de autorreflexão coletiva para profissionais e cidadãos, especialmente em situações em que experiências traumáticas e feridas transgeracionais clamam por elaboração. A participação em grandes grupos contribui para a ampliação do autoconhecimento, permitindo que as pessoas aprendam com a experiência sobre processos socialmente inconscientes, cocriados através de relações intrapessoais, interpessoais, transpessoais e transgeracionais. Nesta direção, o trabalho em grande grupo é uma ferramenta de investigação teórico-técnica importante na promoção de diálogo e na construção de cidadania entre pessoas quando estas se encontram em grande número. Através do trabalho com grandes grupos é possível ainda o aprofundamento de reflexões sobre processos socialmente inconscientes presentes nas comunidades e na sociedade.

Palavras chave: grande grupo, grupanálise, diálogo, elaboração traumática e transdisciplinaridade.

Introdução:

A situação socioeconômica e política do século XXI têm revelado dimensões agudas de sofrimento pessoal e social, tais como o surgimento de guerras, conflitos étnicos, terrorismo, racismo, desemprego, migração forçada e preocupações ecológicas. Recentemente na arena política, as regras do jogo mudaram drasticamente e diariamente acompanhamos uma

⁴³ **Carla Penna**, doutora em psicologia clínica pela PUC-RJ, psicanalista do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro e psicoterapeuta analítica de grupo. Membro da *Group Analytic Society International* e da Group Section da *International Association of Group Psychotherapy and Group Processes* (IAGP). Foi presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia de Grupo (ABPG) e da Sociedade de Psicoterapia analítica de Grupo do Estado do Rio de Janeiro -SPAG E. Rio. Em 2014 publicou o livro *Inconsciente Social* e, em 2023, *From Crowd Psychology to Dynamics of Large Groups: Historical, Theoretical and Practical Considerations*, Routledge.

polarização crescente entre a direita e a esquerda. O pensamento fundamentalista (Hopper, 2020, 2024a, 2024b) e o nacionalismo populista (Fukuyama, 2018) não deixam dúvidas de que no mundo social fragmentado e polarizado, *lideranças democráticas* vêm sendo desafiadas por *lideranças de cunho autoritário* (Armstrong e Rustin, 2012). Acrescente-se que as guerras da Rússia contra a Ucrânia e de Israel contra o Hamas e o Hezbollah inseriram o mundo globalizado em uma realidade assustadora. O debate aponta também para a transmissão psíquica transgeracional de situações traumáticas experimentadas pelas populações durante o século XX, e para o papel dessas experiências na vida inconsciente de indivíduos, grupos e sociedade (Hopper, 2003a). Tais observações revelam novas perspectivas socioeconômicas, psicológicas e políticas para o século XXI.

No entanto, talvez como sinal de resistência pessoal e coletiva, acompanhamos o surgimento e de novas lutas por reconhecimento (Honneth, 1996) e políticas de identidade (Fukuyama, 2018), sobretudo entre sujeitos e grupos marginalizados e anteriormente excluídos. Hoje, a sociedade espera que os profissionais - especialmente nas ciências humanas - se posicionem sobre questões relativas às interrelações entre indivíduos, grupos e sociedade, como também, sobre problemáticas associadas à violência, ao racismo, aos processos decoloniais, aos traumas coletivos e às políticas de identidade e exclusão. Sociólogos, psicanalistas, grupanalistas e cientistas sociais parecem estar empenhados neste esforço, recorrendo cada vez mais a abordagens transdisciplinares almejando responder aos desafios colocados por “indivíduos-em-relação-social” (Dalal, 2011, p.252), ou, de acordo com a epistemologia de Pichon-Rivière (1980, p.XII), por “homens em situações pluridimensionais”. Nessa direção, tanto a sociologia processual e o pensamento figuracional de Norbert Elias (1939, 1984) quanto a pensamento complexo, de Edgar Morin (1986, 1998, 2000), apresentam reflexões teóricas que permitem que estes desafios sejam abordados e discutidos em sua pluridimensionalidade espaço-temporal.

Foulkes e Pichon-Rivière: novas epistemologias para indivíduos e seus contextos

A primeira metade do século XX foi marcada por duas guerras mundiais. A Primeira Guerra Mundial revelou os efeitos do trauma no psiquismo humano através das neuroses traumáticas. Em 1918, no V Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Budapeste, Ferenczi, Abraham, Simmel, Freud e Jones (1921) discutiram estas patologias. Suas apresentações apontaram para a interferência do contexto social no desenvolvimento de neuroses traumáticas. Embora suas observações tenham conduzido Freud (1920) às elaborações teóricas na segunda tópica, após a guerra, o interesse pela neurose traumática declinou (Bohleber, 2010). Da mesma forma, embora, as contribuições de Ferenczi (1932) sobre trauma, des-

mentido e identificação com o agressor tenham sido desenvolvimentos psicanalíticos fundamentais no período entre guerras, muitas de suas ideias foram valorizadas apenas décadas mais tarde (Penna, 2015). Entretanto, a Segunda Guerra Mundial revelou novas facetas das neuroses traumáticas e diferentes formas de adoecimento somático e de stress psicológico que predominavam entre soldados e vítimas, exigindo novas formas de intervenção psicológica que valorizassem a ligação entre sujeitos e seus contextos (Penna, 2023a). Assim, de 1942 a 1946, no Hospital de *Northfield*, na Inglaterra, duas experiências revolucionárias tornaram-se o berço de novas abordagens no trabalho com grupos, tais como: *group analysis*, *group relations* no *Tavistock Institute*, comunidades terapêuticas, psiquiatria social e cultural, arteterapia e socioterapia. O primeiro experimento com grupos, realizado em *Northfield*, relacionava-se com trabalho de John Rickman e Wilfred Bion (1961) com grupos “sem líder” e levou à criação do *Tavistock Institute of Human Relations* em 1946. Já o segundo experimento favoreceu ao desenvolvimento de comunidades terapêuticas e ao trabalho com pequenos grupos analíticos, conduzido pelo psicanalista alemão S.H. Foulkes, dando origem à *grupanálise* (Harrison, 2000). Em 1952, combinando teorias psicanalíticas e sociológicas, Foulkes fundou, na Inglaterra, a *Group Analytic Society* permitindo a exploração dos processos intrapessoais, interpessoais e transpessoais que acontecem em grupos.

Ainda na Alemanha (antes de emigrar para Inglaterra em 1933), Foulkes foi influenciado pela efervescência intelectual dos anos 1920 e 1930, entrando em contato com a neurologia de abordagem holística de Kurt Goldstein, com a análise psicológica de Adhémar Gelb, a psicologia da *Gestalt* em seu início e com a sociologia de gNorbert Elias. Em 1930, como psicanalista responsável pela clínica do Instituto de Psicanálise de Frankfurt - que funcionava no mesmo prédio do Instituto de Pesquisa Social - esteve próximo da psicanálise freudiana e do movimento freudo-marxista bem como das primeiras investigações que Horkheimer, Adorno e Fromm conduziram sobre autoridade e família e sobre os fundamentos sociopsicológicos do caráter realizados na Escola de Frankfurt (Nitzgen, 2011; Penna, 2023a). Tais contribuições permitiram que Foulkes (E. Foulkes, 1990[1937]) explorasse o papel da introjeção e o impacto da internalização de objetos e forças sociais pelo indivíduo, fundamentais para a formulação de uma intersubjetividade pioneira para a psicanálise da época. Não é fácil determinar o impacto que estas primeiras influências tiveram no pensamento de Foulkes. No entanto, a partir de meados dos anos 40, Foulkes substituiu as dicotomias “modernas” que opunham indivíduo e sociedade por uma nova epistemologia que valorizava a relacionalidade intrínseca dos seres humanos. Através da grupanálise, Foulkes (1948, p. 10) revelou que “a velha justaposição de um mundo interior e exterior, constituição e ambiente, indivíduo e sociedade, fantasia e realidade, corpo e mente, e assim por diante, é insustentável”. Esta nova perspectiva permitiu que Foulkes se distanciasse da psicanálise clássica, valorizando o indivíduo como um todo levando-o a afirmar que as origens das dificuldades psíquicas não são

restritas à psique individual; mas sim às suas relações com o contexto social. Nessa direção Foulkes enfatizou que “pessoas individuais” (Foulkes, 1948) fazem parte de uma rede (*network*) de interações e comunicações (Penna 2023a).

Para Foulkes, quando pessoas se encontram num grupo, cria-se um novo fenômeno que permite a emergência de “processos transpessoais’, isto é, processos mentais que, como os raios X na esfera corporal, atravessam os indivíduos que compõem essa ‘rede’” (E. Foulkes, 1990, p. 224, tradução minha). Foi assim, que Foulkes começou a pensar em termos de redes transpessoais, avançando na direção da ideia de “matriz grupal” (p. 228). O conceito de matriz engloba as múltiplas perspectivas relacionais do que acontece num grupo. A matriz é definida como:

(...) a rede hipotética de comunicação e relacionamento de um determinado grupo. É o terreno comum compartilhado que, em última análise, determina o significado e a importância de todos os acontecimentos e sobre a qual repousam todas as comunicações e interpretações, verbais e não verbais” (Foulkes, 1964, p. 292, tradução minha)

A matriz de um grupo é, portanto, a base de todos os processos mentais que acontecem em um grupo, compreendendo uma rede sociocultural de comunicação criada por sujeitos em interrelação no interior do grupo. O conceito de matriz evoluiu, permitindo que em 1970, Foulkes introduzisse as noções de matriz de fundação e matriz dinâmica:

É possível reivindicar uma firme comunidade ou comunhão pré-existente entre seus membros, possivelmente baseada no facto de serem todos humanos. Têm as mesmas qualidades como espécie, a mesma anatomia e fisiologia, e talvez também vestígios arcaicos de experiências antigas. Chamamos a esta parte pré-existente e relativamente estática de «matriz de fundação». Acima dela, existem vários níveis de comunicação que são cada vez mais dinâmicos. Desenvolvem-se sob os nossos olhos. É a chamada «matriz dinâmica». No meio, há níveis que, de acordo com o ponto de vista do observador, são mais biológicos ou mais culturais». (E. Foulkes, 1990, pp. 212-213, tradução minha)

A matriz dinâmica refere-se à organização dos diferentes tipos de grupos existentes no mundo social. Por sua vez, o conceito de matriz de fundação descreve a organização social de uma dada sociedade ou estado-nação com base não só em seu *habitus* (Elias, 1939) e seus padrões comunicacionais, mas também noutras dimensões, como a biologia, o corpo, a linguagem, a cultura, a educação, as estruturas socioeconômicas, as relações de poder e de classe (E. Foulkes 1990, pp. 213-215).

Foulkes introduziu ainda, mesmo que de forma rudimentar, o conceito de matriz pessoal. Em poucas palavras afirmou: “assim como a mente do indivíduo é um complexo de

processos interativos (matriz pessoal), os processos mentais interagem no concerto do grupo (matriz grupal)” (Foulkes, 1975, p. 130, minha tradução). Nesse sentido, o conceito de matriz pessoal assemelha-se às ideias de Pichon-Rivière (1980) sobre grupo interno (Tubert-Oklander, 2022; Penna, 2023a).

As matrizes pessoal, dinâmica e de fundação permitem compreender o conceito de matriz como um processo multi-relacional e multidimensional. Assim, o sistema social de qualquer grupo de pessoas pode ser visto como uma matriz tripartida que pode ser desconstruída em três matrizes que se sobrepõem e interpenetram: matrizes pessoais, dinâmicas e de fundação (Hopper, 2019). Ao entrelaçar a matriz pessoal de um sujeito com a matriz dinâmica de um determinado grupo ou instituição de pertencimento no contexto de uma determinada sociedade (matriz de fundação), emerge uma perspectiva multidimensional que permite explorar processos socialmente inconscientes em pequenos, médios e grandes grupos (Nitzgen e Hopper, 2017).

Outra conceitualização importante apresentada pela grupanálise é a noção de inconsciente social. Embora Foulkes tenha se referido à ideia de “inconsciente social” em diferentes passagens de sua obra (Foulkes e Anthony 1957, pp. 42 e 56; Foulkes 1964, p. 52; Foulkes 1975a, p. 37; Nitzgen 2011) para examinar as forças biológicas, sociais e culturais das quais as pessoas não têm consciência, ele nunca discutiu o conceito sistematicamente ou o explorou em seu trabalho clínico. Foulkes legou aos seus seguidores a tarefa de clarificar e desenvolver a noção de inconsciente social (Penna, 2023a). A investigação sobre o inconsciente social ganhou peso na grupanálise contemporânea e tem sido sistematicamente explorada por Hopper (2003a, 2019, 2024a), Hopper e Weinberg et al. (2011, 2016, 2017) numa série de livros sobre o tema (Penna, 2014, 2016, 2023a). Uma definição geral que contribui para a investigação sobre este conceito afirma:

Utilizamos o conceito de inconsciente social para nos referirmos às restrições sociais, culturais e comunicacionais dos quais as pessoas são, em diferentes graus, inconscientes. O inconsciente social dá ênfase às ansiedades, fantasias, defesas, mitos e memórias partilhados pelos membros de um determinado sistema social. [...] A teoria de campo do inconsciente social inclui a sua socialidade, relacionalidade, transpessoalidade, transgeracionalidade e coletividade” (Hopper e Weinberg 2017, p. xxii, minha tradução).

Esta definição permite-nos explorar os entrelaçamentos entre as visões sociológicas e psicanalíticas, revelando o que acontece nas relações interpessoais e transpessoais em grupos, especialmente os maiores. O estudo do inconsciente social põe em evidência fantasias, ansiedades, defesas, mitos e memórias coletivas socialmente inconscientes, cocriadas em matrizes tripartidas. Simultaneamente, ao explorar o *habitus* de matrizes de fundação particulares,

pontua o papel das experiências traumáticas na vida inconsciente dos grupos; permitindo-nos observar a transmissão transgeracional do trauma, bem como o impacto da opressão estrutural em países colonizados (Penna, 2016, 2023b; Hernández de Tubert, 2023a, 2023b) e do totalitarismo (Klímová, 2011; Marlin, 2016) em países o Leste Europeu.

Embora Foulkes nunca tenha tido contacto com Pichon-Rivière, ambos partilharam uma concepção pioneira da natureza social do ser humano e da indissolubilidade da relação/dos vínculos entre as pessoas e seus contextos (Tubert-Oklander e Hernández de Tubert, 2004). Tubert-Oklander (2022) afirma que a grupanálise foi introduzida quase simultaneamente em Inglaterra por S. H. Foulkes e na Argentina por Enrique Pichon-Rivière, “embora este último tenha chamado à sua abordagem teórica e técnica ‘grupos operativos’, em vez de ‘grupanálise’” (p.105).

As ideias de Pichon-Rivière, baseadas na unidade essencial dos universos intrapsíquico e social, exerceram uma poderosa influência nas teorias psicanalíticas, na psicoterapia analítica de grupo e na psicologia social que surgiram na América Latina. Em 1936, enquanto trabalhava como psiquiatra no *Hospicio de Las Mercedes*, Pichon-Rivière compreendeu que o desenvolvimento da doença mental transcendia à individualidade sendo coconstruída pela estrutura familiar do paciente e pelo seu ambiente. A epistemologia de Pichon-Rivière transformou a teoria psicanalítica, revelando como o sujeito *nasce e cresce* dentro de uma rede de vínculos que sustentam os processos de relação e socialização. Para ele, o conceito de vínculo substitui a noção de relações de objeto sendo definido como “uma estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto e as suas mútuas inter-relações dialéticas com processos de comunicação e aprendizagem” (Pichon-Rivière, 1980, p. xi). Assim, através do vínculo estabelecido através da relação mãe-bebê como “um mecanismo de interação, como uma Gestalt, que é ao mesmo tempo bicorporal e tripessoal” (Pichon-Rivière, 1980, p. 2), a criança introjeta uma “estrutura relacional” que adquire uma dimensão intrasubjetiva que lhe permitirá aprender *com e sobre o mundo e o ambiente*.

Para Pichon-Rivière (1979, p. XX), a mente, o corpo e o mundo exterior formam uma unidade e estão dialeticamente inter-relacionados no tempo e no espaço. Para Pichon-Rivière:

Existe uma dialética perpétua entre o interno e o externo, que é a própria essência da existência humana. As ligações internas e as ligações externas integram-se num processo dialético em espiral, no sentido em que o que era inicialmente externo se torna novamente interno, e assim por diante. Existe uma troca fluida entre os dois campos, que ajuda a estabelecer a diferenciação entre o interno e o externo, ao mesmo tempo que mantém uma profunda continuidade entre eles” (Tubert-Oklander, 2011, p. 61, minha tradução).

Assim, tanto para Pichon-Rivière como para Foulkes, “não há oposição entre psicologia individual e psicologia coletiva; portanto, o indivíduo e o grupo são meras ilusões” (Tubert-Oklander 2011, p. 61). Neste sentido, “não se pode pensar numa distinção entre indivíduo e sociedade. É uma abstração, um reducionismo que não podemos aceitar porque carregamos a sociedade dentro de nós” (Pichon-Rivière, 1979, p. 57; Tubert-Oklander, 2022, p. 107).

O trabalho com grandes grupos em *group analysis*:

O contexto transformador das décadas de 1960 e 1970 conferiu um novo *Zeitgeist* para o desenvolvimento do trabalho com grupos analíticos na Inglaterra. O ímpeto herdado das experiências de *Northfield*, combinado com novas perspectivas socioculturais, conduziu a inovações nos cuidados em saúde mental que levaram a avanços no trabalho com grupos, especialmente no desenvolvimento do trabalho com grandes grupos, ainda pouco conhecidos na América Latina. Em 1965, no Hospital Halliwick, na Inglaterra, os psicanalistas e grupanalistas Lionel Kreeger e Patrick de Maré estabeleceram uma nova cultura tanto em ambientes hospitalares quanto comunitários ao utilizarem técnicas de trabalho em grupo. Em 1966, iniciaram nesses espaços o trabalho com grandes grupos. Em 1971, no *Institute of Group Analysis*, em Londres, incluíram experiências com grandes grupos nos programas de formação analítica e, no ano seguinte, no Segundo Simpósio Europeu de *Group Analysis*, Kreeger e de Maré incluíram sessões de grande grupo no programa científico.

Em seus primórdios, o trabalho com grandes grupos era pouco desenvolvido não integrando-se à uma única perspectiva. Além disso, experiências com grandes grupos realizadas por grupanalistas se sobrepunham àquelas conduzidas pelos profissionais alinhados à tradição da *group relations* do *Tavistock Institute*. Desde 1957, esses profissionais estavam envolvidos com o desenvolvimento das Conferências de Leicester, na Inglaterra, e dos trabalhos no Instituto *A.K. Rice*, nos EUA (Rice, 1965), que serviam de base à aprendizagem sobre liderança em grupos. Estas conferências incluíam experiências com grandes grupos no programa (Trist e Murray, 1990; Penna, 2023a). Paralelamente, os membros da *Group Analytic Society* empenhavam-se no trabalho com grandes grupos em *ambientes* hospitalares, tais como, como hospitais dia, enfermarias, comunidades terapêuticas e reuniões comunitárias. Esta primeira coorte do trabalho com grandes grupos em grupanálise foi influenciada por uma mistura de perspectivas teóricas freudianas, kleinianas, bionianas e foulkesianas (Wilke, 2003a).⁴⁴ No entanto, enquanto o campo da *group relations* do *Tavistock Institute* construiu um quadro

⁴⁴ Neste ponto, é importante recordar a Experiência de Rosário, conduzida por Pichon-Rivière, José Bleger, David Liberman, Edgardo Rolla, Fernando Ulloa (1960) e outros, na Argentina, em 1958. A experiência inovadora de laboratório social que envolveu, através de conferências e trabalho em pequenos grupos homogêneos e heterogêneos, a comunidade da cidade de Rosário, deu origem à técnica do grupo operativo. Nesse sentido, a Experiência Rosário pode ser considerada uma experiência pioneira de formação de grandes grupos na América Latina (Pines, 2003).

mais estruturado e unificado para o seu trabalho, baseando-se em teorias de grupo bionianas, na *grupanálise* nunca houve uma abordagem única no trabalho com grandes grupos.

Nesta direção, perguntamos: o que é um grande grupo, quais são os seus objetivos, ele tem funções terapêuticas, qual é o número ideal de participantes na composição de um grande grupo? Todas estas questões requerem uma investigação cuidadosa, no entanto, constata-se que a participação em grandes grupos proporciona uma dimensão nova e ampliada da experiência pessoal, revelando aspectos das relações humanas que não são facilmente encontrados ou que não são revelados em processos de pequenos grupos (Hinshelwood, 1987). A literatura sobre esse tema diverge, especialmente quanto ao número ideal de pessoas para compor um grande grupo. Em pequenos grupos terapêuticos, o número de participantes varia entre sete e doze pessoas (Schneider e Weinberg, 2003). Os grandes grupos, por outro lado, “podem envolver pelo menos 30 [participantes], mas mais provavelmente entre 50 e 100” ou mais (Foulkes, 1975b, p. 52). Dependendo do número de participantes do grupo seus membros podem não mais estar frente a frente e “a situação de grande grupo não pode ser abarcada através de um único olhar por seus membros” (Turquet, 1975, p. 88, minha tradução). Neste sentido, dependendo do tamanho de um grande grupo, a possibilidade de desenvolvimento de interações face a face diminui, excluindo a criação de intimidade, identificações ou um estreitamento de laços entre seus membros; gerando indiferença, anonimato e alienação (Kreeger, 1975). No entanto, como pergunta Foulkes (1975b), “Quando é que um grupo se torna ‘grande’?” Estas questões são particularmente importantes porque como afirma Foulkes, não se trata simplesmente de lidar com um “grande” ou um “pequeno” grupo, pois “movemo-nos numa escala em que tudo é relativo”. Assim Foulkes pergunta: Quando começa um grupo grande? Não sabemos” (p. 51).

De Maré discutiu longamente as diferenças entre os pequenos grupos foulkesianos e os grandes grupos, ao mesmo tempo que desenvolveu sua abordagem teórica sobre o trabalho em médios e grandes grupos. O autor sugere que o tamanho ideal de um grande grupo varia entre 20 e 100 pessoas sentadas em círculos organizados em um ou dois níveis, numa disposição que faz lembrar os anfiteatros gregos (de Maré, Piper e Thompson, 1991, p. 13). Para ele o número ideal de participantes num grande grupo é também difícil de determinar. Esta questão está relacionada à ecologia do grupo, que pode ou não contribuir na criação de um *setting* ótimo para a condução de grandes grupos. O tamanho e as propriedades acústicas da sala, bem como, a disposição das cadeiras – em dois ou três níveis ou não, dispostas em círculos concêntricos ou em espiral – interferem na audição, visão e interação ou até mesmo na possibilidade de se notar a presença de demais participantes (Sharpe, 2008). Se um grupo grande estiver disposto em círculos concêntricos a proximidade entre os participantes aumenta. Por outro lado, quando os participantes se sentam de costas uns para os outros, a expe-

riência pode produzir ambivalência conduzindo a criação de falsas hierarquias e de ansiedades paranoicas (Schneider e Weinberg, 2003).

Em 1975, Kreeger editou a primeira coletânea de artigos sobre grandes grupos: “*The Large Group: Dynamic and Therapy*”, na qual diferentes pioneiros ofereceram uma análise abrangente das primeiras tentativas de trabalhar com grandes grupos. O ecletismo das suas contribuições é fascinante; no entanto, revelam uma “confusão” em relação à definição do que é um grande grupo, seu objetivo, seu tamanho ideal, a ecologia do *setting*, o papel do coordenador; e também quanto ao seu valor terapêutico. Pines (1975, p. 311) ofereceu uma visão cautelosa das forças poderosas e desconhecidas que estavam em jogo nas primeiras explorações com grandes grupos. De fato, os grandes grupos lidam com forças poderosas e podem ter uma “utilização potencial tanto para o bem como para o mal” (Kreeger, 1975, p. 25; Skynner, 1975, p. 246). Embora desenvolvidos para a criação de interações criativas, pensamento e mudança, grandes grupos tendem a conduzir a projeções massivas, fragmentação, criação de bodes expiatórios e processos de exclusão (Kreeger, 1975).

O trabalho com grades grupos grupanalíticos explora a psicodinâmica de grandes grupos artificialmente criados “como sistemas transitórios e não institucionalizados” (Hopper & Weyman, 1975) em institutos de formação, conferências e workshops. Isto permite-nos realizar o estudo da sua psicodinâmica “como se fosse” um laboratório. Grandes grupos construídos oferecem oportunidades para o estudo da regressão, de processos primários e de fases iniciais da vida inconsciente, ampliado a compreensão de que “as defesas comuns contra a dor mental, a negação, a cisão e a projeção nos outros, têm imensas consequências sociais quando utilizadas por grupos inteiros de indivíduos” (Main, 1975, p. 63, minha tradução). A participação em grandes grupos remete ao “autoestudo” (Turquet, 1975, p. 90) e contribui para ampliar o autoconhecimento, permitindo que as pessoas aprendam com a experiência (Bion, 1962) sobre processos socialmente inconscientes (Hopper e Weinberg, 2017) cocriados através de interações interpessoais e transpessoais. Além disso, o surgimento de relações de poder, lutas pela liderança, polarização e a formação de subgrupos e contragrupos (Hopper, 2003a) podem ser observados no trabalho com grandes grupos (Skynner, 1975; Kreeger, 1975).

Inspirado nos antigos anfiteatros gregos, onde grande número de pessoas interage, Pat de Maré formulou uma hipótese sobre o funcionamento das interações em grandes grupos. Sua perspectiva está ligada ao princípio de *Koinonia*, que se refere ao desenvolvimento de um companheirismo impessoal (concidadania), de uma cultura de *união*, de amizade em comunhão entre pares (de Maré, Piper, & Thompson, 1991). O grande grupo oferece uma estrutura ou um meio para conectar o mundo interno às dimensões socioculturais em que as relações interpessoais têm lugar. Proporciona um *setting* para interligar o espaço (“*gap*”) existente entre nós mesmos e o ambiente sociocultural de uma forma que o pequeno grupo

simplesmente não pode proporcionar. Nesta direção, o trabalho em grande grupo aponta para a possibilidade de humanizar a sociedade e desenvolver a cidadania através do diálogo.

Contudo, o trabalho em grande grupo “construído” desencadeia fortes emoções, frustrando necessidades libidinais, provocando ansiedades primitivas, defesas e mecanismos psicóticos que englobam desde ameaças à identidade (Turquet, 1975) até ao pânico e ao ódio (de Maré, Piper, & Thompson, 1991) ao lidar com o desconhecido. Tais experiências foram amplamente investigadas por Kreeger (1975), Turquet (1975), Foulkes (1975b), de Maré (1975, 2012), Pines (1975), Hopper (2003a), Wilke (2003a, 2003b), Schneider e Weinberg (2003), Tubert-Oklander (2012, 2022) e Penna (2023a), entre outros. No entanto, e quase paradoxalmente, o trabalho em grande grupo permite criar espaços seguros de autorreflexão coletiva, transformando processos coletivos inconscientes - como os comportamentos irracionais das multidões do século XIX, ou o comportamento dos seguidores atomizados das massas totalitárias do século XX - em novas formas de pensamento e diálogo entre pessoas, grupos e comunidades. Dessa forma, o trabalho em grande grupo constitui-se como uma ferramenta de investigação teórica e técnica que nos permite ampliar a compreensão contemporânea da psicodinâmica de pessoas quando se reúnem em grande número (Penna, 2023a). Os grandes grupos oferecem ainda oportunidade de examinar a dinâmica de instituições e organizações (Hopper, 2012), processos socialmente inconscientes em matrizes tripartidas (Hopper e Weinberg, 2017; Tubert-Oklander, 2022; Hopper, 2024a) e observar as tendências à fusão e à homogeneização em grupos (Turquet, 1975; Chasseguet-Smirgel, 1984) bem como a *Teoria da Incoesão: Agregação/Massificação* como um quarto pressuposto básico para a vida inconsciente dos grupos (Hopper, 2003a, 2019).

Tal como Foulkes, os grupanalistas da segunda geração - e a primeira coorte de profissionais de grandes grupos - haviam sido traumatizados pelo fascismo e pela Segunda Guerra Mundial, embora simultaneamente estivessem inseridos no contexto transformador das décadas de 1960 e 1970. Este novo momento permitiu-lhes a criação de novas possibilidades terapêuticas através do trabalho em grande grupo. Na verdade, entusiasmaram-se com a possibilidade de cocriar espaços seguros que pudessem prevenir o surgimento de novas formas de pensamento fundamentalista. Nas palavras de Maré: “A única resposta à violência em massa é o diálogo coletivo” (de Maré, Piper, & Thompson, 1991, p. 31, minha tradução). Talvez a afirmação de de Maré sintetize todo o desejo socialmente inconsciente da sua geração, materializado na grupanálise através do projeto do trabalho com grandes grupos. Inferimos que suas inovações tenham sido influenciadas pelo desejo de utilizar os grandes grupos no fomento do pensamento democrático, da liderança entre pares e da cidadania madura (Hopper, 2000). Soma-se a isso, o fato de que o trabalho com grandes grupos lentamente se tornou um instrumento teórico-técnico para lidar com experiências traumáticas e feridas transgeracionais. Através do trabalho em grande grupo, tem sido possível, entrar em contacto com o

que foi inconscientemente transmitido, negado e encapsulado (Hopper, 1991) encriptado (Abraham & Torok, 1995); facilitando a elaboração de traumas coletivos e conflitos intergrupais no contexto sócio-político e nas comunidades (Penna, 2023a).

Dentro dessa linha de raciocínio o Workshop sobre a “Síndrome do Sobrevivente”, realizado por Hopper et al. em 1979 (2003b), foi uma iniciativa pioneira no trabalho com pessoas traumatizadas pelo Shoa, através do trabalho com pequenos e grandes grupos em grupanálise. O Workshop estava em consonância aos primeiros esforços psicanalíticos que a partir dos anos 80 investigaram experiências traumáticas e processos de elaboração traumática com o objetivo de interferir e tratar os efeitos das transmissões psíquicas transgeracionais (Abraham e Torok, 1995). As experiências no Workshop revelaram que os grandes grupos tendem a recapitular e a encenar (*enactment*) processos socialmente inconscientes presentes nas sociedades. De fato, através de processos de “equivalência”⁴⁵ (“processos paralelos”) (Hopper, 2003b, p.73) é possível observar vicissitudes de experiências traumáticas presentes na vida inconsciente de matrizes tripartidas, como também revelar a psicodinâmica de processos inconscientes atuantes no comportamento de multidões e massas contemporâneas. Nesta direção, o trabalho realizado por Josef Shaked (2003) com grandes grupos transculturais na Áustria, Alemanha e Ucrânia (antes e depois do fim da Guerra Fria), bem como em Israel, permitiu o confronto entre diferentes normas culturais e processos sócio-políticos vivenciados por participantes de diferentes países permitindo o início da elaboração traumática de feridas coletivas. Foi assim que, a partir da década de 1980, a associação entre trauma coletivo e trabalho em grandes grupos permitiu a investigação de novos campos de conhecimento bem como a investigação sobre processos socialmente inconscientes em grupos e sociedades (Hopper e Weinberg, 2011, 2016, 2017; Hopper, 2024a).

Recentemente, com o aparecimento da COVID-19 em 2020, e a consequente exigência de distanciamento social entre as pessoas, as reuniões presenciais em grandes grupos foram descontinuadas e substituídas por encontros através de dispositivos virtuais em todo o mundo. Este novo *setting* transformou a teoria e a técnica. No entanto, ainda não é possível definir de que forma estas novas experiências representam mudanças significativas, ou se novas modalidades de trabalho com grandes grupos virtuais estão sendo criados (Weinberg, H., Rolnick A., & Leighton, 2022).

Conduzir/coordenar grandes grupos

⁴⁵ A equivalência refere-se a um processo particular baseado em mecanismos interpessoais muito primitivos que comunicam o que se tornou inconsciente no grupo como resultado da ansiedade e da cisão que a acompanha. A equivalência permite-nos vislumbrar os aspectos dinâmicos de como um grupo cria e mantém um determinado tema na sua vida consciente e inconsciente. Significa que, não só nos grupos, mas também em diferentes sistemas sociais, as pessoas são inconscientemente propensas a “recriar situações (em termos de ações, fantasias, relações de objeto e afetos) que ocorreram noutra tempo e espaço” (Hopper, 2003b, p. 130).

Da mesma forma que é complexo discutir diferentes tradições no trabalho com grandes grupos em grupanálise, é um desafio discutir o papel do(s) condutor(es), porque “muito pouco foi escrito sobre o papel e o estilo do condutor de grandes grupos” (Wilke, 2003b, p. 70). Em diferentes momentos da sua carreira, Foulkes foi enfático sobre o papel do condutor de pequenos grupos (Foulkes, 1948, p. 143; Foulkes, 1964, p. 54; Foulkes, 1975a, p. 157). No entanto, em relação aos grandes grupos, Foulkes (1975b, p. 55) não disse muito além de recomendar que uma equipe de condutores se reunisse periodicamente para discutir as reações imediatas às sessões e o nível ótimo de intervenção grupal, bem como, a importância da manutenção de um nível tolerável de tensão no grupo de modo a permitir um trabalho construtivo. Para conter os vários níveis de ansiedade e os abandonos prematuros, Skynner (1975, p. 250) salientou que os condutores de grandes grupos devem abandonar posturas analíticas mais clássicas, tornando-se mais proativos e diretivos em suas intervenções. Para alguns pioneiros do trabalho com grandes grupos, como Kreeger (1975), conduzir um grande grupo é uma tarefa semelhante a de “São Jorge lutando contra o dragão”, dada a mobilização de afetos profundos - fenômenos psicóticos e projetivos que deixam o condutor exausto e sobrecarregado diante da responsabilidade de criar um ambiente seguro, manter os limites do *setting* ao mesmo tempo em que procura expandir a comunicação entre os participantes almejando a criação entre eles uma cultura de grupo (Wilke, 2003b).

Malcolm Pines introduziu um estilo eclético e benigno de facilitar e promover a comunicação em grandes grupos. No entanto, como Tubert-Oklander e Hernández de Tubert (2014b, 2022) discutiram ao comparar os modelos britânico e latino-americano de condução de grandes grupos, o estilo de Malcolm Pines parece ser um bom exemplo da tradição britânica grupanalítica. Nesse sentido, afirmam que os britânicos trabalham mais como facilitadores do que como coordenadores, “determinando assim, uma postura mais passiva e autodefensiva” (Tubert-Oklander e Hernández de Tubert, 2014b, p. 338) na condução do grande grupo. Por outro lado, na tradição latino-americana, os condutores trabalham como coordenadores, atuando como copensadores (Pichon-Rivière, 1980). Coordenadores apresentam uma atitude mais ativa na direção do grupo fomentando as interações grupais, contribuindo ainda para o desenvolvimento do grupo através de interpretações. No entanto, “em ambos os [estilos], o objetivo do grande grupo é, como sugeriu Patrick de Maré, pensar em conjunto e desenvolver o pensamento de grupo” (Tubert-Oklander e Hernández de Tubert, 2014b, p. 338).

Existem diferentes estilos de intervenção e condução de grandes grupos, alguns são mais analíticos e outros focalizam mais no apoio. Assim torna-se necessário buscar um equilíbrio entre ambas as atitudes. No entanto, este equilíbrio não está apenas relacionado com as diferentes técnicas utilizadas no trabalho com grandes grupos, mas também com o contexto em que o grupo é utilizado. Além disso, algumas destas experiências atualizam processos

socialmente inconscientes e relações de poder que, como experiências traumáticas não elaboradas ressoam em contextos de grandes grupos.

Apesar dos desafios e dos resultados apresentados pelo trabalho com grandes grupos, esta ferramenta parece ter induzido ambivalência em gerações mais jovens quanto à teoria, a técnica, os objetivos e os estilos de liderança na condução de grandes grupos. De fato, o trabalho com grandes grupos revela enormes desafios devido às difíceis interações que ocorrem quando entre um grande número de pessoas estão reunidas. Contudo, a realização de um bom trabalho com um grande grupo parece estar associada à capacidade do condutor/coordenador de estar atento à ação dos processos socialmente inconscientes presentes na sessão, bem como a singularidade de sua orientação teórico-técnica, estilo pessoal e personalidade. Tais competências estão relacionadas à sua capacidade de oferecer continência (Bion, 1962), holding (Winnicott, 1965) e limites, que - como envelopes psíquicos (Anzieu, 1984), peles psíquicas (Bick, 1968) ou dobras (Deleuze, 1993) - permitiriam os membros do grupo a possibilidade de enfrentar ansiedades catastróficas (Meltzer, 1975) e o medo do aniquilamento (Hopper, 2003a) durante as sessões de grande grupo.

O grande grupo hoje: novas perspectivas. E o Brasil?

O trabalho com grandes grupos nasceu num momento inspirador do pós-guerra, quando as relações horizontais e democráticas eram encorajadas e idealizadas. No entanto, o século XXI trouxe consigo a desilusão com as conquistas civilizatórias e tornando-se fonte de surpresa, medo e insegurança. As experiências traumáticas do nosso tempo, a barbárie das guerras atuais e a polarização que atravessa as relações pessoais, organizacionais e sociais vêm transformado profundamente as figurações das matrizes tripartidas, sendo constantemente encenadas (*enactment*) tanto nas ruas de nossas cidades e instituições quanto nos encontros de grandes grupos construídos.

Neste sentido, através de processos paralelos (ou de equivalência), encontros em grandes grupos, especialmente grandes grupos com mais de 100 pessoas, correm o risco de se tornarem palco para confrontos entre identidades pessoais, sociais e nacionais em busca de legitimação e representação no mundo social. De fato, o trabalho com grupo, especialmente em grandes grupos, é profundamente afetado pela encenação (*enactment*) de experiências traumáticas presentes na vida inconsciente dos grupos. Ou seja, através de processos de equivalência (processos paralelos), polarizações e relações de poder presentes no mundo exterior, podem ser encenados (*enacted*) nas sessões de grande grupo atualizando processos socialmente inconscientes presentes em matrizes tripartidas de diferentes sociedades. Enquanto experiências traumáticas ainda não elaboradas, mas que clamam por representação, tais experiências podem se presentificar e atualizar nas interações pessoais e grupais que acontecem nas sessões

de grandes grupos construídos. Nesse sentido, as interações em grande grupo concebidas inicialmente como um espaço criado para a autorreflexão e o diálogo coletivo podem facilmente se transformar em espaço para encenação (*enactment*) de comportamentos irrefletidos como aqueles observados nas multidões ou então para a encenação (*enactment*) de confrontos entre diferentes grupos de identidade social ou nacional (Penna, 2024).

Por fim, dadas as dificuldades expostas no trabalho com grandes grupos na atualidade, para alguns autores a ideia de trabalhar com grandes grupos, provoca ambivalência e descrença diante da possibilidade de utilizar a técnica como ferramenta para a transformação das relações entre um grande número de pessoas. No entanto, acredito firmemente que, através do trabalho em grande grupo, coordenado por facilitadores competentes, é possível entrar em contacto com o que foi socialmente transmitido, negado e encapsulado, permitindo a elaboração de traumas coletivos e a reparação de conflitos intergrupais no contexto sócio-político. A ideia de aprender através da experiência (Bion, 1962) em grandes grupos parece ser apenas uma **pequena centelha de “união”** – “*sparkle of togetherness*” (Penna, 2023a) - diante dos abismos empáticos diante da alteridade do “estranho outro” tão corriqueira nos dias atuais. Contudo, estes anseios coletivos de comunhão genuína e fraternidade povoam e renovam meus mais profundos desejos de uma vida melhor em sociedade. Nessa direção, sonho e aposto no trabalho com grandes grupos, desejando que eles sejam mais conhecidos e largamente praticados no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abraham, N., & Torok, M. (1995). *The Shell and the Kernel*, Volume I. Chicago: University of Chicago Press.
- Adorno, T. (1951). The Freudian theory and the pattern of fascist propaganda. In: A. Arato & E. Gebhardt (Eds.). *The Essential Frankfurt School Reader* (pp. 118–137). New York: Continuum, 2005.
- Anzieu, D. (1984). *The Group and the Unconscious*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Armstrong, D. & Rustin, M. (2012). What happened to democratic leadership? *Soundings*, 50:59–71.
- Bick, E. (1968). The experience of skin in early object relations. *International Journal of Psychoanalysis*, 49: 484–486.
- Bion, W. (1961). *Experiences in Groups*. London: Routledge, 1991.
- Bion, W. (1962). *Learning from experience*. London: Karnac.

- Blackwell, D. (2023). The dialectics of Chat: Privilege, power and institutional racism. *Group Analysis*, 56(4), 541-558.
- Bohleber, W. (2010). Destructiveness, Intersubjectivity, and Trauma: The Identity Crisis of Modern Psychoanalysis. London: Karnac.
- Chasseguet-Smirgel, J. (1984). *The Ego Ideal: A Psychoanalytic Essay on the Malady of the Ideal*. New York: W.W. Norton.
- Dalal, F. (2011). The social unconscious and ideology: in clinical theory and practice. In: E. Hopper & H. Weinberg (Eds.). *The Social Unconscious in Persons, Groups, and Societies. Vol. 1. Mainly Theory* (pp. 243–263). London: Karnac.
- de Maré, P., Piper, R. & Thompson, S. (1991). *Koinonia: From Hate Through Dialogue to Culture in the Large Group*. London: Karnac.
- de Maré, P. (2012). Large group perspectives. In: R. Lenn & K. Stefano (Eds.). *Small, Large, and Median Groups* (pp. 79–98). London: Karnac.
- Deleuze, G. (1993). *The Fold*. London: Continuum.
- Elias, N. (1939). *The Civilizing Process*. New York: Blackwell, 2000.
- Elias, N. (1984) *What is Sociology?* New York: Columbia University Press.
- Ferenczi, S., Abraham, K., Simmel, E., Jones, E. & Freud, S. (1921). Psychoanalysis and War Neuroses. London: International Psychoanalytic Press.
- Foulkes, S. H. (1937). On Introjection. In: E. Foulkes (Ed.). S. H. Foulkes: *Selected papers* (pp. 57–78). London: Karnac, 1990.
- Foulkes, S. H. (1948). *Introduction to Group-Analytic Psychotherapy*. London: Karnac, 1983.
- Foulkes, S. H. (1964). *Therapeutic Group Analysis*. London: Karnac.
- Foulkes, S. H. (1975a). *Group Analytic Psychotherapy: Methods and Principles*. London: Karnac, 2002.
- Foulkes, S. H. (1975b). Problems of the large groups. In: L. Kreeger (Ed.). *The Large Group: Dynamics and Therapy* (pp. 33–56). London: Karnac.
- Foulkes, S. H. & Anthony, E. J. (1957). *Group Psychotherapy: The Psychoanalytic Approach*. London: Karnac, 2014.
- Foulkes, E. (Ed.). (1990). *S. H. Foulkes: Selected Papers: Psychoanalysis and Group Analysis*. London: Karnac.
- Fukuyama, F. (2018). *Identity: The Demand for Dignity and the Politics of Resentment*. New York: Farrar, Straus, and Giroux.

- Harrison, T. (2000). *Bion, Rickman, Foulkes and the Northfield Experiments: Advancing on a Different Front*. London: Jessica Kingsley.
- Hernández de Tubert R (2023a) The Mexican social unconscious—part I: The roots of a nation. *Group Analysis*, 56(2), 204-217.
- Hernández-Tubert, R. (2023b). The Mexican social unconscious—part II: Politics and group analysis. *Group Analysis*, 56(2), 218-233.
- Hinshelwood, R. (1987). *What Happens in Groups: Psychoanalysis, the Individual and Community*. London: Free Association.
- Honneth, A. (1996). *Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*. Cambridge: Polity.
- Hopper, E. (1991). Encapsulation as a defence against the fear of annihilation. *International Journal of Psychoanalysis*, 72 (4): 607–624.
- Hopper, E. (2000). From objects and subjects to citizens: group analysis and the study of maturity. *Group Analysis*, 33(1):29-34.
- Hopper, E. (2003a). *Traumatic Experience in The Unconscious Life of Groups*. London: Jessica Kingsley.
- Hopper, E. (2003b). *The Social Unconscious: Selected Papers*. London: Jessica Kingsley.
- Hopper, E. (2012). Introduction. In: E. Hopper (Ed.). *Trauma and Organizations* (pp.xxxi–li). London: Karnac.
- Hopper, E. (2019). “Notes” on the theory of the fourth basic assumption in the unconscious life of groups and group-like social systems – Incohesion: Aggregation/ Massification or (ba) I: A/M. *Group*, 43 (1): 9–27.
- Hopper, E. (2020). The tripartite matrix, the basic assumption of Incohesion and Scapegoating in Foulkesian Group Analysis: Clinical and empirical illustrations, including terrorism and terrorists. *IAGP Forum*, 8:26-40.
- Hopper, E. (2024a). Introduction. *The Tripartite Matrix in the Developing Theory and Expanding Practice of Group Analysis. The social unconscious in persons, groups and societies*. (pp 1-16). London: Routledge.
- Hopper, E. (2024b). “Notes” on Processes of Fundamentalism and Scapegoating in the Context of the Basic Assumption of Incohesion: Aggregation/Massification or (ba) I: A/M. In: A. Berman & G., Ofer (Eds.). *Socio-Cultural and Clinical Perspectives of Tolerance: Hope and Pain of Meeting the Other*. London: Routledge.

- Hopper, E. & Weyman, A. (1975). A sociological view of large groups. In: L. Kreeger (Ed.). *The Large Group: Dynamics and Therapy* (pp. 159–189). London: Karnac.
- Hopper, E. & Weinberg, H. (2011). Introduction. In: E. Hopper & H. Weinberg (Eds.). *The Social Unconscious in Persons, Groups, and Societies, Vol. 1. Mainly Theory* (pp. xxii–lv). London: Karnac.
- Hopper, E. & Weinberg, H. (2016). *The Social Unconscious in Persons, Groups, and Societies, Vol. 2: Mainly Foundation Matrices*. London: Karnac.
- Hopper, E., & Weinberg, H. (eds) (2017). *The Social Unconscious in Persons, Groups, and Societies, Vol. 3: The Foundation Matrix Extended and Re-configured*. London: Karnac.
- Klímová, H. (2011). The false we/The false collective self. In: E. Hopper & H. Weinberg (Eds.). *The Social Unconscious in Persons, Group, and Societies, Vol. 1. Mainly Theory* (pp. 187–207). London: Karnac.
- Kreeger, L. (1975). Introduction. In: L. Kreeger (Ed.). *The Large Group: Dynamics and Therapy* (pp. 13–29). London: Karnac.
- Kreeger, L. (2009). Introduction to large groups. *Group Analysis*, 42(3): 282–285.
- Main, T. (1975). Some psychodynamics of large groups. In: L. Kreeger (Ed.). *The Large Group: Dynamics and Therapy* (pp. 57–86). London: Karnac.
- Marlin, O. (2016). Psychoanalytic view of the totalitarian mentality: the case of the Czech experience. In: E. Hopper & H. Weinberg (Eds.). *The Social Unconscious in Persons, Groups, and Societies, Vol. 2: Mainly Foundation Matrices* (pp. 81–96). London:Karnac.
- Meltzer, D. (1975). Adhesive identification. *Contemporary Psychoanalysis*, 11 (3):289–310.
- Morin, E. (1986). Para sair do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Morin, E. (1998). Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2000) Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez.
- Nitzgen, D. (2011). The concept of the social unconscious in the work of S. H. Foulkes. In: E. Hopper & H. Weinberg (Eds.). *The Social Unconscious in Persons, Groups, and Societies, Vol.1. Mainly Theory* (pp. 3–21). London: Karnac.
- Nitzgen, D. & Hopper, E. (2017). The concepts of the social unconscious and of the matrix in the work of S. H. Foulkes. In: E. Hopper & H. Weinberg (Eds.). *The Social Unconscious in Persons, Groups, and Societies, Vol. 3: The Foundation Matrix Extended and Re-configured* (pp. 3–25). London: Karnac.
- Penna, C. (2015). Investigações Psicanalíticas sobre o luto coletivo. *Cadernos de Psicanálise* vol.37 no.33 (p.9-30). Rio de Janeiro.

- Penna, C. (2016). Reflections upon Brazilian social unconscious. In: E. Hopper & H. Weinberg (Eds.). *The Social Unconscious in Persons, Groups, and Societies, Vol. 2: Mainly Foundation Matrices* (pp. 139–158). London: Karnac.
- Penna, C. (2023a). *From Crowds to Dynamics of Large Groups: Historical, Theoretical and Practical Considerations*. London: Routledge.
- Penna, C. (2023b). The Mexican social unconscious: ‘Confusion of tongues’ in tripartite matrices of colonized countries. Response to ‘The Mexican social unconscious—Part I: The roots of a nation’ and ‘Part II: Politics and group analysis’ by Reyna Hernández de Tubert. *Group Analysis*, 56(2), 259-271.
- Penna, C. (2024). Contemporary Crowds and Social Identity Groups. *New Associations*. Issue 42. Spring 2024. London: British Psychoanalytic Council.
- Pichon-Rivière, E. (1979). *Teoría del vínculo* [Theory of the bond]. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Pichon-Rivière, E.; Bleger, J.; Liberman, D. & Rolla, E. (1960). *Técnica de los grupos operativos* [Technique of operative groups]. In Pichon-Rivière (1971a), pp. 107–120.
- Pichon-Rivière, E. (1980). *O Processo Grupal* [The Group Process]. São Paulo: Martins Fontes.
- Pines, M. (1975). Overview. In: L. Kreeger (Ed.). *The Large Group: Dynamics and Therapy* (pp. 291–311). London: Karnac.
- Pines, M. (2003). Large groups and culture. In: S. Schneider & H. Weinberg (Eds.). *The Large Group Re-visited: The Herd, Primal Horde, Crowds and Masses* (pp. 44–57). London: Jessica Kingsley.
- Rice, A. K. (1965). *Learning from Leadership. Interpersonal and Intergroup Relations*. London: Routledge.
- Shaked, J. (2003). The large group and political process. In: S. Schneider & H. Weinberg (Eds.). *The Large Group Re-visited: The Herd, Primal Horde, Crowds and Masses* (pp. 150–161). London: Jessica Kingsley.
- Sharpe, M. (2008). Styles of Large Group Leadership. *Group*, 32 (4): 89–301.
- Schneider, S. & Weinberg, H. (2003). Introduction. In: S. Schneider & H. Weinberg (Eds.). *The Large Group Re-visited: The Herd, Primal Horde, Crowds and Masses* (pp. 13–26). London: Jessica Kingsley.
- Skyner, R. (1975). The large group in training. In: L. Kreeger (Ed.). *The Large Group: Dynamics and Therapy* (pp. 227-251). London: Karnac.

- Trist, E., & Murray, H. (1990). *The Social Engagement of Social Science: A Tavistock Anthology*, Vol. 1: The Socio-Psychological Perspective. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Tubert-Oklander, J. (2011). Enrique Pichon-Rivière: the social unconscious in the Latin-American tradition of group analysis. In: E. Hopper & H. Weinberg (Eds.). *The Social Unconscious in Persons, Groups, and Societies. Volume 1: Mainly Theory* (pp. 45–70). London: Karnac.
- Tubert-Oklander, J. & Hernández de Tubert, R. (2004). *Operative groups: The Latin-American Approach to Group Analysis*. London: Jessica Kingsley.
- Tubert-Oklander, J. & Hernández de Tubert, R. (2014a). The Social Unconscious and the Large Group Part I: The British and the Latin American Traditions. *Group Analysis*, 47 (2): 99–112.
- Tubert-Oklander, J. & Hernández de Tubert, R. (2014b). The Social Unconscious and the Large Group Part II: A Context that Becomes Text. *Group Analysis*, 47 (3): 329–344.
- Tubert-Oklander, J. & Hernández de Tubert, R. (2014c). The Social Unconscious and the Large Group Part III: Listening to the Voices in the Wind. *Group Analysis*, 47 (4): 420–435.
- Tubert-Oklander, J. & Hernández-Tubert, R. (2022). *Psychoanalysis, Group Analysis, and Beyond: Towards a New Paradigm of the Human Being*. London: Routledge.
- Turquet, P. (1975). Threats to identity in large groups. In: L. Kreeger (Ed.). *The Large Group: Dynamics and Therapy* (pp. 87–144). London: Karnac.
- Weinberg, H., Rolnick A., & Leighton, A. (eds.) (2023). *Advances in Online Therapy: Emergence of a New Paradigm*. Routledge.
- Wilke, G. (2003a). Chaos and order in the large group. In: S. Schneider & H. Weinberg (Eds.). *The Large Group Re-visited: The Herd, Primal Horde, Crowds and Masses* (pp. 86–97). London: Jessica Kingsley.
- Wilke, G. (2003b) The large group and its conductor. In: R. Lipgar & M. Pines (Eds.). *Building on Bion: Branches* (pp. 70–105). London: Jessica Kingsley.
- Winnicott, D. W. (1965). *The Maturation Processes and the Facilitating Environment*. London: Karnac.

Gingas entre o institucional, o singular e o coletivo: uma experiência de psicanálise, grupo e território

Sumário

Alessandra da Costa Kasprczak

Laura Rodrigues Flaksman

Luciano Dias

Natasha Helsinger⁴⁶

RESUMO

O texto é um relato crítico da parceria entre o IBCE – Instituto Brasileiro de Capoeira-Educação – e o IEC – Instituto de Estudos da Complexidade. A experiência, realizada na favela da Babilônia, no Rio de Janeiro, contou com a participação de psicanalistas do IEC durante as atividades formativas de jovens promovidas pelo IBCE. A partir de um breve relato das rodas de conversa, o texto problematiza a inserção da psicanálise no território, tomando como referência os marcadores interseccionais de raça, classe e gênero. Trata-se, assim, de tensionar a psicanálise por meio de uma articulação ético-política, ao supor que, ao menos no Brasil, os destinos da psicanálise dependem de uma perspectiva crítica sobre as desigualdades sociais.

Palavras-chaves: Psicanálise, clínica, racismo, território

Contextualização

O IBCE, Instituto Brasileiro Capoeira Educação, é um projeto voltado para adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica. Com sede na favela da Babilônia, na Zona Sul do Rio de Janeiro, o projeto tem duração de um ano. De modo geral, a proposta é que, nesse período, além de receberem subsídios econômicos e materiais para sua formação em capoeira, os jovens tenham acesso a outros conhecimentos, como ferramentas digitais, música

⁴⁶ Alessandra da Costa Kasprczak é psicóloga e psicanalista. Atua em consultório, grupos e oficinas que articulam psicanálise, arte e educação, e é mestrande em Psicanálise e Políticas Públicas na UERJ, onde pesquisa as relações entre tecnologia, corpo e território na clínica contemporânea.

Laura Rodrigues Flaksman é psicóloga, pós graduada em Clínica Psicanalítica com Crianças pela PUC-RJ, membro provisório da Sociedade Brasileira de Psicanálise e membro do IEC, trabalha na clínica psicanalítica com crianças, adolescentes e adultos.

Luciano Dias é psicanalista, membro EBEP-Rio e do IEC; Doutor em Teoria Psicanalítica (UFRJ); coautor do livro “É de raça que estamos falando: tornar-se herdeiro da psicanálise no Brasil”.

Natasha Helsinger é psicanalista, Mestre e Doutora em Teoria Psicanalítica. Membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, do coletivo Psi Maré e da Clínica Social de Psicanálise do Instituto de Estudos da Complexidade. Autora do livro “O que é comprimido hoje?” e coautora do livro “É de raça que estamos falando: tornar-se herdeiro da psicanálise no Brasil”.

e línguas. Nesse sentido, a prática da Capoeira-Educação é compreendida como um instrumento de desenvolvimento humano, indo além de prática corporal e esportiva, ela incorpora também dimensões pedagógicas e culturais na formação.

Fundado em 2017, o IBCE foi idealizado e é dirigido pelo mestre Omri Ferradura, que há décadas se dedica à promoção da capoeira como ferramenta de transformação social e subjetiva. Ele facilita cursos e práticas em diferentes contextos, como prisões, instituições para crianças com deficiência, população em situação de rua, comunidade LGBTQ+ e também com pacientes psiquiátricos.

Por intermédio de uma terapeuta que atua no IEC e conhecia o trabalho de Ferradura, foi proposto à instituição um pedido de parceria. Recebemos Ferradura para um encontro na sede do IEC e, após ouvirmos sobre o projeto desenvolvido no IBCE, formalizamos uma parceria que previa atendimentos individuais para eventuais demandas dos alunos e a criação de um grupo de terapeutas para atuar junto a eles, na sede do projeto, no Morro da Babilônia, na cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo do presente texto é levantar algumas questões que dizem respeito ao trabalho realizado no segundo semestre de 2023 junto aos adolescentes atendidos pelo projeto. Mais especificamente, nos interessa explorar alguns questionamentos que atravessaram nossa prática tendo por referência o reconhecimento de inter cruzamento interseccional de raça, classe, gênero e território à intervenção orientada pela psicanálise.

Psicanálise, o social, a política e o território

Antes de adentrar na partilha da experiência em si, uma questão já se coloca de partida: o que sustenta nosso movimento de aceitar a proposta e nos engajarmos no projeto? Há muitos caminhos para responder essa pergunta. O primeiro deles é a própria consonância que esse tipo de trabalho tem com a Clínica Social de Psicanálise do IEC. Esta se fundou com o intuito de oferecer atendimento psicanalítico para pessoas de baixa renda, sem valor mínimo, fazendo frente à elitização que muitas vezes marca o campo da psicanálise e inviabiliza o acesso para muitos segmentos da população.

Esta questão se torna ainda mais complexa quando consideramos a desigualdade social que caracteriza, de forma vergonhosa, o Brasil, desde sua fundação, país que foi o último a abolir a escravidão e que tem a violência racial instituída em seu cerne, não obstante o mito da democracia racial tenha tentado, por décadas, escamoteá-la, tentando disseminar a ficção de que, em nosso país tão “festivamente” miscigenado, não haveria racismo.

Neste sentido, a sustentação da Clínica Social do IEC é um ato político, um ato de responsabilidade política, que parte da constatação irrevogável da desigualdade social e racial

que marca nosso país e faz disso trabalho, reconhecendo-a como uma convocação ética. Não se trata, como reiteradamente costumamos sublinhar, de tapar os buracos do Estado, mas de, através de nosso campo de atuação, nos assumirmos como atores sociais de transformação dentro de uma certa micropolítica, o que, em nossa prática, se desdobra em podermos escutar, psicanaliticamente, pessoas que não acessam a clínica particular tão facilmente, seja por restrição financeira ou por outras barreiras sócio-políticas que se interponham a esse encontro.

A Clínica Social é, nesse sentido, política. Isso implica outro ponto fundamental, a saber, a maneira de entender a psicanálise, ela própria, em sua dimensão ético-política. Sabemos que Freud, desde os primórdios da psicanálise, alavancou uma leitura do social, do mal-estar da modernidade, concebendo o sujeito, inequivocamente, sempre em relação à alteridade, ao social, rompendo com qualquer tipo de leitura que o reduziria a uma esfera intrapsíquica.

Não por acaso sua colocação, em 1921, de que “toda psicologia individual é também, ao mesmo tempo, uma psicologia social” (Freud, [1921], 2006, p. 179) se tornou célebre norteadora, ainda que, muitos/as psicanalistas ainda insistam em não levar às últimas consequências essa formulação, adotando leituras intrapsíquicas do sujeito, sem considerar o modo como aspectos sociais e políticos, entre os quais marcadores raciais, de gênero, de classe, territoriais, afetam a vida psíquica. Ou ainda, defendem que a “verdadeira” psicanálise é aquela que acontece, estritamente, no setting do consultório, com a neutralidade do analista, o que contradiz o que a própria história da psicanálise nos mostra.

Não por acaso, muitas publicações têm insistido em mapear a implicação política da psicanálise. Se antes já contávamos com a grande referência do livro “As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social”, de Elizabeth Danto, publicado em 2005, na atualidade uma série de trabalhos tem buscado catalogar esses importantes capítulos do movimento psicanalítico, como o livro, recentemente publicado, “Uma história da psicanálise popular”, de Florent Gabarron-Garcia. Ambos livros têm sido, inclusive, objetos de estudo em nossa instituição e orientadores de nossa práxis. Em síntese, acreditamos na dimensão ético-política da psicanálise, o que implica, inclusive, em desacomodar psicanálise e psicanalistas dos consultórios, colocando a psicanálise a circular no mundo, na cidade. Essa perspectiva é bem expressa por Luciano Elia, ao afirmar que não se trata de fracionar o/a psicanalista em suas várias atuações, pois é de tudo isso que se compõe o/a próprio/a psicanalista:

Mais do que nunca, fora do consultório é o desejo do psicanalista que é exigível para assegurar que o trabalho - por exemplo, no campo público - tenha efeitos de psicanálise. O psicanalista “público” não é uma mescla de psicanalista com pesquisador, com universitário ou com trabalhador social. Ele não é um semi-psicanalista, no sentido de dividir seus interesses entre a psicanálise e as questões sociais, por exemplo. Mais do que

nunca, é necessário que ele seja um psicanalista *inteiro*, com a ressalva de que nada se sustenta como inteiro no nosso campo. Inteiro, mas não todo. E isso porque, no espaço institucional, territorial, público, uma série de fatores e demandas bombardeiam o psicanalista, solicitando-o a responder em lugares bastante diversos do lugar do psicanalista. Manejar essas demandas e sustentar seu lugar exige um *surplus* do desejo do psicanalista. (Elia, 2017)

Nesse sentido, ainda há um outro ponto a ser sinalizado: o território. Nos atendimentos psicanalíticos, geralmente, são os pacientes que vão até o analista. Inclusive, durante muito tempo, a questão do setting foi hipervalorizada, como se este fosse um dos corações do processo analítico. Claro que a pandemia impôs uma mudança radical nessa concepção, porque se estabeleceu como prática os atendimentos virtuais, o que até então não era corrente. Ainda assim, a questão do analista ir até o analisante ainda não é uma prática necessariamente vigente, o que envolve várias questões que não trataremos aqui.

Os espaços onde essa questão tem sido mais frontalmente debatidas são em coletivos e associações que realizam atendimentos com moradores/as de favelas e periferias, como no projeto da RAAVE (Rede de Atenção a Afetados pela Violência de Estado), no qual o IEC é um dos grupos clínicos que compõe a rede. Desde a implementação do projeto, tem se discutido muito a relevância dos analistas atenderem nos próprios territórios das mães que perderam seus filhos pela violência policial. Isso se dá por vários motivos, não apenas para facilitar o acesso ao atendimento (pois a maioria das mães mora distante da Zona Sul, o que representa uma distância longa a ser percorrida e também custos de transporte), mas também pela importância dos/as analistas criarem uma relação com o território, não só através dos atendimentos, mas também, partilhando vivências (como foi o caso da inauguração, na Maré, do Monumento em Homenagem aos jovens assassinados).

As favelas e periferias são representadas, muitas vezes, como um outro/ Outridade, no sentido usado por Grada Kilomba (2019), como algo estranho, desconhecido, distante, o que se soma com muitas representações preconceituosas, produzidas, sobretudo, pela mídia: espaço perigoso, permeado pelo tráfico, por bandidos, o que é articulado à criminalização da pobreza. Além disso, a autora mostra como a relação entre racismo e território é bastante estreita, ou melhor, que a maneira como são segregados os territórios é um dos operadores fundamentais do racismo. Se estabelece toda uma arquitetura urbana que anseia em passar para os/as moradores de favelas/periferias de que eles não pertencem aos “centros”, que não podem “tocar” os privilégios brancos, como áreas de lazer e de certos serviços, e que, nesse sentido, só podem estar nos espaços privilegiados das cidades como força de trabalho, para fazer a cidade funcionar, ou ainda, para garantir os privilégios das pessoas brancas, de classe média e alta.

As forças hegemônicas de poder e de violência racial (articuladas aos discursos da mídia) muitas vezes ficcionalizam esses territórios, como lugares inóspitos, quase da “não-humanidade”, da ausência de direitos, de modo que não é um simples acaso serem espaços onde a democracia, de fato, nunca foi uma realidade. Isto é escancaradamente explicitado pelas truculentas e cotidianas operações policiais que chegam invadindo casas, atirando, matando.

Desse modo, entendemos que psicanalistas saírem de seus consultórios protegidos e privilegiados da Zona Sul do Rio de Janeiro para atender em favelas, periferias e comunidades é um ato político e crucial na tarefa ética de intervir nos sistemas de privilégio da branquitude e sacudir os dispositivos de segregação.

Também, muito o que vínhamos discutindo dentro do IEC, a partir disso, era a importância de podermos atuar nas favelas que se avizinham ao bairro onde nossa instituição se situa, em Copacabana. Então, quando chegou a proposta para atuarmos junto ao IBCE no Morro da Babilônia, esse pedido sintonizou com o que vínhamos discutindo internamente e enlaçou nosso desejo de vinculação ao projeto. Mapeadas algumas das coordenadas que nos levaram a essa decisão, abordaremos aspectos da experiência em si, na construção do dispositivo, para em seguida, extrair algumas questões clínico-políticas dessa experiência.

Psicanálise e experiências de subjetivação na Capoeira-Educação

Em nosso primeiro dia de trabalho, havia de nossa parte o temor e a atenção para que não invadíssimos o espaço, havia ali um grupo já formado há muitos meses e uma engrenagem de trabalho em curso. Buscamos ter o cuidado com a figura de liderança ali exercida por Ferradura e sua forma de estruturar o trabalho. Havia a necessidade de compreendermos esse funcionamento e costurar nosso trabalho com essa dinâmica já estabelecida. Outra preocupação era sustentar uma postura que respeitasse as diferenças encarnadas naquele território. Afinal de contas, não temos a mesma vivência daqueles jovens, em maioria negros, que cresceram em uma favela, e muitos casos privados de necessidades fundamentais.

Tivemos um total de quatro encontros, em um grupo composto por quatro terapeutas membros do IEC, sendo um homem e três mulheres. No primeiro dia, chegamos na quadra do Morro da Babilônia, onde acontecia o treino de capoeira e ficamos fora assistindo. Estavam um grupo de dezessete alunos e alunas, o Mestre Ferradura, a Mestre Aline e outros dois assistentes. Durante esse momento afinamos entre nós que posição adotariamos, principalmente nessa primeira aproximação. Nos pareceu que o mais importante naquele momento era a escuta, era observar como os adolescentes lidariam com nossa presença e, principalmente, como construiriam as demandas para o trabalho que estava sendo oferecido.

Ao final dessa primeira parte da atividade, entramos na quadra, eles foram divididos em subgrupos e o Mestre Ferradura organizou uma competição de coreografia. As alunas e

alunos elaboraram coreografias ali na hora e nesse momento pudemos começar conhecê-los e observar a dinâmica de interação entre os estudantes. Ao final das apresentações fomos convidados a nos apresentar, falamos que éramos psicólogos do IEC, fizemos uma breve introdução e combinamos que conversaríamos melhor na casa sede do projeto, para onde subimos logo após essa atividade.

Desde o início, ainda na primeira conversa na sede do IEC, Ferradura havia expressado o receio de que o trabalho com os jovens pudesse ser feito apenas em pequenos grupos, ele temia a dispersão dos jovens como fator que colidisse com um trabalho de fala e escuta. Não obstante, sustentamos a importância que o primeiro encontro contemplasse a presença de todos os estudantes. Esta opção nos pareceu interessante, não apenas para compreendermos a dinâmica insistida no grupo, mas principalmente para tecermos uma dinâmica transferencial que fundamentasse uma eventual repartição do grupo em grupos menores.

Não foi sem alguma surpresa que a primeira roda de conversa já ocorreu muito bem, com o grupo atento à atividade, uns mais participativos, outros mais observadores. Ainda nesse primeiro encontro nos deparamos com alguma desconfiança do grupo, mostrando o desafio de nos aproximarmos de uma realidade diferente da nossa em termos de raça, de classe e, também, pelo desafio de se chegar ao território do outro. Alguns alunos se mostravam mais abertos, outros mais desconfiados, outros fazendo brincadeiras, mas o fundamental foi o fato de que, ao longo do encontro, a grande maioria deles se mostrou receptiva e disponível, permitindo que um espaço compartilhado de trabalho fosse construído.

Com efeito, se no primeiro encontro contávamos com a participação do Mestre Ferradura e dos demais professores no grupo, nos pareceu importante que pudéssemos seguir o trabalho somente com o alunos, acreditando que traria mais liberdade de fala para os alunos até mesmo para enunciarem questões deles surgidas dentro do processo da formação.

Ao longo dos encontros falamos um pouco sobre a psicanálise, principalmente perguntando ao grupo o que sabiam e pensavam sobre a construção daquela roda bem como sobre o que era o sentido de uma terapia e se alguém já havia tido a experiência. Nas conversas o grupo associa o trabalho do terapeuta com questões graves, sugerindo que a construção da roda implicava no reconhecimento de algum problema do grupo. Esta associação nos permitiu ampliar o olhar para dimensões mais sutis, localizando as diversas questões que ao longo da vida podem se atravessar e convocar a um espaço de fala ou um trabalho de elaboração, o que, naquele contexto, se deu coletivamente. Esta via tornou possível falarmos sobre ansiedades, medos, do ato de sonhar, da importância de falarmos de nós e das diferentes tramas narrativas que compõem uma história de vida.

Em um dos encontros, o tema da frustração veio à tona, tendo por referência uma pergunta: como lidar com as emoções se perdermos uma competição? Se semanalmente era

comum que o grupo se subdividisse em atividades que premiavam o grupo vencedor, era também bastante nítida a insatisfação daqueles que saíam derrotados das atividades de competição. Com efeito, a problematização dessa questão, do ganhar ou perder como uma experiência cíclica, representou um novo patamar no engajamento dos jovens com o grupo. Diferentes formas de trato com a frustração foram nomeadas pelos jovens, uns falaram de recolhimento, outros da raiva, outros destacaram a possibilidade da derrota ser experimentada como um desafio, um estímulo para melhorar. A circulação em palavra daquele tema reforçou o interesse do grupo, estimulando a escuta de uns pelos outros. Foi especialmente interessante perceber a crescente participação do grupo, estimulando uns aos outros a falar, mediando a conversa, reforçando, traduzindo o que falávamos uns para os outros.

Vale anotar que em alguns momentos recebemos pedidos para uma conversa pontual individual após a roda em grupo. Tal demanda nos trouxe algumas questões. Como fazer escutas pontuais e o que isso poderia gerar enquanto efeito para os outros? Abriríamos essa possibilidade ou não? Visando a preservação dos laços transferenciais entendemos que nenhum/a de nós que nos dedicamos àquele trabalho com o grupo deveria receber um dos participantes em uma conversa individual. Nesse sentido, ressaltamos nosso pertencimento ao IEC como instituição que poderia oferecer atendimento individual e que o trabalho em coletivo feito ali poderia ser também uma forma de abrir caminho para uma terapia individual a quem se interessasse ou precisasse.

Diante de uma intimidade maior com o grupo e uma confiança na liberdade de fala que pudemos imprimir no trabalho surgiram questionamentos muito interessantes. Algumas perguntas foram colocadas para nós. Tais quais “porque escolhemos ser psicólogos”, “você também têm problemas e fazem terapia”, “por que um psicólogo sabe algo de nós se não nos conhecemos”. Perguntas desafiantes e profundamente importantes que marcam a prática psicanalítica. Da hierarquia de um saber que se coloca entre analista e paciente, das diferenças sociais marcantes entre nós terapeutas e alunos e de uma suposta diferença na saúde mental do paciente e do analista.

Tais questionamentos, não raro, permeiam a relação paciente/analista, no entanto há particularidades em trabalhos nos quais são os psicanalistas que vão até os sujeitos em seu território. Esse movimento de uma oferta externa ao desejo de quem participa do trabalho parece abrir margem para que essas questões apareçam maciçamente desafiando o analista a falar sobre elas, inclusive desafiando a neutralidade do analista na relação. Algo sobre nós foi convocado a ser falado, também. Da desconfiança inicial podemos notar que um espaço de confiança e intimidade estava sendo criado.

Por motivos de replanejamento do calendário das atividades, aconteceu do nosso quarto e último encontro com o grupo ser o também o encontro de conclusão do curso pela

turma. Neste dia estava agendada uma festa do pijama, uma comemoração pela chegada ao final da formação. O clima de confraternização favoreceu que a roda girasse em torno da experiência da formação, dos conflitos e atritos experienciados pelos alunos ao longo do processo e, também, das expectativas lançadas sobre o futuro. Apareceram histórias da formação dos primeiros grupos de formação de jovens capoeiristas, grupos, portanto, anteriores àquele. Foi interessante e de grande riqueza para nós, terapeutas, testemunharmos a dissolução formal daquela turma e constatarmos como este encerramento produziu um impacto sobre eles e, em outra medida, também em nós que acompanhamos parte da formação daquele grupo. Foram recorrentes os relatos daqueles que, começando se odiando, haviam instituído vínculos de estreita proximidade. Não por acaso, as conversas sobre os planos e as escolhas profissionais ofereceram a tônica deste momento final, afinal de contas, se estas são preocupações frequentes entre adolescentes, certamente ficam mais prementes quando as incertezas da vida são incrementadas com a desigualdade socioeconômica e racial.

Destinos da psicanálise: escuta, raça e desigualdades

O que pareceu proveitoso no trabalho no IBCE do Morro da Babilônia foi a possibilidade desses jovens poderem falar de medos, fragilidades, decepções e frustrações em um lugar que coloca a eles o desafio de ser o melhor, dar tudo de si, ter muito comprometimento, ser confiante, corajoso. Chegar em um território, diferentemente do consultório, evoca um reforço na desconfiança. Questões raciais e de classe que atravessam esse encontro, se não submetidas a um delicado manejo, podem se tornar obstáculo para o trabalho e para a escuta. Assim, nesse encontro, também nosso campo psicanalítico se coloca a ser escutado.

Sabemos que historicamente, em nosso país, o debate racial ficou bastante silenciado (muitas vezes diluído na questão de classe e no mito da democracia racial) e um ponto central que Cida Bento (2002, p. 32) sublinha é que essa omissão se deu, justamente, por isentar as pessoas brancas de se responsabilizar, eticamente, pelos benefícios materiais e simbólicos que tiveram com a escravidão. Com isso, se estabeleceu o pacto narcísico da branquitude que é “um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil.” Esta é uma maneira de não se evidenciar nem mexer nas condições de privilégio branco: “Há desigualdades raciais? Há! Há uma carência negra? Há! Isso tem alguma coisa a ver com o branco? Não! É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerte de um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes. Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio.”

Esse silenciamento da questão racial marca a história do campo psicanalítico, também no Brasil, de modo que apenas muito recentemente esse debate tem se alavancado com

seriedade. Um dos aspectos centrais diz respeito à clínica. Como psicanalistas brancos escutam pessoas negras? Por exemplo, quando um analista nega os efeitos nocivos da violência racial na subjetividade, como ele vai ouvir sofrimento racial? Caso ele o desminta ou não o reconheça, que efeitos isso pode produzir?

Como afirmam Eliana Costa e Bruno Silva (2023, p. 19), no artigo “Racismo e branquitude no divã da clínica racializada”: “é preciso que o terapeuta/analista considere quais tipos de pactuação (in)consciente delineia com seus pacientes em sua clínica, se voltadas para combater o racismo/branquitude ou se alienantes e mortíferas, alinhadas à manutenção da desigualdade racial.”

Sabemos que Freud se debruçou muito no campo da adolescência, trazendo uma série de contribuições para pensar os processos psíquicos que tangenciam essa experiência. Mas não podemos deixar de contextualizar que sua obra se situa no início do século XX e no contexto europeu, de modo que precisamos pelos menos nos perguntar o quanto tais formulações correspondem ao contexto atual, ainda mais brasileiro, e, mais precisamente, quando estamos falando de jovens de baixa renda, moradores/as de favelas, em sua maioria negros.

Claro que essa é uma ampla discussão, que envolve o debate sobre a descolonização da psicanálise, e não poderemos aprofundar aqui. Tomemos apenas uma ilustração de questão que poderíamos levantar. Por exemplo, Freud (1914), em seu trabalho “Algumas reflexões sobre a psicologia escolar”, faz uma bela homenagem à figura dos professores, mostrando a importância delas para jovens: “Minha emoção ao encontrar meu velho mestre-escola adverte-me de que antes de tudo, devo admitir uma coisa: é difícil dizer se o que exerceu mais influência sobre nós e teve importância maior foi a nossa preocupação pelas ciências que nos eram ensinadas, ou pela personalidade de nossos mestres.”. Um dos elementos centrais que ele destaca para situar essa questão é o quanto a fase da adolescência é complexificada pelo fato da figura do pai começar a ser, nesse momento, destituída de poder, de modo que jovens vão elegendo outras figuras de referência, como professores, e dirigem a eles as mesmas ambivalências que costumavam dirigir para o pai:

Descobre que o pai não é o mais poderoso, sábio e rico dos seres; fica insatisfeito com ele, aprende a criticá-lo, a avaliar o seu lugar na sociedade; e então, em regra, faz com que ele pague pesadamente pelo desapontamento que lhe causou. Tudo que há de admirável, e de indesejável na nova geração é determinado por esse desligamento do pai. É nessa fase do desenvolvimento de um jovem que ele entra em contato com os professores, de maneira que agora podemos entender a nossa relação com eles. Estes homens, nem todos pais na realidade, tornaram-se nossos pais substitutos. (...). Transferimos para eles o respeito e as expectativas ligadas ao pai onisciente de nossa infância e depois começamos a

tratá-los como tratávamos nossos pais em casa. Confrontamo-los com a ambivalência que tínhamos adquirido em nossas próprias famílias, e, ajudados por ela, lutamos como tínhamos o hábito de lutar com nossos pais em carne e osso (Freud, 1914).

É claro que caberia discutir essa questão por várias vias interseccionais (como de gênero) e também à luz das novas configurações familiares que embaralham as famílias burguesas do século XIX (onde o casamento era um valor central, não existia a lei do divórcio e os casamentos eram eminentemente heterossexuais), mas elencamos, a título de questão, a dimensão da figura do pai como ideal. Já poderíamos problematizar o quanto essa figura guarda os mesmos encargos simbólicos da época de Freud de modo geral, mas podemos ainda ir além e pensar que no contexto brasileiro muitas famílias se constituem sem a presença do pai, na medida em que os homens muitas vezes não assumem a paternidade, somem e se desresponsabilizam por seus filhos, cabendo às mulheres os cuidados com os filhos.

Esta questão, que apareceu em rodas de conversa com os adolescentes, de famílias em que as mães ocupam centralidade na sustentação, pode nos fazer perguntar o quanto o lugar da figura do mestre, tal como proposto por Freud, na adolescência, tem correlato no contexto atual brasileiro. E, na esfera específica de atuação de nosso trabalho com o IBCE, que lugar teria, por exemplo, o Mestre Ferradura para os/as adolescentes do projeto? E também que lugar pode ocupar uma equipe de psicanalistas formada por um homem negro e três mulheres brancas nesse território? Como essas diferenças produzem nesse contexto? Chegamos a pensar até que, para experiências futuras, é interessante termos uma equipe de psicanalistas o mais plural possível em seus marcadores, para que possamos coletar os efeitos e identificações que podem se movimentar a partir desse encontro.

Não temos intenção nem condição de responder essas perguntas, mas estamos partilhando inquietações que nos surgiram no andamento deste trabalho. De todo modo, não podemos deixar de intuir que tem algo da figura do Mestre Ferradura que representa uma aposta no futuro dos adolescentes, futuro esse que, mais uma vez, precisamos pensar em aspectos interseccionais.

Como falamos anteriormente, o tema do futuro e dos sonhos (sobretudo profissionais) volta e meia aparecia nas rodas de conversa que tivemos com eles. E não podemos acreditar que a dimensão do futuro se coloca da mesma maneira, em um país como o Brasil, para jovens brancos de escola particular que já têm uma promessa de futuro garantida e jovens negros, periféricos, moradores de favela, estudantes da rede pública⁴⁷, que muitas vezes têm

⁴⁷ O documentário brasileiro “Nunca me sonharam” (2017) traz esse debate a partir de jovens de escolas públicas do Ensino Médio, suas dúvidas, anseios e sonhos, e toca algo que se assemelha a questões trazidas pelos adolescentes em nossa experiência de escuta pelo projeto. Dirigido por Cacau Rhoden, com produção de Maria Farinha Filmes, está disponível online.

país que não foram escolarizados e que trabalham em regimes de subalternidade para garantir a estrutura do mundo branco.

E mais uma vez, isso coloca questões centrais para a escuta psicanalítica que se dedica junto ao território, porque se chegamos com uma concepção universalista do sujeito sem pensar os impactos da desigualdade social e racial de nosso país - que mata diariamente jovens negros em operações policiais, ou ainda, que os criminaliza e os prende - não vamos escutar com o cuidado devido as particularidades da questão do futuro tal como apareceu em suas falas, nem os medos e cobranças ligados a esse. Esse é apenas mais um exemplo de como a nossa posição como analista precisa sempre estar caucionada em uma perspectiva ético-política interseccional, caso contrário, perpetuaremos a violência e o trauma colonial, tal como apontado por Grada Kilomba (2019). Aliás, é no sentido de precisamos insistentemente reafirmar essa perspectiva ético-política que aludimos ao título do capítulo final do livro “As Clínicas Públicas de Freud” (Danto, 2019) para afirmar: “o destino da psicanálise depende do destino do mundo.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bento, C. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- Costa, E. S., e Bruno, S. (2023). Racismo e branquitude no divã da clínica racializada. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as negros/as*.
- Danto, E. Ann. (2019). *As Clínicas Públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social, 1918-1938*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Elia, L. (2017). O desejo do psicanalista presentifica a intensão na extensão e se estende à política. *Correio APPOA*.
- Freud, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- Freud, S. (1914). Algumas reflexões sobre a psicologia escolar. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- Gabarron-Garcia, F. (2022). *Uma história da psicanálise popular*. São Paulo, Ubu.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Da clínica do homem aranha ao trabalho como supervisor: um percurso no IEC

Sumário

Felipe Vianna Pinheiro⁴⁸

RESUMO

O objetivo deste artigo é trazer uma reflexão sobre o funcionamento da clínica social em psicanálise do Instituto dos Estudos da Complexidade (IEC). Este trabalho de reflexão será realizado a partir do meu percurso trilhado na instituição – da experiência como terapeuta ao trabalho como supervisor.

Palavras-chave: Psicanálise, Clínica Social, IEC, Vulnerabilidade Social.

Introdução

O objetivo deste trabalho é trazer uma reflexão sobre a clínica social de psicanálise do IEC e o funcionamento do Instituto dos Estudos da Complexidade (IEC) a partir do meu percurso trilhado na instituição. Esta elaboração será construída a partir de dois momentos desse percurso: o primeiro, que se deu ao longo de aproximadamente quatro anos, quando atuei como terapeuta do IEC, de 2009 a 2013; e o segundo, pouco mais de dez anos depois, quando retorno ao IEC, agora como supervisor, do final de 2023 até os dias atuais.

Faz-se necessário salientar que o IEC, desde suas origens até hoje, é muito mais do que sua clínica social. Os estudos sobre o Pensamento Complexo e toda uma rede de práticas, elaborações e pensamentos que constituem a instituição ultrapassam, e muito, a especificidade de sua clínica social em psicanálise. Entretanto, é importante destacar que não trarei aqui a discussão sobre o Pensamento Complexo nem sobre a estrutura mais ampla do IEC, mas sim a especificidade do meu percurso como psicanalista na clínica social em psicanálise do IEC — da experiência como terapeuta ao trabalho como supervisor.

Faz-se necessário também lembrar que a equipe do IEC é ampla e composta por psicanalistas com formações diversas. Diferença essa que tem em comum a aposta no inconsciente e na prática clínica criada por Sigmund Freud. Mas, diante das diferentes vertentes produzidas após Freud, no que ficou conhecido como os pós-freudianos, falo a partir de um lugar específico como psicanalista: da psicanálise pensada a partir da obra de Freud e do ensino de Jacques Lacan.

⁴⁸ Psicanalista. Participante da EBP-Rio. Pós-Doutorando em psicologia pela UFF, doutor em psicologia clínica na PUC-Rio, mestre em psicologia pela UFF e psicólogo formado na PUC-Rio. Supervisor do IEC.

Será deste lugar como psicanalista, portanto, atravessado por uma formação permanente estabelecida pela obra de Freud e pela orientação lacaniana, que falarei da minha prática psicanalítica ao longo do meu percurso no IEC. A escolha do título desta escrita — *Da clínica do Homem-Aranha ao trabalho como supervisor: o percurso de um trabalho* — não se deu por acaso, é claro. A “clínica do Homem-Aranha” refere-se a um trabalho que escrevi na época em que realizei, por pouco mais de dois anos, o atendimento de uma criança que, no início do tratamento, tinha cinco anos de idade. O caso teve repercussão importante no IEC na época e servirá como baliza para pensarmos sobre o trabalho da clínica social em psicanálise do IEC de forma mais ampla — desde a especificidade da atuação dos terapeutas, passando pela função da supervisão até o funcionamento institucional como um todo.

Por fim, na elaboração deste trabalho, tomaremos como referência fundamental uma característica específica da clínica social do IEC: o atendimento de um público atravessado por duas marcas fundamentais — casos geralmente mais graves e pessoas que vivem em situação de grande vulnerabilidade social. Características que não podem deixar de ser assinaladas, a fim de se pensar a especificidade da prática realizada na instituição.

A clínica do homem aranha

Com o objetivo de trazer uma reflexão inicial sobre a prática institucional no IEC, tomarei como referência o atendimento de uma criança de 5 anos que acompanhei por pouco mais de 2 anos. Trago, então, de forma breve, o caso. É importante salientar o contexto da época: um atendimento iniciado em 2009, quando algumas tecnologias ainda não eram muito comuns e outras, que hoje já estão praticamente extintas, ainda eram bastante utilizadas. Ratifico ainda que, tratando-se de um fragmento clínico, trabalharei com nomes fictícios. A criança será chamada de Joãozinho, e seu pai, de Pedro.

Na época, o IEC tinha um número de telefone fixo, e os encaminhamentos chegavam por recados deixados numa secretária eletrônica. O pai da criança deixou, então, um recado, dizendo que buscava atendimento para seu filho. Já na mensagem da secretária eletrônica, Pedro dizia que o menino teria vivido “na vala da favela com a mãe”, que a mãe havia acabado de cometer suicídio por overdose de medicamentos. Dizia ainda que o menino “havia visto coisas que não devia” e que ele mesmo, o pai, “havia feito coisas que não devia”. Faço o contato com Pedro, pai do menino, e marco a primeira entrevista apenas com ele. Durante o atendimento, Pedro explica por que procurava atendimento para seu filho:

P – Há dois meses a mãe dele morreu, sabe... se matou, tomando um monte de remédio. Vivia com o garoto na vala da favela, sabe, era drogada, meio puta, sabe como é. Já expliquei pra ele tudo. Levei no cemitério, mostrei pra ele... ó, ela tá aí, você não vai mais ver ela não... acho que ele entendeu. Mas disseram que tem que fazer terapia, então eu trouxe, né.

F – Pois é, Pedro, entendo, mas sabe como é... pra uma criança tão pequena entender o suicídio da própria mãe, às vezes não é tão simples assim, né... acho que a terapia vai ser importante sim. Você tomou uma decisão importante.

Na entrevista, pergunto também sobre a história de vida de Joãozinho. Pedro diz que ele tem quatro irmãos por parte da mãe, cada um de um homem diferente. Pedro tem mais dois filhos que moram com a mãe em outro estado. Conta-me que vive numa casa onde moram: ele, Joãozinho, o pai e a mãe de Pedro. Fala que seus pais já estão muito velhos e não podem ajudar em nada. Conta que, no colégio, Joãozinho é muito agressivo, bate nas crianças. Diz que foi ele quem colocou o filho numa creche, pois antes ele só “vivia na vala mesmo”. Diz que essa agressividade aparece também na relação de Joãozinho com ele. Antes da morte da mãe, quase não tinha contato com o filho. Marca sua dificuldade em assumir essa função e comenta que, às vezes, acaba sendo mais agressivo com Joãozinho também.

Depois da entrevista, Pedro pede um atendimento para ele também. Acolhemos o pedido. O pai ia se demonstrando uma pessoa com falas muito concretas, com alguns discursos com pequenos traços paranoicos, presença do uso de drogas e uma certa marca em seu discurso e em sua relação com o corpo que indicavam características de um sujeito psicótico, sem fenômenos elementares muito claros. Manejamos a situação atentos a todos esses detalhes. Um menino que, no colo da mãe, assistiu ao ato suicida dela. O caso de uma criança agora acompanhada por um pai bastante desorganizado psiquicamente — e em uma condição familiar de altíssima vulnerabilidade social.

Diante de tudo isso, entendemos que Pedro não conseguiria vir muitas vezes na semana ao IEC, nem permanecer lá por muito tempo. Marcamos os dois atendimentos no mesmo dia, no mesmo horário, com dois psicanalistas diferentes, em duas salas separadas. Apenas a forma como foi construída a organização dos atendimentos já diz muito sobre o funcionamento da instituição. Poder atender dois casos de dois familiares, por dois psicanalistas, no mesmo lugar e horário, provavelmente não seria possível na maioria dos serviços públicos nem na iniciativa privada. Como ONG, o IEC, com suas características específicas, vai podendo reinventar seu espaço conforme as necessidades de cada caso — casos em que essa flexibilidade se mostra fundamental pelas duas características que comentei na introdução: casos mais graves e de pessoas em condições de vulnerabilidade social extremas.

Trago, de forma breve, o início do atendimento de Joãozinho. Na primeira sessão, digo a ele que ali seria um lugar para brincar e conversar. Apresento sua caixa individual — com papel, caneta, pilot, lápis de cor, massinha etc. — e a caixa coletiva, onde ficam os brinquedos e jogos. Ele logo se interessa pelos bonecos e, principalmente, pelas bonecas. No começo, a boneca é malvada, bate nas criancinhas, bate muito no menino. Eu pergunto:

F – E ela também cuida? Joãozinho pensa um pouco e responde:

J – Cuida, mas se o menino faz algo errado, ela bate.

Nas sessões seguintes começam a aparecer questões mais sexuais. Ele tira a roupa da boneca, mostra os órgãos genitais dela:

J – Ela e o outro (um boneco masculino) ó... (simula um ato sexual). Mas a moça faz uma coisa feia, faz isso com outros moços também... não pode né... tem que ser só com o moço. Eu pergunto:

F – Não pode Joãozinho, tem que ser só com o moço? Joãozinho olha pra mim um pouco indignado com minha pergunta e diz:

J – Claro né...

Parece que algo que Joãozinho viu e vivenciou com sua mãe, assim como todas as suas fantasias já começam a aparecer ali na brincadeira, algo se repete no trabalho lúdico no processo analítico. A moça que transa com muitos homens (o pai havia relatado que a mãe se prostituía). A moça que batia no menino. Entre outros acontecimentos.

As sessões seguem com o trabalho com os brinquedos e os bonecos. Os personagens vão mudando. As cenas que revelavam algo do sexual vão dando lugar a cenas ligadas ao universo da violência: bonecos que se atacam e se agridem, cenas com bombas e explosões. Depois, a entrada de um personagem específico: um homem mau que bate e agride. E, por fim, a de um personagem final: o Homem-Aranha, que sempre quase morre, mas sobrevive e salva o menino.

As cenas parecem falar, entre outras coisas, sobre a relação entre Pedro e Joãozinho. De um lado, um pai que tem seus atos de agressividade com a criança, mas, ao mesmo tempo, é aquele que “salva o menino”. Uma figura ambivalente, que é ao mesmo tempo distante e agressiva, mas que cuida e é protetora; que é frágil e vulnerável, mas que assumiu uma função de cuidado diante da morte da mãe da criança. Já as cenas de “explosão” parecem marcar algo da desordem familiar e social em que vivem.

Depois da morte da mãe, Joãozinho foi viver numa nova estrutura familiar. Foi morar com um pai que antes era totalmente ausente e com avós que praticamente não conhecia. Uma família muito pobre, onde a criança passa por dificuldades diante da falta de direitos elementares, como alimentação, moradia, saúde e educação em condições dignas.

Diante dessa situação totalmente adversa, o Homem-Aranha vai se tornando personagem central na dinâmica das brincadeiras. E parece ir ganhando também outros significados, é claro. Muito além da figura concreta do pai, talvez ele vá assumindo a função do Nome-do-Pai enquanto significante, conceito criado por Lacan. Como significante Nome-do-Pai, o Homem-Aranha parece ir se apresentando como o recurso simbólico da própria criança para estabelecer sua relação com o mundo, para conseguir criar recursos internos que possibilitem

uma organização psíquica estável, mesmo diante do impossível de sua experiência traumática vivida e de toda a adversidade social em que se encontra.

Após seis meses de atendimento, além do trabalho com os bonecos, Joãozinho foi criando uma dinâmica interessante na relação comigo durante as sessões. Ele é quem sempre escolhe o que vai brincar, como serão as regras dos jogos e, sempre que eu intervenho demais, ele me dá broncas. Trago um pequeno exemplo: ele começa a fazer um desenho e diz que eu não posso ver. Eu tampo os olhos com uma mão. Então começo a abrir um pouco entre os dedos para ver, e ele fala:

J - Não pode, não pode ver...

F - Desculpa, desculpa. E tampo os olhos de novo. Início o movimento novamente, e agora ele só olha pra mim com um olhar raivoso. Eu tampo novamente e viro para o lado.

Depois desse tipo de relação um pouco mais bem estabelecida, já com quase 1 ano de atendimento, Joãozinho traz uma cena muito importante:

J – Sabe, o padeiro disse que viu a moça tomando os remédios e ela morre (simula ele tomando remédios e cai deitando na sala de atendimento). No que considero um certo ato falho **meu**, digo:

F – Quer dizer que VOCÊ viu a moça tomando os remédios? Ele olha pra mim furioso e diz:

J – Não sou eu Felipe, é o padeiro, não tá vendo? **é brincadeira**. – muda para o outro lado da sala, olha firme nos meus olhos e diz: é um contrato. Fico um tempo em silêncio absorvendo aquela fala e digo:

F – Entendi Joãozinho. Temos um contrato que tudo aqui é brincadeira. E você tem toda razão, me desculpa tá. Se você quiser conversar, além de brincar também pode... mas eu entendi que aqui é tudo brincadeira, pode deixar.

No final da sessão, a cena do menino volta. Diz que o menino tem pai, mas não tem mãe. Que a mãe morreu e foi pro céu. No começo se confundi dizendo que ela volta para ver o menino. Depois conclui que não volta não, que quem vai para o céu não volta nunca mais. Um pouco triste e cabisbaixo olha para mim e sugere voltarmos a brincar. E assim segue a sessão.

Depois da sessão lembro-me da brincadeira de tampar os olhos, e ser criticado quando eu tentava ver algo. Talvez tenha algo nessa experiência do suicídio da mãe que atravessa isso: algo que foi visto, mas que não pode ser visto. Algo desse real, desse impossível da experiência, que vai sendo trabalhado simbolicamente ali no movimento de ver e não ver, estar e não estar, realidade e fantasia, trauma e elaboração.

Nesse percurso, Pedro vinha relatando a continuidade das atitudes agressivas de seu filho com os colegas na escola, até que, em determinado momento, trouxe uma situação mais delicada. Afirmou que a direção está querendo expulsar Joãozinho da creche. Disse também que o avô, responsável por pagar as contas da casa, está muito doente. Comentou que, se Joãozinho for expulso da creche e seu pai morrer, teria que “entregar Joãozinho”. Acrescentou que a creche solicitou um “texto” informando que seu filho está em atendimento. Disse a ele que escreveria a declaração e que veríamos como tentar ajudar diante dessa situação adversa.

A prática clínica e o trabalho em rede – a entrada da assistência social

Diante da situação limite, do risco de Joãozinho ficar sem escola, da possível perda dos avós e das agressividades de Pedro, decidimos fazer o contato com o CREAS (Centro de referência especializado de assistência social). O terapeuta de Pedro e eu marcamos uma reunião com a instituição e conversamos sobre o caso. Foi decidido que o CREAS ficaria disponível como uma referência para ajudar nas questões sociais, caso não conseguíssemos a continuidade de Joãozinho na creche ou se o pai de Pedro realmente viesse a falecer.

Marco uma nova entrevista com Pedro. Digo que havia conversado com uma assistente social e que, caso não conseguíssemos a continuidade de Joãozinho na creche ou seu pai viesse a falecer, essa pessoa poderia ajudar — com os problemas na escola, financeiros, sociais de uma forma geral. Seria alguém que poderia dar uma força a ele. Ressaltei que se tratava de um serviço público e que não teria nenhum custo. Tive a impressão de que ele se sentiu acolhido e ficou um pouco mais tranquilo.

Certo tempo depois, algumas coisas mudam nas sessões com Joãozinho. As cenas de violência nas brincadeiras agora têm uma figura mais concreta: é um homem mau que bate. Joãozinho é definitivamente expulso da creche. Pedro parece mais desorganizado e mais agressivo. A irmã de Joãozinho denuncia Pedro a um órgão público.

Diante da gravidade da situação, acionamos novamente o CREAS. Na discussão, debatemos se deveríamos buscar uma escola de período integral para Joãozinho ou acionar diretamente o Conselho Tutelar, para que a criança fosse retirada dos cuidados do pai e acolhida por um dispositivo público, haja vista que não existiam outros parentes que pudessem cuidar dela.

Para que essa decisão fosse tomada entre nós e o CREAS, levamos muito em consideração o desejo de Joãozinho e de Pedro. Os sentimentos ambivalentes da criança pelo pai — e vice-versa — mostravam que, apesar das atitudes de agressividade, havia ali um desejo de cuidar e uma vontade de estarem juntos, de continuarem a viver no mesmo ambiente. Em função disso, decidimos pela direção menos radical. Uma decisão muito difícil diante daquela

situação-limite. Se foi a melhor ou não, só saberíamos a posteriori — como todos os atos do analista na clínica.

O CREAS consegue uma vaga em escola de horário integral para Joãozinho e a entrada no Bolsa Família para Pedro. Com o pai tendo que passar menos tempo com a criança, fomos percebendo uma melhora na situação. As atitudes de agressividade de Pedro vão diminuindo — algo que aparece tanto na fala dele quanto nas manifestações de Joãozinho durante as brincadeiras, expressas no trabalho lúdico.

Depois de dois anos de atendimento, nesse novo contexto, Joãozinho vinha conseguindo elaborar o luto de sua mãe e lidar com essa difícil perda. Foi criando uma relação possível com o pai e vivendo em um contexto social de menor vulnerabilidade e com mais segurança. Por outro lado, Pedro, que é uma pessoa com muitas limitações emocionais, também melhorou bastante no seu percurso de análise. Estava mais organizado psiquicamente, bem menos agressivo, capaz de trabalhar, cuidar do filho e viver em um contexto mais estável.

Nesta época, Joãozinho estava começando a aprender a escrever. Uns dois meses antes de seu último atendimento comigo fizemos um trabalho com massinha. Ele foi construindo as letras e escreveu a expressão MINHA MÃE. Pediu que eu guardasse na sua caixa individual e não quis falar sobre o assunto. No meu último atendimento com ele (e ele sabia que seria o último, já havíamos falado sobre isso), ele me pediu que pegasse sua caixa individual e que eu pegasse as massinhas que estavam guardadas exatamente como ele tinha escrito e me diz:

J – Lembra quando a gente escreveu com essas massinhas? Eu digo:

F – Claro que lembro Joãozinho, foi um dia muito importante. Ele diz, lendo a massinha:

J - MINHA MÃE. É, minha mãe morreu. Eu pergunto:

F – É mesmo Joãozinho, nossa, como foi isso?

J – Pois é, ela tomava muita cachaça, droga, um dia ela tomou um monte de remédio e morreu. Eu disse:

F – Puxa, Joãozinho, e como foi isso pra você?

J – Fiquei triste, né...

Ele pega a massinha com as letras cuidadosamente, guarda dentro da sua caixa individual, voltamos a fazer uma outra brincadeira e terminamos essa última sessão.

Do trauma à vulnerabilidade social: a função do homem aranha

O caso apresentado acima pode ser pensado como uma referência bastante emblemática da característica de um certo público que tende a procurar o IEC. Joãozinho foi atravessado por dois sofrimentos que não podem ser pensados aqui separadamente. De um lado, o trauma sofrido em função da forma como viveu a perda da mãe e todo o seu trabalho de luto. Do outro, a condição de vulnerabilidade social em que se encontrava: uma criança que vivia na favela, fora da escola, em condições precárias de alimentação, moradia, saúde e educação.

Durante todo o percurso do caso, foi necessário estarmos atentos a essas duas questões. No dia a dia de cada sessão, no bê-á-bá da clínica infantil, foi utilizado o material lúdico que permitia o trabalho simbólico relacionado ao sofrimento psíquico de Joãozinho. Mas, em nenhum momento, desconsideramos a gravidade da condição social em que aquela criança vivia, acionando as redes de cuidado necessárias sempre que o caso exigia — como foi a situação com o CREAS, por exemplo.

Esse duplo trabalho mostra também a importância da sustentação de uma posição ética específica do psicanalista diante do trabalho numa clínica social. Sim, ela tem uma especificidade. É fundamental que o psicanalista entenda que o sofrimento psíquico, atravessado pela experiência singular de cada sujeito, não está desvinculado do estado de vulnerabilidade social em que ele se encontra. A escuta do analista não pode estar atenta apenas às entrelinhas dos dizeres indiretos do sintoma, mas também ao que é dito diante do impossível do sofrimento atravessado pelas condições adversas da vida social.

Essa escuta duplamente qualificada exige do analista sair do conforto do trabalho de escuta entre quatro paredes da sala do consultório, onde se pensa o inconsciente apenas a partir dos dizeres indiretos nas entrelinhas das palavras. É preciso fazer rede, conhecer algo sobre o território onde vive o sujeito, acionar as redes de cuidado desse território quando o caso assim exigir. É o psicanalista que precisa, ao mesmo tempo, estar nas paredes do consultório, trabalhando simbolicamente os conflitos psíquicos inconscientes, e na cidade, pensando e agindo na direção da construção do trabalho em rede e na reflexão sobre os casos graves de pessoas atravessadas por alta vulnerabilidade social.

No caso em questão, parece que quem assumiu esse ponto de articulação foi o significante Homem-Aranha. Que passa simbolicamente pela figura do pai, da escola, da assistente social, do analista, mas, em última instância, pelos recursos simbólicos e imaginários que a própria criança foi capaz de produzir num percurso de análise para lidar com o real do trauma vivido ao ver o impossível de ser visto: estar no colo da mãe no momento do ato suicida dela. Recursos possíveis de serem produzidos mesmo diante de uma situação de vulnerabilidade social também muito grave.

Nesse caso, isso se deu com uma criança que tinha, sabe-se lá como, uma força interna enorme, uma capacidade de elaboração imensa e uma surpreendente capacidade de

se reinventar. Mas nem todos os casos são assim. E cabe ao analista avaliar cuidadosamente esse importante ponto de interseção, para conseguir sustentar a ética de um trabalho em psicanálise que não dê as costas à realidade em jogo numa clínica social voltada a um público atravessado por enorme vulnerabilidade social.

Esse trabalho de articulação não se dá por acaso. Ele é também um efeito do trabalho do IEC como instituição. Sua função é também, em parte, formadora. Oferece aos terapeutas esse olhar a mais sobre a clínica psicanalítica e constrói seus espaços de debate e reflexão sobre essas questões. Trarei um pouco sobre isso na continuação deste artigo, passando a falar então do meu percurso no IEC como supervisor.

O trabalho como supervisor: escutando aquele que escuta

No ano de 2013, saí do IEC, concluindo meu percurso como terapeuta na instituição. Pouco mais de 10 anos depois, no final de 2023, fui convidado a retornar ao IEC, agora como supervisor. Nessa nova função, a figura que está ali é a mesma: o analista. Mas agora não como aquele que escuta o paciente, e sim como aquele que escuta a escuta do analista que está atendendo. Se a figura que está ali é a mesma, a do psicanalista, há então um ponto em comum nas duas práticas: a sustentação da ética da psicanálise. Trata-se de uma ética muito específica. Falar da experiência desse novo percurso poderia convocar a reflexão de muitos temas subjacentes. Recortarei, então, apenas alguns que considero chave na prática em instituição, no trabalho no IEC.

Como disse no começo deste artigo, a clínica social em psicanálise do IEC tem algumas especificidades. Uma delas é a pluralidade de formação dos terapeutas e dos supervisores. Hoje temos cinco equipes, sendo uma delas formada por uma dupla de supervisores, totalizando seis supervisores. Com aproximadamente seis terapeutas por equipe, temos um pouco mais de 30 terapeutas no IEC. Todos os profissionais são psicanalistas e têm como base comum em suas formações a aposta freudiana no inconsciente. Entretanto, a especificidade das formações nos estudos posteriores a Freud é bastante variada. Dentro do quadro de supervisores, por exemplo, há aqueles que somam ao saber freudiano um estudo mais focado na teoria winnicottiana, outros no pensamento de Ferenczi, outros ainda em abordagens mais plurais. Acho que posso dizer, com certa segurança, que sou o único supervisor que se orienta como psicanalista a partir da obra de Freud e do ensino de Jacques Lacan.

As equipes se formam de maneira espontânea, os terapeutas vão chegando a partir dos processos seletivos que ocorrem hoje de forma contínua, conforme surgem as demandas na instituição. Alguns terapeutas da minha equipe são de orientação lacaniana, outros não. Isso se dá da mesma forma nas outras equipes. Aqui surge um primeiro ponto de partida que me

parece importante: como escutar aquele que escuta, quando essa escuta tem seus pontos de diferença?

Entra em jogo, para mim, o primeiro ponto da ética em questão. Parece fundamental que o supervisor seja capaz de sustentar um delicado paradoxo: ouvir e manejar a sutileza dessas diferenças sem, em nenhum momento, abandonar seu estilo como analista, a partir da especificidade do percurso de formação que o orienta. É desse, e somente desse lugar, que ele será capaz de sustentar a ética de sua escuta no manejo dos casos no trabalho como supervisor.

Se, de um lado, é preciso sustentar e respeitar o seu tipo de escuta, me parece fundamental também que, dentro dessa diferença, o supervisor seja capaz de respeitar e incentivar a sustentação do estilo de cada um dos terapeutas. A supervisão pode ter, sim, em alguns momentos, função de orientação e sugestão, desde que dirigida sempre para que a intervenção daquele que está diante do paciente seja formalizada a partir de um estilo próprio — estilo que o terapeuta deve ir construindo no percurso de sua formação permanente, e que seja seu, e nunca uma identificação com o estilo do seu analista ou de seu supervisor. Nem mesmo uma mudança nas intervenções pelo fato de estar numa instituição e não no consultório particular.

Essas são questões que podem parecer detalhes, mas, na experiência no IEC, sinto que são fundamentais. É muitas vezes diante de uma insegurança, uma não intervenção, uma decisão não tomada em função da espera por uma orientação de um sujeito suposto saber, que um caso se perde, que um momento passa, que uma intervenção escape. A demanda dirigida ao supervisor não deve ocorrer num “tempo de espera” que trave uma intervenção. Deve ser o contrário: que o analista atenda, e que as dificuldades possam ir sendo colocadas a trabalho. É um circuito no tripé da formação. Os efeitos se sabem a posteriori — como nos ensinou Freud quanto ao campo da interpretação: se faz, e depois se sabe, diante do efeito, se foi ou não uma interpretação.

Assim como é fundamental que seja sustentado o estilo de cada supervisor e de cada terapeuta, é preciso estarmos sempre atentos também às características do público que procura atendimento no IEC. São pacientes mais graves e em maior nível de vulnerabilidade social. Meu percurso profissional tem, como o de todos, particularidades. Tenho a prática no consultório particular como norte e continuidade regular do meu trabalho. Mas tenho também um percurso acadêmico importante e um longo percurso no campo da saúde mental, no trabalho em instituição e no manejo específico do atendimento de casos graves em alto nível de vulnerabilidade social.

Isso me faz, como supervisor, estar sempre atento a essa especificidade, que às vezes pode passar mais despercebida ao analista em formação — que pode estar ouvindo o sofrimento do sujeito em suas questões inconscientes, mas deixando passar algo da gravidade que

exige manejos adicionais. Entre eles, por exemplo, a necessidade, muitas vezes, do trabalho em rede: da articulação com o psiquiatra, com a assistente social, com o trabalho de território onde aquele sujeito que sofre vive, e assim por diante.

O IEC tem esse público específico. Parece importante, na função daquele que escuta a escuta daquele que atende, colocar sempre em discussão a reflexão sobre o manejo do trabalho em rede. Lembrar que, como instituição, inclusive, o IEC tem mais recursos para fazer esse trabalho, e que, em alguns casos, ele é fundamental. A especificidade desse público e desse contexto é também signo das características de nossa época — diferente, por exemplo, da época de Freud, em que suas histéricas apresentavam seus sintomas de outras maneiras.

Precisamos estar atentos à importante fala de Lacan: que o psicanalista deve estar sempre à altura de seu tempo. Preocupação que parece ser uma característica permanente do IEC.

Da passagem de quem escuta o paciente àquele que escuta aquele que escuta, trago brevemente também algo sobre a escuta da instituição.

Escutando a instituição: +1 uma função do supervisor?

Se a principal função do supervisor é escutar aquele que escuta, me pergunto se, num segundo plano, caberia a ele também escutar a instituição. No campo da saúde mental, por exemplo, essa função existe e é bem delineada: é a função do supervisor clínico-institucional. No IEC, essa função não existe — pelo menos, não está dada, não está definida. O supervisor trabalha os casos dos terapeutas de sua equipe. Mas os conflitos, adversidades e dificuldades institucionais estão sempre presentes. Em função disso, o IEC realiza, uma vez por mês, uma reunião institucional onde se reúnem todos os terapeutas e supervisores. De tempos em tempos, há também as reuniões de diretoria, em que participam apenas os supervisores e a diretoria do IEC. Nesses espaços são discutidas as maiores dificuldades, conflitos e necessidades da instituição.

Ana Cristina Figueiredo, em seu texto *Uma proposta da psicanálise para o trabalho em equipe na atenção psicossocial*, discute a ideia do psicanalista/supervisor como o +1 na instituição. O +1 é uma função no cartel, dispositivo de base da Escola de Lacan. Após ser expulso da IPA, Lacan cria sua Escola de Psicanálise. Nas sociedades psicanalíticas tradicionais, o tripé da formação do analista tende a seguir certa tradição: o analista em formação faz análise com um membro da sociedade, trilha um percurso de supervisão por determinado tempo e estuda uma quantidade específica de cursos e disciplinas por um certo número de anos, mais ou menos definidos. As aulas são ministradas por membros da sociedade que assumem certa função de maestria, de professor.

Lacan vê nesses dispositivos a criação de uma hierarquia, em que os “alunos” se identificam com o “professor/mestre”, e considera que essa forma de ensino geraria colas imaginárias de identificação que limitariam uma formação mais singular do analista. Ao fundar sua Escola, Lacan rompe radicalmente com os cursos e disciplinas e instaura o cartel como órgão de base da Escola. O cartel, portanto, é um dispositivo onde se reúnem quatro pessoas +1 para estudar, por no máximo dois anos, um tema em comum. De dentro desse tema, cada cartelizante terá sua pergunta, sua questão, que o levou ao cartel. Cada cartelizante deve, ao final, construir uma produção singular a partir de sua questão, e essas produções devem ser apresentadas nos dispositivos da Escola.

O +1 é aquele que não deve, em nenhum momento, ser o mestre nem o professor. Deve ser alguém que tem um laço importante com a Escola, e sua função no cartel é fazer circular as questões de cada um dos cartelizantes no estudo do cartel e, no final, fazer com que o trabalho do cartel seja dirigido à Escola.

A função do +1 é, então, interessante. Como fazer circular o movimento desejante de reflexão e produção de cada cartelizante sem ser o mestre nem o professor? É preciso estar atento às questões de cada cartelizante, às dificuldades e, às vezes, aos conflitos dentro do cartel, sem, entretanto, ter qualquer função superegóica. Um pé dentro, um pé fora. Essa parece ser a aposta de Ana Cristina Figueiredo ao se perguntar se o psicanalista/supervisor pode, às vezes, pontualmente, assumir essa função na instituição.

O IEC é uma instituição muito ampla. Além da clínica social em psicanálise, tem outros projetos e trabalhos. As dificuldades são diversas. Muitas vezes, os temas são tantos que não se consegue discutir todas as questões nas reuniões. Há, com frequência, uma angústia da equipe em tentar dar conta de resolver todos os problemas e dificuldades da instituição. Talvez caiba a alguns — fazendo essa função circular — poder ouvir essas adversidades um pouco de fora. Não estando tomado pela angústia das adversidades, pode-se observar, por exemplo, os limites da instituição, o impossível de acolher todas as demandas, a aposta de que, às vezes, é preciso reduzir, enxugar, para que se faça melhor, por exemplo.

Quando as adversidades institucionais podem ser trabalhadas sem funções de maestria, é possível que, em certos momentos, novas funções, recursos e dispositivos nasçam na instituição para ajudá-la a funcionar melhor.

Esse pé um pouco dentro, um pouco fora, ouvindo o burburinho da instituição, acompanhando o impossível da vontade de completude institucional, pode ser também, talvez, uma outra função do supervisor: daquele que escuta aquele que escuta, àquele que escuta a instituição.

Conclusão

Aquele que escuta o paciente, aquele que escuta aquele que escuta, aquele que escuta a instituição. O percurso de um trabalho. O trabalho de escutar. Uma escuta específica. Sobre uma ética em comum, com suas peculiaridades.

Daquele que escuta o paciente: a ética do desejo. Na clínica da neurose, que entre o trauma e o recalque possa advir um saber-fazer ali, singular. Na clínica da psicose, que a partir do que se apresenta na “desordem provocada na junção mais íntima do sentimento de vida no sujeito” (Lacan, 1957-1958), seja possível acompanhar os recursos de amarração, enganche, articulação, que organizem o sujeito e o ajudem a inventar um corpo e um laço na vida.

Daquele que escuta aquele que escuta: ouvir os detalhes das dificuldades do analista em formação. Onde escapa a escuta do inconsciente, onde escapole a escuta das entrelinhas, onde se repete muitas vezes a mesma dificuldade — e aí é preciso então dirigir tal conflito ao “terceiro pé” da formação.

Daquele que escuta a instituição: ouvir os não ditos institucionais, as adversidades que se repetem, as tentativas de fazer o Um completo.

Da clínica do Homem-Aranha ao trabalho como supervisor, sigamos trilhando um percurso na instituição. Pensando sobre um fazer com muitas especificidades, muitas adversidades, muitas diferenças. Mas que talvez tenha um ponto em comum: a aposta no inconsciente como sendo uma aposta na alteridade, na diferença, na invenção. Uma clínica social que se pretende atender pacientes mais graves, em alta vulnerabilidade social, vai construindo, nas contingências, um fazer diante do impossível. Foi certamente essa a aposta de Freud, foi certamente essa a insistência de Jacques Lacan.

Referências Bibliográficas

FREUD, S. A interpretação dos sonhos [1900]. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Volume V. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, S. Construções em análise [1937]. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Volume XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

LACAN, J. Escritos [1966]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

FIGUEIREDO, A. C. Uma proposta da psicanálise para o trabalho em equipe na atenção psicossocial. *Mental*, Barbacena, v. 3, n. 5, p. 43-55, nov. 2005.

A (trans)formação do analista e o lugar do IEC nessa travessia

Sumário

Produção Coletiva do GT Formação em Psicanálise do IEC/no IEC⁴⁹

RESUMO

este texto, escrito à muitas mãos, é um documento. Trata-se do resultado preliminar de uma pesquisa em curso, a respeito das especificidades da formação de psicanalistas em clínicas sociais independentes. Nesse caso, tratamos particularmente da formação em psicanálise que se dá no seio de uma clínica social, a saber, a clínica social de psicanálise do IEC.

A história da psicanálise, vem resgatando o valor político de um certo tipo de formação em Psicanálise que, muitas vezes, só é possível em clínicas independentes.

Palavras Chaves: clinica social de psicanálise, clínica e política, anti utilitarismo, convivialismo, pensamento complexo, formação em psicanálise

Intróito:

A pesquisa de Elizabeth Ann Danto publicada sob o título “as Clínicas Públicas de Freud- psicanálise e justiça social”, traz à luz um universo desconhecido.

Entre 1920 e 1938, com total apoio de Freud, a psicanálise atendia não somente à elite europeia, mas se colocou também à serviço da população mais vulnerável. Beneficiada pelos ares da social-democracia da Viena Vermelha e da Berlim de Weimar, teve a oportunidade de interferir, inclusive, na construção de políticas públicas inovadoras.⁵⁰

Durante este período, pelo menos 12 clínicas de psicanálise prestavam atendimento gratuito em 7 países da Europa e partilhavam a convicção de que a sobrevivência e o sentido de ser da psicanálise, dependia de sua profunda inserção no tecido social.

Com o incentivo de Freud os pioneiros foram à campo, atuaram com crianças abandonadas, pessoas abrigadas, operários, jovens empobrecidos, adolescentes grávidas entre outros grupos de risco. Para possibilitar essas intervenções no espaço público, não hesitaram na reinvenção e na fecunda experimentação do dispositivo, adaptando-o às circunstâncias. A

⁴⁹ Bruna Boyd, José Ioskyn, Karin Yasmin Veloso Müller, Leonardo Motta, Livia B Sales, Luiza Laureano Donadio, Fabiano Marçal, Fernanda Memere, Maria Cristina Jerônimo, Maria de Fátima L. Amin, Renato Palma, Tereza M. Estarque.

⁵⁰ Tal parece ser o caso atual do projeto de política pública da RAAVE (Rede de Atenção a Pessoas Afetadas por Violência de Estado), do qual participam 13 grupos clínicos políticos dentre os quais nos inserimos.

eficácia do tratamento, nem de longe estava condicionada à necessidade do encargo financeiro assumido pelo paciente.

Mesmo analistas em formação, como foi o caso de Erik Erikson, puderam receber suas análises didáticas em ambulatorios.

Com a ocupação de Viena pelas tropas germânicas, em 12/03/1938, o regime de Hitler impôs um gigantesco retrocesso na atuação da psicanálise e de suas instituições. Contudo, a tentativa de seu aniquilamento como prática política e emancipatória não foi inteiramente consumada. Os ideais dos pioneiros floresceram como espaços de resistência, em diferentes lugares no mundo, inclusive no Brasil.

A pesquisa de Danto não deixa dúvidas sobre as afiliações políticas dos pioneiros e o quanto puderam realizar no ambiente progressista da social-democracia que vigorou entre as duas grandes guerras mundiais. Mesmo os que não tinham filiação política aderiram ao movimento, por uma postura humanística.

O apelo de Freud, desde seu discurso de 1918 em Budapeste, sobre a “consciência da sociedade” estimulou em seus seguidores uma resposta entusiástica, um ativismo frutífero e comprometido com um novo pacto social.

Danto se pergunta sobre os motivos que teriam levado este momento tão efervescente da história da psicanálise, à um quase absoluto recalçamento.

A Clínica Social de Psicanálise do IEC, juntamente com outros trabalhos de clínicas abertas, reafirma sua existência nos tempos atuais, inserindo-se como um movimento renovador que reencontra a vocação política das policlínicas de Berlim.

“Os verdadeiros viajantes são aqueles
que partem por partir.”
Charles Baudelaire

Cenário

No dia 21 de setembro de 2024, os membros-integrantes do Instituto de Estudos da Complexidade (IEC) realizaram a Jornada do IEC, estruturada em três eixos de trabalho. Um deles se dedicou à reflexão sobre a formação do analista e o lugar que o IEC ocupa nesse percurso. Nesse cenário, alguns questionamentos nos serviram de mote: como se forma um analista? Qual o lugar do IEC na formação de um analista? O IEC, diferentemente das instituições e das escolas de psicanálise, realizaria um trabalho de formação? Caso se configure

como um espaço de formação, sob quais bases e pressupostos o instituto se sustenta? E em que medida se distingue das escolas e instituições tradicionais de psicanálise? São questões que já vinham atravessando as reuniões institucionais há algum tempo — inquietações que ajudaram a dar forma aos eixos propostos para essa jornada.

Formação

Do latim *formatio, ōnis* – “ação de formar, forma, configuração”. *O Dicionário Houaiss da língua portuguesa* registra o uso do substantivo feminino “formação” desde o século XIV, cuja primeira acepção é: “ato, efeito ou modo de formar, constituir (algo); criação, construção, constituição”. Em outra acepção, entende-se por formação o “conjunto de conhecimentos e habilidades específicos a um determinado campo de atividade prática ou intelectual”.

Ato e criação são significantes caros ao fazer psicanalítico. Uma análise visa – superadas ou contornadas as resistências – à pavimentação de um campo novo e criativo que possa amparar uma outra *escrita* de si, dando *forma* a uma *ação* inédita.

Formação em psicanálise

É sabido que a formação de um psicanalista não perpassa exatamente por uma formação acadêmica, embora ela tenha, claro, o seu valor, pois o saber analítico não se transmite por vias habituais.

Desde Freud, a formação está ancorada no tripé fundamental a todo praticante de psicanálise: a análise pessoal, a supervisão e a episteme. Essas três esferas estão intrinsecamente relacionadas e se mostram conjugadas, sendo difícil hierarquizá-las ou mesmo afirmar graus de importância. A análise pessoal, sustentada pela transferência, mobilizada por um “estranhar-se”, tem importância na medida em que se coloca como uma experiência vivenciada dos processos inconscientes, tornando-se para o analisando que quer ser analista uma espécie de objeto de investigação.

“Mas agora exigimos também que todo aquele que queira aplicar a análise em outras pessoas primeiro se submeta ele próprio a uma análise. Só no decurso dessa “autoanálise” (como ela é erroneamente denominada), quando eles experimentam de fato no próprio corpo – ou melhor: na própria alma – os processos postulados pela análise, eles terão adquirido as convicções que os guiarão mais tarde enquanto analistas.” (Freud, 2021, 1926, p. 223-224)

Ainda assim, a análise sozinha não seria suficiente para formar um analista. Caminhando juntas nesse processo de formação de um analista, essas exigências se encontram num

lugar: na clínica psicanalítica. Um analista, na verdade, segue num gerúndio intermitente. Ele se forma analista quando caminha com o tripé e com a convicção de estar num itinerário errante, no sentido de uma não fixidez, de um caminho interminável, no qual o percurso, sem chegada e garantias, é a formação em si, um movimento em *continuum*.

Por isso, é fundamental pensar a formação como um processo de travessia — feito de encontros, tropeços e invenções. Como aponta o psicanalista Marco Antonio Coutinho Jorge, da mesma forma que o analisando deve, em algum momento, atravessar a sua própria fantasia para alcançar a si mesmo — tal como formulado por J. Lacan —, o analista em formação também precisa atravessar o enrijecimento da teoria. Uma teoria cristalizada pode obscurecer a escuta; é preciso atravessá-la para, então, poder escutar verdadeiramente aquilo que o paciente tem a dizer sobre seu sofrimento.

Com efeito, ao longo desse processo de formação analítica, o que muitas vezes se opera é, portanto, uma transformação: a saída da forma conhecida, a perda das certezas, o abandono de ideais prontas — para que algo mais singular, próprio, possa emergir.

IEC como espaço de (trans)formação

“Nós não estamos sozinhos, mas precisamos nos conectar
uns aos outros, formando uma grande rede.”

Edgar Morin

Desde sua fundação, em 2000, o IEC tem acolhido psicanalistas em formação, oferecendo-lhes a possibilidade de iniciar atendimentos clínicos supervisionados, sustentando a fundamentação teórica ancorada na experiência clínica, e vice-versa, num movimento sempre recursivo.. O Instituto é, também, um espaço aberto à sociedade, oferecendo escuta psicanalítica a todos que desejarem iniciar um processo de análise, sem exigência de valor mínimo ou critérios excludentes.

No entanto, neste trabalho, queremos traçar alguns comentários sobre a perspectiva do IEC como espaço de formação. O IEC conta com um corpo de supervisores, cada um responsável por uma equipe de, no máximo, oito analistas. As equipes organizam suas próprias dinâmicas e prioridades com autonomia, sob a orientação do respectivo supervisor, sem se distanciar das diretrizes gerais do Instituto.

Dentro das equipes, cada analista do IEC é incentivado a manter quatro analisandos em atendimento. Esse número é pensado de modo a permitir que os casos sejam acompanhados com o cuidado necessário nas supervisões, ao mesmo tempo em que viabiliza que o analista desenvolva também sua clínica particular enquanto membro do Instituto. Há, ainda, a possibilidade de os analistas realizarem supervisões de seus casos clínicos fora do grupo, com

supervisores associados ao IEC — muitos deles antigos membros do Instituto. São analistas que, ao longo de sua trajetória, preservam em si marcas da formação recebida no IEC.

Além do espaço de supervisão, todas as equipes reservam um momento para o estudo sistematizado de textos e obras do campo da psicanálise. Isso confere ao espaço uma qualidade viva, pois os saberes não são fixos, nem distribuídos verticalmente: eles circulam dentro de um grupo de analistas em constante transformação, em diferentes etapas do processo, incluindo os próprios supervisores.

Trata-se, portanto, de um espaço de formação com suas próprias especificidades, como ocorre com todas as escolas e instituições. A diferença talvez mais marcante entre o IEC e as chamadas escolas de psicanálise é que, em geral, estas operam com uma espécie de “grade curricular” mínima, na qual cursos e seminários seguem um roteiro previamente definido — além do fato de que nem todas essas instituições contam com uma clínica de atendimento psicanalítico, dada a complexidade que essa proposta implica.

No IEC, por sua vez, o percurso teórico é guiado pelas questões clínicas que emergem do trabalho dos analistas, tal como percebidas pelo supervisor em seu grupo. Ainda que existam temas previamente escolhidos, é a vivacidade do que se apresenta na clínica que orienta o rumo do estudo. Não se trata apenas de teoria aplicada, mas de teoria encarnada: aquela que pulsa a partir das urgências e singularidades de cada processo analítico.

Com grupos compostos por pessoas com diferentes trajetórias de formação, interesses e tempos de clínica, o IEC abriga uma rica diversidade de olhares. Nesse espaço plural, o setting se molda ao encontro. Caminhamos inspirados pela multiplicidade dos grandes mestres da psicanálise — mas somos, também, uns aos outros, tecendo juntos pertencimento e diferenciação.

Entre a consistência e o imprevisto, o acolhimento e a espera, o consultório particular e a instituição, tornamo-nos, no IEC, um espaço em movimento — movimento que se desenha nas sutilezas, na força dos pequenos-grandes passos. Um lugar onde o ser encontra o entre; onde o pertencimento dança com a singularidade; onde o olhar se volta, atento, ao outro — esse outro tantas vezes invisibilizado, silenciado pela violência e marcado pela exclusão.

É um espaço, como seu próprio nome indica, complexo: no pensamento, no funcionamento e nas relações. Complexo porque se estrutura em rede, em trânsito, em abertura. Apostamos no coletivo como modo de existência. Na contramão de um modelo individualista e utilitarista dominante, afirmamos a interdependência e a potência de construirmos mundos a múltiplas mãos e escutas.

Essa aposta se traduz numa escuta que rompe muros, numa presença que se faz resistência política. Uma escuta que se torna instrumento real de acesso à psicanálise, abrindo ca-

minho para aqueles que, por suas condições econômicas ou contextos sociais, historicamente ficaram à margem dessa possibilidade. Chegam ao IEC por diferentes trajetos: pela indicação de quem já foi acolhido, por buscas próprias ou por meio de parcerias com projetos sociais — rotas distintas que convergem num desejo comum de escuta e transformação.

Assim, no IEC, tornar-se analista é mais do que dominar uma técnica: é sustentar as diferenças, comprometer-se com o coletivo e ter coragem de abrir caminhos onde caibam outros. É, no espaço entre mundos, pertencer e se diferenciar — até que o encontro nos forme, ou, quem sabe, nos desforme.

Porque formar-se, muitas vezes, é também des-formar-se: abandonar certezas, desapegar-se de moldes prontos, abrir mão do já sabido para que algo mais próprio possa emergir. A formação analítica torna-se, assim, também um atravessamento afetivo, no qual os vínculos, as redes e as relações se inscrevem no corpo do analista. Redes que não prendem, mas sustentam. Laços que acolhem a queda e amparam o voo. Porque, ao fim e ao cabo, é bom saber que temos onde pousar.

*“Eu não sou você
Você não é eu
Mas somos um grupo, enquanto
Somos capazes de, diferenciadamente,
Eu ser eu, vivendo com você e
Você ser você, vivendo comigo.
Madalena Freire*

RAAVE: o encontro do multidisciplinar com o indisciplinável a serviço de um projeto de país

Sumário

Dejany Ferreira e Guilherme Pimentel⁵¹

RESUMO

O nascimento e criação de uma rede onde o jurídico, o psicossocial e os saberes populares caminham lado a lado para a reparação em saúde mental diante da violência de Estado

Palavras Chaves: Violência de Estado, Direitos Humanos, Justiça de transição, Justiça e Reparação, RAAVE, Atenção Psicossocial, Defensoria Pública, Favela, Grupos políticos clínicos.

A RAAVE (Rede de Atenção a pessoas Afetadas pela Violência de Estado) é uma rede formada por movimentos de mães e familiares de vítimas da violência de Estado, das mais diversas favelas e periferias da Região Metropolitana fluminense, além de instituições que têm o trabalho em rede e a garantia dos Direitos Humanos como sua principal diretriz e grupos clínicos de atenção psicossocial que trabalham em casos de pessoas afetadas pela violência de Estado no Rio de Janeiro. Esses grupos e instituições estão vinculados a diversas organizações da sociedade civil e instituições públicas. A rede promove atendimento psicossocial de pessoas que foram atingidas pela violência de Estado, buscando integração com o jurídico, pois se percebe que as respostas jurídicas são geradoras de saúde mental para as famílias que anseiam por respostas diante dos assassinatos de seus filhos e filhas.

No seu primeiro período de articulação, a RAAVE foi formada a partir da articulação dos seguintes grupos, coletivos e instituições:

- Acolhimento aos afetados pela violência de Estado: Atravessamentos entre clínica e política - PUC-RJ;
- Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro - Clínica Social;
- Conselho Regional de Psicologia CRP/RJ;
- Coordenação de Cooperação Social da Presidência/Fiocruz;
- Equipe psicossocial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- FAFERJ de São Gonçalo;

⁵¹ Coordenadores técnicos da RAAVE

- Formação Livre em Esquizoanálise;
- Instituto de Estudos da Complexidade – IEC;
- Movimento Mães da Baixada Fluminense;
- Movimento Mães da Maré;
- Movimento Mães da Zona Norte;
- Movimento Mães de Manguinhos;
- Movimento Mães do Chapadão;
- Movimento Mães Unidas pela Mesma Dor;
- Movimento Moleque;
- Núcleo de Atenção Psicossocial a pessoas Afetadas pela Violência de Estado – NAPA-VE;
- Núcleo de Atendimento Municipal a Vítimas de Violência de Estado e seus Familiares – NAMVIF;
- Núcleo de Psicanálise e Política da Universidade Federal Fluminense - NUPP/ UFF;
- Núcleo Universidade, Resistência e Direitos Humanos/ URDIR, UERJ;
- Observatório Nacional de Saúde Mental e Direitos Humanos, UFF;
- Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- Projeto de Extensão Grupalidade e Potencialização Subjetiva, UFF;
- Projeto de Pesquisa e Extensão Psicanálise e Decolonização: clínica, comunicação popular e escrituras (Ocupação Psicanalítica RJ), do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ;
- Psi Maré;
- Redes da Maré;
- Além de outras mães e familiares de vítimas da violência de Estado que compõem a RAAVE.

A RAAVE começa a nascer no dia 6 de maio de 2021, quando ocorreu a chacina do Jacarezinho, a operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro. Naquele dia, uma articulação intitulada Comboio dos Direitos Humanos, que reunia inúmeras instituições de direitos humanos, lideranças locais e movimentos de familiares, entram no Jacarezinho de forma cuidadosa e estratégica ainda durante a operação. Essa entrada gerou não só o esfria-

mento da operação, como também um atendimento integrado das famílias, unindo o jurídico com o psicossocial. Aquele foi o maior atendimento de violência institucional da história da Defensoria Pública, por exemplo.

O Comboio foi uma articulação da Ouvidoria da Defensoria Pública do RJ com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj (CDDHC-ALERJ), a Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ (CDH-OAB) e o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública (Nudedh). Através do Comboio, os atendimentos a graves violações de direitos humanos passaram a ocorrer com mais rapidez e com presença nos territórios, muitas vezes em tempo real durante as violações.

O Comboio sempre atuou junto com os coletivos de favela e os movimentos sociais. No dia da Chacina do Jacarezinho não foi diferente: a ida do Comboio no meio da operação só foi possível com muita estratégia de rede e com a participação de lideranças populares de diferentes gerações do Jacarezinho e do entorno.

A história do nascimento desta iniciativa é importante para definir que a RAAVE possui no seu DNA três elementos cruciais: a atuação em rede, a presença nos territórios violados e a articulação junto ao serviço público. Essas são características inegociáveis da RAAVE.

Nesse processo, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, através da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça, decidiu investir na RAAVE como uma forma de ampliá-la e fomentar o desenvolvimento de propostas para uma política pública que atenda as famílias afetadas pela violência de Estado no Brasil. Através da UFRJ, financiou um programa capaz de realizar essa tarefa. E a RAAVE decidiu abrir um programa de bolsas para 100 mães de jovens mortos por agentes públicos e 32 estudantes de psicologia. Com esse grupo formado, a Rede iniciou então um trabalho de educação popular e criação de dispositivos de cuidado e atenção psicossocial que reconhece as mães não apenas como destinatárias de políticas públicas, mas sim como produtoras de conhecimento e formuladores de soluções para o aperfeiçoamento do próprio Estado Democrático de Direito. Para nós, é fundamental o deslocamento do lugar das mães também na universidade, deixando de ser meros objetos de estudo e passando a ser reconhecidas como intelectuais orgânicas da democratização brasileira.

Por isso, a RAAVE também reivindica a construção de uma política pública de saúde psicossocial e de garantia de direitos humanos que fortaleça o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o modelo público de acesso à Justiça (Defensorias Públicas). Queremos o fortalecimento desses serviços, a ampliação e a qualificação dos mesmos junto à população. Não queremos mais uma lei que dependa da vontade dos dirigentes dos estados e municípios, mas sim, que haja investimentos para uma real ampliação dos serviços para a produção de saúde psicossocial a famílias afetadas pela violência de Estado. Queremos também que as metodologias e os dispositivos de cuidado que estão sendo desen-

volvidos no âmbito da RAAVE sejam reconhecidos como propostas de políticas públicas e, assim, sejam implementados e contemplados na Lei Orçamentária de 2026. Afinal, representam as necessidades que emergem diante das violações cometidas pelo Estado.

O Estado brasileiro precisa reconhecer que o maior violador desses direitos é o próprio Estado e que necessitamos de estratégias para pararmos o que o mesmo chama de: “Danos colaterais”, danos esses que são vidas perdidas em nome de uma “guerra às drogas”, que de guerra nada tem, pois teoricamente para ser uma guerra, a maior parte da população periférica e favelada deveria estar armada, o que não é uma verdade. A grande maioria está apavorada diante de uma sensação de guerra onde essa população reza para não morrer. Então o que temos é um massacre, quando não está diretamente ligado ao extermínio da própria vida, é o massacre da mente diante do medo da própria morte e das mortes dos seus entes queridos, além do adoecimento do corpo que diante dessa tensão de extermínio adoece gerando inúmeras comorbidades nas famílias que precisam conviver com essa violência. E tudo isso ocorre em nome de algo que já está comprovado que é ineficaz, pois se avaliarmos de forma coerente, o que realmente mudou nessas décadas de invasão de territórios, trocas de tiros e mortes em nome dessa “guerra”? Nada mudou de concreto, há uma repetição de fórmula que não traz nada de positivo para ninguém. Por outro lado, as operações letais trazem para a população que mora nesses territórios o aumento do medo e a certeza que suas vidas e de suas crianças valem menos em nome de algo que não será resolvido em trocas de tiros e mortes. As operações policiais comprovam isso todas as vezes. Se houver operação policial toda semana, reparem, haverá feridos com certeza, provavelmente mortos e muita troca de tiros. Sempre haverá troca de tiros, então o que realmente mudou de uma semana para outra? Enquanto isso, as escolas, os serviços de saúde, a assistência social de dentro e no entorno do território não abrem. Os moradores e moradoras não podem sair para trabalhar ou saem arriscando as próprias vidas para não perderem o emprego que é o sustento da sua família. A segurança pública necessita usar inteligência se realmente quiser que algo mude, pois ao fim quem são as pessoas que estão morrendo tanto em uma ponta quanto na outra?

É neste contexto carregado de questões históricas que a RAAVE atua. Buscamos construir dispositivos de cuidado em meio à necropolítica; desenvolver mecanismos de atenção e questionamento em meio a tanta naturalização da morte; negar e resistir ao extermínio e à violência como políticas públicas em meio a tantas continuidades históricas do nosso passado tão presente colonial e escravocrata; apostar na produção de saúde psicossocial como estratégia de acesso à direitos em meio a uma sociedade hiperjudicializada; defender a bandeira da Justiça de Transição e seu quadripé Verdade, Memória, Justiça e Reparação como caminho para a real emancipação do povo brasileiro, mesmo sabendo que as famílias dos velhos senhores de terras e escravos continuam dando as cartas no nosso país.

Portanto, podemos dizer que a RAAVE, mais do que uma iniciativa de acolhimento psicossocial, é uma estratégia de construção de um novo Brasil, onde as pessoas sejam reconhecidas como titulares de direitos e sujeitos históricos. A partir desse olhar, pretendemos contribuir para a história do Brasil com a construção de alianças que englobem os saberes multidisciplinares que estão na Universidade, mas também os saberes indisciplináveis que estão nos territórios populares violentados e que hoje são representados por essas mães que lutam contra a violência que ceifou a vida de seus filhos.

DA REMIÇÃO À REMISSÃO

Sumário

Eliana Yunes⁵²

RESUMO:

Este capítulo é uma leitura crítica bastante acerba quanto à aplicação da remição de pena pela leitura e denuncia os aparentes benefícios que se autoriza em conceder.

Assinala os contratempos e falta de condições de sua aplicação, apontando para o que, realmente, a leitura efetivada em metodologia adequada pode alcançar na ressocialização e *remissão* de vida dos jovens em atrito com a lei.

Palavras chave: população carcerária, menoridade penal, Estatuto da criança e do adolescente, direito à educação à saúde, à leitura, acesso a direitos, colonização, desigualdade social, indiferença das elites, desumanização, banimento e reintegração na vida social.

Introito

Esta não é apenas uma opção ortográfica e vai além da semântica; pode mesmo se revelar ética e política. E para começar a fazer o pensamento flutuar, preciso recorrer ao poético, em que não se separam sensibilidade e razão.

Vou à última estrofe de poema de Cecília Meireles, *O Romanceiro da Inconfidência*,¹ publicado em 1953, que reconta em versos narrativos a história da primeira grande tentativa de independência, travada em Minas Gerais, no século XVIII. O texto é de beleza lírica, mas tem a força do épico e vai levando o leitor à paixão pelos dramas pessoais e coletivos que constituem o cerne do episódio histórico. No centro mesmo de toda a matéria, está o canto da liberdade que ela resume em sua última estrofe:

*Liberdade, uma palavra que
o sonho humano alimenta,
não há ninguém que explique e
ninguém que não entenda.*

Esta é a abertura e a síntese do que quero apresentar e discutir, se possível, a partir do acompanhamento, tanto presencial quanto à distância, de programas e projetos de inicia-

⁵² Eliane Yunes Profª Drª Associada da PUC-Rio 1975-2018; Diretora da Cátedra Unesco de Leitura PUC-Rio 2005/2013 e para o Instituto Interdisciplinar de Leitura – iiLER 2014/2017; PROLER – Casa da Leitura Biblioteca Nacional 1992/1997. Membro fundadora do IEC desde 2000.

tiva pastoral ou pública, mais recentemente amparados por instrumentos legais. A partir da Constituição Federal de 1988, o Ministério de Justiça passou a amparar por lei os direitos à educação da população carcerária em cumprimento de pena, e em grande parte analfabeta.

A dolorosa associação desta realidade fora sintetizada por Darci Ribeiro ao apontar para “quanto menos escolas, mais presídios”. Seu companheiro de fundação da Universidade de Brasília, fora por sua vez companheiro de Monteiro Lobato no sonho da Escola Nova, onde a pedagogia e mesmo a didática foram reinventadas, a exemplo de D. Benta, no Sítio do Picapau Amarelo. Educar para redimir. De quê? Da ignorância de si mesmo e do outro, do direito e do dever. E, para? Para ser livre, como sujeito capaz de discernir escolhas e conviver com as diferenças. O básico, simples, mas fundamento do vir-a-ser cidadão.

O começo

Foi nos anos 90, que um projeto pastoral da Diocese do Rio pediu socorro ao curso de Letras da PUC-Rio e me inscrevi para colaborar. Resumidamente, lidar com presidiários - abusados e destroçados emocionalmente, - para uma redescoberta da Palavra; mas não se principiava com a da Bíblia em seus salmos e cartas, com parábolas e mandamentos; começava-se com contos e poesia. O propósito era comover pela audição do inusitado, encorajar a fala: protesto? denúncia? Desabafo, ao menos!

No palavra-puxa-palavra vinham memórias e histórias, afloravam os sentimentos reprimidos, no cenário de paredes úmidas e emboloradas, de reboco despencado, escuras e mal cheirosas. Por ali se insinuava um desejo de desabafo, de algo anestesiado, guardado e sem nome; o caso não era de trazer um padre – éramos todos leigos – mas abrir a possibilidade de que dissessem algo do recôndito, inconfessado. E o pusessem no papel em branco, pois não se buscava que fossem ao segredo de confessionário, mas ao contrário, algo que quisessem dizer, proclamar, sem parecer *maricas*. Por ali entrei eu nesta história.

Era um final de segundo semestre e eu trabalhava teoria e crítica com os alunos de graduação. A tarefa, pois, vestiu como luva: acompanhar a apresentação dos poucos que se ariscaram a escrever (!) as “mal traçadas linhas”; depois ler, ouvir, para enfim eleger os prêmios natalinos do ano, que iam de eletrônicos a outros bens autorizados. A publicação em que investimos, talvez para nos agraciar mais que a eles, não nos deixa mentir². Do episódio, que acabou por se prolongar em anos seguintes na Frei Caneca, ficou mais que o libreto, ficaram as marcas indeléveis do que é a perda da liberdade.

Liberdade, a primeira concessão do Gênesis para – quase – tudo. O limite era – e é – o outro. Não como o considerado por Sartre, mas no meio do caminho, há sempre esta pedra, angular: a alteridade e o respeito a ela, ao outro, que partilha o paraíso possível. Sempre ameaçada pela tentação de alguém querer ser como os deuses, com poder ilimitado. Contudo,

todo poder sem limites se revelou não ser coisa para criaturas; a gratuidade da liberdade tem seu custo para todos os homens. E *não há quem não entenda*, nem é preciso explicar, seja rei ou mendigo.

Ser humano, em sua plenitude, não tem a ver com a conta bancária, nem com castelos, apesar das aparências com que a publicidade se esmera em nos convencer. A liberdade humana, de fato, deve alcançar o teto, a comida, o deslocamento, a companhia, a proteção, a procriação, a partilha, na medida de todos. Todo excesso resulta em alguma falta. No avesso, falta vira punição.

Perfil do público

Ei-los ali atrás das grades, meninos ainda, violentados, assustados, injustiçados, e sobretudo, desamados: sem pai, nem mãe, a não ser pelo nome que consta na certidão, quando a têm. Sem direito à roupa, ao tênis, ao doce, ao cine, à casa, à condução, sabem que nada é seu, embora não entendam onde perderam o direito a ser gente como outros. Indo atrás disto, perderam o que ainda tinham, a liberdade. De quê? De muita pouca coisa que, no entanto, possibilitava quase tudo.

Na limitação, na impotência, na fraqueza, o grupo unido vira bando e eles bandidos. Caçados, a violência aumenta, antes e depois das grades: carências, humilhações, coerções, escárnio, abusos que as *Memórias do Cárcere*,³ ficções de Graciliano Ramos (1953) trouxeram à realidade de Paulo Lins⁴, narrada em *Cidade de Deus* (1997). Com a perda da liberdade, ainda que curta, do ir e vir pelas ruas, ciscando o que fazer, vem a perda dos direitos, até o de calar, se assim o quiser o algoz.

A indiferença da sociedade, inclusive, talvez seja pior que seu endosso à repressão na base da assertiva de que “direitos humanos são para humanos direitos”; endossa a menoridade penal e a recolha a quatro paredes dos que não tiveram chance senão de ter uma alcunha. É menor para trabalhar, mas, se matar, vai responder como adulto. Este lava-mãos que passa a régua da lei para os que não tem voz, nem vez, acumula restos humanos como os da feira semanal, no lixo das prisões. Carandiru e outras rebeliões não nascem do acaso.

O Conselho Nacional de Justiça⁵ compartilha a informação que que são mais de 22mil jovens internados em regime fechado nas 461 unidades socio educativas em funcionamento oficial no país. Há outros com liberdade assistida, não quantificados, e mais: adolescentes com internação provisória, sem sentença do juiz. Os atos infracionais mais frequentes se revelam como roubo, furto, tráfico de drogas, assaltos, que os tornam adolescentes em conflito com a lei. A punição, definida pelo juiz de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, deveria ser reavaliada a cada seis meses. Deveria, mas não o é.

A pergunta que não pode calar é sobre o que os leva a esta condição de marginalidade.?

O nível de desigualdade social, histórico, a repressão de direitos básicos, a exploração no trabalho e sobretudo a falta da educação como essencial à sociabilidade e organização da produção os levam à escolha estreita de possibilidades que se lhes oferecem: reagir para sobreviver ou morrer acossado pela fome e violência. A maioria tem perfil socioeconômico abaixo da linha da pobreza, sem condições mínimas de sobrevivência, em um país de grandes riquezas mal repartidas desde sempre. A maioria quase absoluta de pretos, pardos e pobres.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, transformado em lei 8.069/90, assim como o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, definem como direito e não como favor, exigência moral e jurídica, a educação e o respeito à dignidade da pessoa em qualquer situação, pobre, migrante, deficiente, abandonado ou órfão.

As leis e a educação prisional

O que se faz no Brasil formal e informalmente, legal e praticamente por uma população cinco vezes maior que a de uma cidade média brasileira? Ainda que recortando pela idade, a faixa que nos interessa, a dos adolescentes com menor idade legal, assim mesmo a fração apavora o futuro, desde o presente. Embora o censo prisional⁶ não seja atualizado, são centenas de milhares de vidas, apodrecendo sem qualquer valia e esperança de amanhã. Hoje a lei está explícita na Constituição Federal, quanto aos direitos de todo brasileiro cidadão, ainda que nem todos saibam o que é sê-lo em plenitude.

Educação e saúde, defesa contra maus tratos e proibição de tortura, tudo no papel, como os juízes o sabem. Mas declinam de ver com os próprios olhos qual é o quadro da realidade carcerária. Entre a letra e a realidade, um abismo. Impacta a entrevista do Juiz Corregedor João Marcus Buch, de Joinville, Santa Catarina, aqui republicada⁷. No entanto, a legislação Brasileira sobre a Educação nas prisões é considerada como das melhores no mundo.

O que há de errado? Muita coisa, a começar pelas condições que conduzem à porta das prisões.

Temos uma história de violência e arbitrariedades nascida com a colonização, contra os povos autóctones e, desde logo, contra os desiguais, social e economicamente, expressas inclusive em legislação herdada de Portugal e somente reformada por D. Pedro I em 1831, sem que a mudança de linguagem alterasse a brutalidade instalada; sobretudo entre *Casa Grande e Senzala*⁸, que para além da distância de espaço físico, recusava qualquer alívio social na vigência da escravidão, apesar dos cordiais esforços da sociologia de Gilberto Freire. As

feridas abertas do Brasil não cicatrizaram com a República, tal como testemunhado por Lima Barreto⁹, ao narrar *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Esta cruel divisão entre o poder e o serviço, entre o Estado apropriado por uma elite amoral e o povo explorado sem acesso a direitos e entendimento do mundo, segue entre nós, com outros atores nos mesmos papéis. Embora a lei garanta, em declaração, a igualdade de todos, inclusive quanto ao respeito à dignidade em qualquer situação, a ação se revela na mesma medida da desigualdade entre os despossuídos e os gerentes do capital e da administração pública.

É neste quadro geral da infâmia no mundo contemporâneo, que devemos destacar os que foram desapropriados de seus corpos pelas sevícias, físicas e morais, que perderam a própria identidade e, se sobrevivem da injúria a que são submetidos, é pela esperança de que um outro venha em seu socorro, já que da Justiça pouco podem esperar na prática, apesar de o Brasil ser signatário da convenção de Direitos da Criança, independente de suas condições socioeconômicas.

A justiça de que carecem começaria muito antes e talvez sua falta seja a causa ordinária da que se lhes retira mais ainda, agora. A injustiça os aliena ao poder que os subjuga, e a perda da voz, da palavra, os desumaniza: de infrator a delinquente, de detento a bandido, de homem a coisa. A obra de Jorge Amado que o destacou internacionalmente, *Capitães da Areia*¹⁰, é leitura obrigatória para entender o processo hipócrita do sistema para lidar com a exclusão dos “inconvenientes”, para além das questões ideológicas que aponta. Muito difícil redimir-se ante a sociedade; sua palavra continuará inédita, inaudível, se não fizermos o necessário para evitar algo pior.

O que afinal prometem nossas leis?

As primeiras leis, envolvendo o tema da leitura, aparecem em Catanduvas no Paraná (2009), em Mossoró, Campo Grande e Porto Velho (2010) e mais tarde, o Conselho Nacional de Justiça, na recomendação nº44 /2013, se lembrou de que esta maioria de jovens, enquanto menores, é inimputável e carece de uma chance nova a partir de medidas socioeducativas, incluindo a alfabetização e a educação básica, estendendo a promissora Remissão de Pena pela Leitura.

Contudo, de que servem os mandamentos, se na prática ninguém os considera para a “redenção” dos adolescentes?

As maiores vítimas são eles, deserdados sociais, travestidos de ameaça às elites indiferentes a seus direitos como pessoa. A gravidade desta denúncia inicial das leis reside no fato de que não há espaço, não há verba e não há agentes preparados e vocacionados para a interação

com os chamados jovens “em situação de conflito com a lei, em situação irregular”, apesar das determinações legais.

Governos estaduais omissos, pseudoeducadores despreparados, policiais alienados, ausência de colaboração entre instituições educativas, como universidades, centros culturais e bibliotecas públicas, são o pano de fundo desta tragédia humanitária.

Remição pela leitura e o lugar da literatura

Remição de pena é um ato de resgate e compensação por algo devido. A reparação devida no caso de infração penal corresponde ao sequestro da liberdade e às vezes da própria vida, em situação desumanizante. Entre o banimento da vida social e sua reintegração está a ponte educativa e profissionalizante, pela escolarização e trabalho. Em qualquer situação, deveria estar a leitura, de livros e de mundo, como um texto a se aprender a ler.

Com frequência, pode-se dizer, os indivíduos não chegam a ser cidadãos na perspectiva de que o tempo prisional os levaria a que se reintegrassem ao convívio social, com capacidade para agir e produzir seu sustento honrado. O tempo “parado”, inútil, dá lugar a novas provocações e violências entre detentos, guardas prisionais, administradores e juízes. Mesmo este contexto, com frequência ilógico, depende de leitura para que se possa situar minimamente.

Consideremos que a detenção para correção e não punição, opera com as metas de eliminar as condições que impedem a inclusão irrestrita à cidadania, ocupar a mente de modo positivo, estimular a criatividade, valorizar a memória, alimentar a capacidade expressiva. Em poucas palavras, atender à educação formal perdida e ampliar consideravelmente a não-formal. Estimular habilidades e sobretudo criar a auto-estima justificável aos próprios olhos¹¹.

Uma destas insígnias é saber ler e escrever e, invisivelmente, saber pensar para agir com reflexão e cautela. Para Edgard Morin¹²,

“o desenvolvimento humano deveria ter como finalidades: viver com compreensão, solidariedade e compaixão. Viver melhor sem ser humilhado, insultado, desprezado, mas em busca da plenitude humana, que se efetiva através da música, da poesia, das artes em geral”

A barreira começa pela nomeação efetiva como delinquentes e bandidos com os quais quem não vale a pena gastar tempo, dinheiro, cuidados: não vale a pena recuperar. Aos maus-tratos reincidem e põem a perder todo resquício de esperança em uma vida nova. Eles tem origem no destrato dos mínimos direitos antes do delito e a implementação das políticas públicas dentro e fora dos presídios não existe, de fato. O sistema é de tal ordem, ele mesmo

corrupto na visão neoliberal, que os interesses privados prevalecem sobre o coletivo, que é de respeito a todo cidadão.

Onde buscar uma imagem do mundo possível, do mundo posto a nu, que deixe entrever o que pode e se quer realizar para que sejamos menos infelizes, brutos e desiguais?

Tem razão Morin: nas artes como um todo, artes dramáticas, literárias, artesanais, técnicas, mas artes, em que a vida humana ensaie entender-se e entender onde a regra do jogo rouba a alegria e a justiça. A literatura, desde os contos populares, do cordel, deixa entreabrir a cortina. Mas a maioria deles, se viu um livro, era didático, se viu um filme foi no celular roubado.

Como fazer a transposição possível para além do cárcere, se o modelo de exclusão e banimento segue sendo praticado?

Sonhar é preciso para pensar mundos novos, vida nova. Esta experiência de muitas vidas, de outras vidas é o que a narrativa artística traz na literatura, no cinema, no teatro. Talvez o vislumbre de coisas não pensadas e mais, não ditas, pela falta de expressão de vocabulário. E sobretudo, o reconhecimento de um si mesmo, estranho, outro.

A linguagem agita o pensamento, move os afetos de forma depurativa, aclara uma visão de mundo insuspeitada. Diz Marco Lucchesi, presidente atual da Fundação Biblioteca Nacional (2024), que “o cárcere é uma janela aberta para conhecer o Brasil, sua complexidade e desafios”; poderíamos complementar com um paralelo - a leitura é uma janela aberta para o mundo, mais além das prisões.

Claro que o analfabetismo é uma das causas de as prisões estarem superlotadas por pobres, descendentes de escravos, trabalhadores de zona rural, mulheres abandonadas que não podem manter os filhos; estes mesmos filhos que vão adentrar zonas de risco para escapar da miséria. A escolaridade não é garantia de incorrupção, como se sabe, mas oferece alternativas para mobilidade social, emprego, trabalho, profissionalização. Contudo, também a educação formal não os atende.

Mas saber ler não corresponde apenas ao deciframento de sinais e sonoridades¹³. Antes, compreender a que remetem e como funcionam na significação, criação de sentidos e interpretação, envolve reconhecer a própria história, seus saberes, as coisas com as quais interage como parte de sua experiência, suas memórias e valores, para só então produzir um sentido para o que lê e onde não cabe o certo/errado de questionários, mas a lógica, a coerência entre o que se apresenta e o que leva consigo de aprendizado e vivência. Ler nasce do leitor e não do texto como voz alheia a exigir adivinhações. Ler mundo e letra é o que potencializa a assunção do sujeito entre sujeitos de carne, à imagem dos de papel.

Em geral, as pessoas falam sem pensar, automatizadas no que ordinariamente lhes compete dizer. Por isso falam mal, escutam mecanicamente e interpretam equivocadamente. Daí que a leitura importe tanto para os detentos quanto para os vigilantes, organismos responsáveis, seus funcionários e para a sociedade como um todo. Do contrário vão achar que a remição pela leitura é bônus indevido aos penalizados, quando, em geral, eles mesmos sequer desfrutam a leitura de gibi ou jornal.

É possível implementar o desenvolvimento da capacidade leitora. A escuta de narrativas orais, povoadas do imaginário coletivo popular, com lições de astúcias, mistérios e contradições, são um bom começo. Por isso a literatura, de causos, cordéis, canção popular, histórias de gente e bichos, abre o caminho ao pensamento crítico, ensinando a discernir entre coisas e... coisas, entre atos e omissões. A narrativa favorece a representação de mundo com seus deslizos e contrapontos em concomitância de múltiplas vozes, encenando visões polifônicas dos eventos.

A audição de histórias, das mais simples e tradicionais, com suas ambiguidades, a crônicas, e contos de autores contemporâneos, e filmes de heróis e anti-heróis, suscitam o reconhecimento dos vazios e das lacunas que o imaginário pode impulsar a preencher. Ficção literária é pra principiantes. A desumanização encontra nela um antídoto, porque move a pessoa inteira, das emoções à reflexão.

Ficção de Realidade

Levantemos a realidade do quadro atual para poder considerar os benefícios possíveis da louvada lei da remição de pena pela leitura. Os dados se encontram no Censo Nacional de Leitura em Prisões, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2023:

- Entre 1347 unidades prisionais no país, 30,4% não tem bibliotecas ou quaisquer espaços de leitura;
- em 26,3% não se realizam atividades educacionais;
- em junho de 2023, apenas 31,5% das pessoas privadas de liberdade tinham acesso a livros
- em 39,3 % das unidades, há restrições de acesso a conteúdo
- em 21,5% dos presídios há critérios de uso dos acervos, como comportamento e participação de projetos internos
- em 53% das unidades com biblioteca, não garantem o acesso a não alfabetizados, nem a pessoas com deficiência(!)

- 53% das pessoas presas não são alfabetizadas, ou apenas têm o ensino básico fundamental incompleto

- em 23 unidades da federação, não há número de vagas previsto para as atividades de leitura

Com estas restrições graves, as políticas de leitura para remição de pena se tornam ineficazes, como adianta a Coordenadora da pesquisa na Universidade de Pelotas¹⁴.

Desde a lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, conhecida como LEP, lei de execuções penais, existe uma regulamentação que prevê a diminuição da pena do preso por trabalho e estudo, **quando e se** este for oferecido. Mas quem fiscaliza a sua execução?

A remição de pena pela leitura, instituída para todo o território, pela Resolução CNJ nº391/2021, mas com precedentes estaduais desde 2013, prevê a possibilidade da leitura de até 12 livros por ano, com remição de 04 dias em cada um, desde que acompanhados de uma resenha.

Seria hilário se não fosse triste: alunos universitários no Brasil têm enormes dificuldades para resenhar obras de estudo, confundem resenhas com resumos, acabam fazendo paráfrases dos textos. Imagine-se este público com prisões! Poderiam quando muito responder uma ou outra questão sobre o lido, o que lhes impressionou, que resultados tira para sua vida. Longe estão da possibilidade de resenhar.

Agrava-se o problema por duas razões: os avaliadores ou não leram os livros, ou não conseguem decifrar as grafias; mesmo assim haveria de considerar os que sabem ler, mas não escrever, os que ouvindo um texto contado são capazes de entender uma “mensagem”.

O modo como estes trabalhos são apresentados, lidos por eles mesmos diante de uma banca, chega a assustar; sabendo-se que a leitura, qualquer uma, tem uma demanda interativa, as leituras solitárias podem pouco e pedem muito.

- em apenas 54,7% das unidades prisionais, existem projetos ou práticas de leitura;

- em 20,5% destas acima, há acesso a livros mas não a garantia de remição por meio da leitura.

- em 39% das unidades com projetos de leitura nunca houve atualização do acervo bibliográfico

O Ministério Público de Goiás, com atuação na remição de pena pela leitura, apesar de considerar que “a leitura no contexto prisional é um instrumento que tem um papel vital na execução penal, na assistência educacional e na promoção da ressocialização”, ressalta a *urgência de recompensar os profissionais diretamente envolvidos nas iniciativas de leitura em ambientes de privação de liberdade* (sic).

Há, antes, alguma estranheza na falta de avaliação da metodologia, da didática dos processos socioeducativos envolvendo leitura, em que as humilhações, a baixa autoestima crescem nos quadros aferidos por testemunhas destas situações. Se em sala de aula há atualmente empenho para corrigir os danos das leituras mal dirigidas, quanto mais devam sê-lo entre jovens assistidos sem alfabetização completa.

A agência do CNJ em outubro pp¹⁵ assinala que o acesso à leitura foi um dos temas abordados pelo STF em julgamento recente onde reconheceu que o estado de coisas constitucional nas prisões brasileiras exige a execução de um plano para superação deste quadro. A parceria do CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, através do Projeto Fazendo Justiça, prevê como fundamentais os programas de leitura nos campos de privação da liberdade. Mas o foco não deveria estar na *remição* da pena e sim na *remissão* de vida dos apenados.

Considerações Finais

O círculo vicioso não alcançará ser virtuoso se, de fato, ao saírem do período prisional, adultos e jovens não puderem se reintegrar na sociedade, refeita sua parte nas perdas passadas. Além da sociedade não estar preparada para receber os regressos, pois não há nenhum programa de reinserção, o aporte socioeducativo ou é nulo ou contraproducente, nas melhores intenções de recuperação.

Ela requer a reconstituição de um sujeito dilacerado antes e atormentado depois dos atos ilegais; requer a educação qualificada, com percepção de que não seja tomado como delinquente em castigo e repressão, mas como pessoa; recebido com atenção e interesse de quem lhe atribui um novo nome. Esta reconstituição da subjetividade é passo e meio em direção à reintegração social e política. *Isto a leitura, comentada, em círculos de interpretação, em reflexões de grupo pode alcançar mais rapidamente que qualquer lavagem cerebral.*

Mas não será ela apenas, em si, que o fará. As comunidades interpretativas aceleram a escuta do outro, o respeito a alteridade, o reconhecimento da intersubjetividade, que é verdadeiramente fator de sua identificação social, e não apenas de sua identidade legal. Contudo isto exige entender por parte do CNJ o que é leitura e como se forma um leitor de mundo, capaz de nele ver o seu lugar. E a necessidade de mediadores-leitores e não apenas agentes penitenciários ou pedagogos titulados e encarregados de exercer esta missão.

O coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do CNJ reconhece que “a remição pela leitura hoje é uma atividade central para a ressignificação da capacidade de inclusão das pessoas. Que cada palavra escrita ou lida representa ali um grito de liberdade, um símbolo de resistência e um sopro de esperança”.

Mas...o Tribunal de Justiça de São Paulo, pela 6ª Câmara de Direito Criminal, indefeiu em 2021¹⁶, a remição de pena de um detento pela leitura de cinco livros, com a justificativa ignara de que isto não é trabalho e que a remição está condicionada ao labor, lida e labuta, palavras que transmitem a ideia de esforço”.

Devo crer que professor e escritor sejam vagabundos, que não tem trabalho algum em seu fazer e que não exercem qualquer esforço para o que realizam. O magistrado e desembargador desta assertiva completa a sentença dizendo que “Não é possível estender o benefício ao preso que passa o tempo lendo romance, porque se tal entendimento vingar, amanhã virá algum deles alegando que lê jornais, revistas em quadrinhos e por isso merece o benefício”. Ler é o esforço que faz o magistrado todo o tempo. Talvez preferisse que a mente desocupada e o ódio reprimido transformasse um objeto de trabalho de esforço em arma para uma nova criminalidade.

Neste descompasso as leis no Brasil se tornam inócuas apesar de elogiadas e reconhecidas internacionalmente.

Vale de novo assinalar que a meta final das medidas socio educativas deveria levar da *remição de pena à remissão de vida*, ao gosto e prazer das coisas boas, do afeto, de compaixão, de partilha, da amizade desinteressada, do sentido de comunidade e de família. Ele está perdido e preso, tanto dentro quanto fora, sem destino. Isto a leitura pode lhe oferecer com a visão de muitas vidas diferentes no papel e que vieram das histórias de gente de carne e osso como ele.

Um trabalho sério teria um caráter interdisciplinar, interministerial, a contribuição de bibliotecas, editoras, escolas e extensão universitária. Lei não basta ou teria resolvido o problema de Moisés com as tábuas cuja arca legou a Davi e ele ao filho, Salomão que ergueu o Templo famoso em Jerusalém.

Mais que codificar, ordenar e mesmo fiscalizar, é preciso colocar a valorização da pessoa, do indivíduo como diz a Constituição Federal, em qualquer circunstância. Gente nasce e vive na labuta de sobreviver até a morte, com as mesmas necessidades e carências. Desprover qualquer um desta chance de ser melhor, invalida o que fazemos para nos qualificar como agentes do conhecimento.

Projetos como *Fazendo Justiça, Educando para a Liberdade*, com Pnud ou Unesco, poderão ter efeito na medida em que a filosofia, a psicologia, a educação forem exercidas em consideração com as realidades em que se propõem. Se o compromisso dos direitos humanos correspondesse aos humanos direitos, muitos dos que se consideram como tais seriam privados daqueles, caso a justiça não fosse cega para sentenciar, como vimos alguns parágrafos acima.

Em sua obra, *A Era dos Direitos Humanos*, Norberto Bobbio¹⁷ levanta os que devem ser garantidos e aponta para os que não o foram ainda em sua plenitude. Entre eles, como defendeu Antonio Candido¹⁸ em teoria e João Cabral, além de Affonso Romano em poesia, está o direito à literatura como bem *incompressível*, a que não se pode deixar de atender, pois corresponde ao alargamento do espírito pelo imaginário, escapando ao simbólico fixado que acaba por comprimir.

A literatura pressupõe uma superação do caos interior e configura uma proposta inusitada de sentido para um absurdo. A literatura tende à humanização do sujeito como queria Aristóteles falando da catarse na tragédia grega, longe de ser concebida como um manual de instrução moral e cívica e, no entanto, profundamente educadora. O público do teatro grego não é o dos jovens em conflito com a lei, que não dispõem qualificação para o auto reconhecimento, donde a demanda por atores experientes na cena como promotores de leitura, não pode ceder aos oportunismos de apadrinhamentos políticos. Leitura literária como fuga do real é um engano já alertado.

A coisa é séria e lá vamos para uma população de deserdados que não contribui para a vida social e que alimentada pela ação leitora, em palavras do Secretário de Políticas Penais,¹⁹ com “a execução correta da Remição de pena através da leitura representaria 13% da pena anual de um preso e uma economia de bilhões de reais para investimentos dentro e fora do sistema prisional.”

Mais uma vez temos ideias, recursos financeiros e humanos, leis e justiça interessada para fazermos a lição de casa... mal. Há soluções à vista e insistimos em não azeitar as engrenagens políticas e administrativas para o principal acontecer. *Talvez não consigamos de fato, fazer a remissão de pessoas porque a remição de penas seja tão precária.* Estamos ainda ao tempo das denúncias de Michel Foucault²⁰ e não ao tempo dos saberes de Edgard Morin²¹ e de Paulo Freire²².

Talvez mesmo voltar aos termos de justiça do Homem de Nazaré que a cristandade europeia pôs a perder. E que hoje arrepiam os detratores civis e religiosos do Pe. Júlio Lancellotti. A meritocracia, digna de menção, não admite as mãos estendidas na ascensão ou não pode falar de quanto elas custaram.

Lendo junto se aprende a ler sozinho e mesmo assim, sem contraponto, perde-se muito do horizonte possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. MEIRELES, Cecília. *O Romancista da Inconfidência*. Rio: Nova Fronteira, 1989.
2. COLETIVO: *Concurso de Prosa, Poesia e Desenho*. Penitenciária Lemos Brito, 2002.

3. RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio: Record, 1994.
4. LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. Rio: Rocco, 2001
5. <https://www.cnj.jus.br>
6. Censo Nacional de Leitura em Prisões. <http://ipeja.com.br/censo-nacional-de-leitura-em-prisoas>
7. ENTREVISTA. *João Marcus Buch* por Taiza Rauen
8. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio: José Olympio, 1975
9. BARRETO, Lima. *O fim de policarpo Quaresma*. São Paulo: Melhoramentos, n/d
10. AMADO, Jorge. *Capitães de Areia*. São Paulo: Circulo do Livro, 1992.
11. SANTOS, Care. *Verdad*. Edebê: Barelona, 2017.
12. MORI, Edgard. In: *Os Setes Saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2007.
13. YUNES, Eliana. (Org.) *Pensar a Leitura: complexidade*. Rio: Ed.PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.
14. PESQUISA NACIONAL COORDENADA pela profª Christiane Russomano Freire. (CV: <http://lattes.cnpq.br/6948479231162604>)
15. AGÊNCIA DO CNJ. <https://www.cnj.jus.br/agencia-cnj/>
16. 6ª CÂMARA/SP – <https://www.congresso.com.br/2021-set.09/meraleitura-livros/remi-caopena-tj.sp>
17. BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos humanos*. Rio: Elsevier, 2004
18. CANDIDO, Antonio. *O Direito à Literatura*. In: Aldo Lima. Pernambuco: Editora UFPE, 2012.
19. Rafael Veloso – Encontro Nacional de Gestores de Leitura em Ambientes Prisionais 27/10/23 – Fundação Biblioteca Nacional
20. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio/Petrópolis: Vozes, 1977.
21. MORIN, Edgard. *Ensinar a viver – manifesto para mudar a educação*. São Paulo: Sulinas, 2015.
22. FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

Ricardo Kubrusly⁵³

Com a chave na mão
quer abrir a porta,
não existe porta;
quer morrer no mar,
mas o mar secou;
quer ir para Minas
Minas não há mais.
José, e agora?
CDA

Duelo entre o Terceiro Excluído e a Não contradição

... na viagem louca das lógicas em busca de um certo auto (re)conhecimento, visitaram gurus verdadeiros e gurus falsos que sempre ficavam quietos, tando uns quanto outros, e quase sem movimentos falavam interruptamente como torneiras quebradas e seus jorros de palavras diziam tudo, tanto uns quanto outros, tudo, tudo, de toda maneira e timbre e melódia. A diferença entre eles era da ordem da ordem como enunciavam sua verdades. Variando a ordem, não só das palavras mas das frases e dos pensamentos acabavam por serem muito diferentes uns dos outros,..., embora o que dissessem uns diriam outros. Iguais mas diferentes, diferentes ainda que iguais.

O Terceiro Excluído queria encontrar seus destinos, abria todas as portas e, estranhamente, se jogava pelas janelas, voava aqui, pousava lá e onde queria lançava seus versos propositivos:

sorry willian

to be is not to be
there is no question

A Não Contradição arrumava os lugares na história, arrastando pesada mobília por cima das nuvens indescritíveis, afirmava:

⁵³ Ricardo Kubrusly, Poeta e matemático, foi professor da UFRJ e membro fundador do IEC.

“indescritível” é a palavra
que melhor descreve o que é indescritível.

... enquanto uma canção da década de 70 gritava no rádio do carro...

... eu quero é que esse canto, feito faca, corte a carne de vocês

era 76, eu tinha 25 anos e oscilava entre a política, a matemática e as transgressões. Jogado no mato relia eu-corpo nas danças das cachoeiras nas chapadas e nos gerais. Hoje, depois do ontem que tivemos e do gol do último minuto e do discurso do presidente e da cachaça e das conversas e dos silêncios de ontem, fui tomar um banho de cachoeira, ou quase, aí no Silvestre, na curva em frente a casa da água do Rio Carioca, a água fria e limpa descendo por um buraco na parede de pedra, forma um salto que me ascendeu ao dia, no qual, precisando de compreensões, me dediquei a consertar nosso velho e lindo piano. Um Beckstein com mais de 100 anos que, há muito, nos acompanha e enche de música a casa onde Não contradição e Terceiro Excluído conversam sobre a construção dos objetos e dos pensamentos. Ele afirma haver uma emergência que borbulha sobre entre os acontecimentos. Seus vapores rodopiam em pensamentos e condensam-se em objetos. De repente exclama: “O universo vem de um formigueiro, todas as coisas e ideias e humores vêm de lá. Quando dormimos e ninguém olha o formigueiro, as formigas pequeninas se contorcem, se alongam e se amalgamam às ideias dos objetos e depois, colapsam como coisa. Ela responde imediata: caem logo existem e continua a ponderar sobre a metáfora do formigueiro como artifício poético de ser sem ser e em sendo não ser. Pensamentos e objetos, afirma, são estruturas limitadas por regras e ordenados pelas leis que, extraídas das abstrações e polidas pelo rigor se qualificam, ora como coisas ora como pensamento. Ele voltava à canção:

tenho 25 anos de américa do sul...

Pensava nas possibilidades dos futuros e nos tantos caminhos por onde esses eu-corpos poderiam se iludir e se enganar, na impossível redondeza do cosmos e na necessidade vital que ele, o cosmos, tinha de ir além. Ela ordenava delicadezas pelo critério olorífero, transformara-se em imenso nariz que a tudo percebia, enquanto latia divertidamente e nomeava as 7 categorias de delicadezas , da rosa à merda, do café ao churrasco sem delicadezas.

Ele acreditava que a poesia era bastante para decifrar as verdades do mundo Ela no poder infinito das máquinas. À noite antes da chuva lanchavam, tomavam chá e comiam biscoitos. Depois da chuva dormiam.